



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
EM MATO GROSSO – SFA/MT

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2008

FRANCISCO MORAES CHICO COSTA
Superintendente Federal

DALCI DE JESUS BAGOLIN
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA

ALZIRA MENEZES DE ARAÚJO CATUNDA
Chefe da Divisão Técnica - DT

NILO SILVA DO NASCIMENTO
Chefe do Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária- VIGIAGRO

ANTÔNIO SÉRGIO MARQUES TELES LOBO
Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG

CLEOMAR JOSÉ DA COSTA
Chefe do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG

ÊNIO JOSÉ DE ARRUDA MARTINS
Chefe do Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA

SIDNEI FRANCISCO CRUZ
Chefe do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG

JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA
Chefe da Divisão de Administração – DAD

JURACY VAZ DE MEDEIROS
Chefe do Serviço de Recursos Humanos - SRH

RENEE MARIA DE ALMEIDA
Seção de Atividades Gerais – SAG

JOSÉ GERALDO FERREIRA DE SOUZA
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

ANA LUIZA DE ALMEIDA NETA
Seção de Tecnologia da Informação - STI

Coordenação:
Dalci de Jesus Bagolin

Elaboração:
Equipes Técnica e Administrativa da SFA/MT

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO.....	6
2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	7
2.1 Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	7
2.2 Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas.....	9
2.2.1 SEFAG.....	9
2.2.2 VIGIAGRO.....	10
2.2.3 SEDESA.....	10
2.2.4 SIPAG.....	11
2.2.5 SEPDA.....	12
2.3 Programas.....	13
2.3.1 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.....	13
2.3.1.1 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem animal - INSPANIMAL3.....	13
2.3.1.2 Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESIDUOS	22
2.3.1.3 Padronização, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - PADCLASSIF.....	24
2.3.1.4 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - IPVEGETAL2.....	26
2.3.1.5 Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEM.....	28
2.3.2 Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.....	30
2.3.2.1 Fiscalização de sementes e mudas - FISCALSEM1.....	30
2.3.2.2 Fiscalização de serviços agrícolas - FISCAGRIC1.....	33
2.3.2.3 Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI.....	36
2.3.2.4 Fiscalização de agrotóxicos - FISAGROTOX.....	41
2.3.2.5 Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN.....	43
2.3.2.6 Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE.....	47
2.3.2.7 Fiscalização de produtos de uso veterinário - FISPROVET1.....	48
2.3.3 Programa 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária.....	51
2.3.3.1 Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL.....	51
2.3.3.2 Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS.....	59
2.3.3.3 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos - VIGIZOO2.....	65
2.3.3.4 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO1.....	67
2.3.3.5 Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCVEGETAL.....	69
2.3.3.6 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA1 e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL1.....	72
2.3.4 Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.....	75
2.3.4.1 Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias - APOIOPEC	75
2.3.4.2 Apoio ao Uso Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas - ORGMANEJO2	76
2.3.4.3 Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - CERTORGAN1	78
2.3.4.4 Desenvolvimento e Monitoramento de Serviços de Rastreabilidade Agroalimentar – SISBOV.....	79
2.3.5 Programa 0356 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.....	82
2.3.5.1 Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO.....	82
2.3.5.2 Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - APPRODUTOR	84
2.3.6 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	86
2.3.6.1 Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTMT.....	86
2.4 Desempenho Operacional.....	90
2.4.1 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.....	90
2.4.1.1 Custo de Fiscalização de Estabelecimento Inspecionado SIF.....	90
2.4.1.2 Índice de Implantação Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em estabelecimentos SIF.....	91
2.4.1.3 Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal.....	91
2.4.2 Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.....	92
2.4.2.1 Custo de Fiscalização Realizada.....	92
2.4.2.2 Fiscalizações Realizadas em Relação às Programadas.....	93

2.4.2.3 Índice de Conformidade de Fertilizantes e Corretivos.....	94
2.4.3 Programa 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária.....	94
2.4.3.1 Índice de Agilidade no Atendimento à Demanda para Fiscalização de Importação.....	94
2.4.3.2 Índice de Vacinação de Bovinos contra Febre Aftosa.....	95
2.4.4 Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.....	95
2.4.4.1 Custo de Fiscalização Realizada.....	95
2.4.5 Programa 0356 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.....	96
2.4.5.1 Indicador de Efetividade – Índice de Conformidades de Estabelecimentos do SISBOV.....	96
2.4.6 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	97
2.4.6.1 Índice de dias de Afastamento por Licença Médica dos Servidores.....	97
2.4.6.2 Índice de Despesas de Apoio Administrativo em Relação às Despesas de Custeio Total da SFA/MT.....	98
3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	99
4 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	99
5 DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	99
6 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	99
7 FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	100
8 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	100
9 DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA.....	100
10 OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	100
11 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO.....	100
12 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	101
13 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	102
14 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....	104
15 DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO.....	104
16 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	104
17 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	106

<u>17.1 Informações sobre Aquisições da SFA/MT em 2008.....</u>	<u>106</u>
<u>17.1.1 Aquisições Realizadas por Pregão.....</u>	<u>106</u>
<u>17.1.2 Aquisições Realizadas por Inexigibilidade.....</u>	<u>109</u>
<u>17.1.3 Aquisições Realizadas por Dispensa de Licitação.....</u>	<u>109</u>
<u>17.1.4 Aquisições Através do Uso de Registro de Preço (Carona).....</u>	<u>114</u>
<u>17.2 Relação de Contratos.....</u>	<u>115</u>
<u>17.3 Relação de Diárias Concedidas em 2008 no PI MANUTMT.....</u>	<u>117</u>
<u>17.4 Rol dos Responsáveis.....</u>	<u>118</u>
<u>18 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....</u>	<u>118</u>

1 Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso – SFA/MT	
CNPJ	00.396.895/0033-02	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Unidade Descentralizada Órgão Público do Poder Executivo Federal	
Vinculação ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
Endereço completo da sede	Alameda Anníbal Molina S/N Bairro Porto Várzea Grande – MT - CEP: 78115-901 Fones: (65) 3685-5678/3685-7689; Fax: (65) 3685-7906/3685-1887	
Endereço da página institucional na internet		
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Conforme definido na Portaria 300 de 16 de junho de 2005, publicada no DOU de 20 de junho de 2005, as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério. Portaria em Anexo	
Código da UJ titular do relatório	130077	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	Finalística - Serviço Público Federal	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome:	Código
Nome Código	SFA/MT	130077

2 Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

Na história recente de Mato Grosso, o Estado passou rapidamente de fronteira agrícola para liderança na produção agropecuária nacional. Atualmente é líder na produção de soja, algodão e em rebanho bovino. É destaque na produção de milho, está retomando a produção de arroz e a produção de suínos e aves cresce de forma expressiva. Na agricultura, destaca-se pela grande eficiência técnica e pelo nível empresarial das propriedades. Grandes investimentos estão sendo feitos na agroindustrialização, de modo a agregar valor a esta produção. Existe ainda grande potencial de crescimento na área de produção de agroenergia, reflorestamento, produção de borracha e ovinocultura. A existência de grande número de assentamentos rurais abre a perspectiva, desde que devidamente orientados e apoiados, de que estes promovam um incremento na produção da agricultura familiar, notadamente na fruticultura.

Entre os entraves a esta produção podemos destacar as dificuldades na logística de transporte, devido às grandes distâncias e a existência ainda de grandes trechos de estrada sem pavimentação, apesar dos investimentos realizados nos últimos anos. O alto custo dos insumos, notadamente de fertilizantes, que são em sua grande parte importados, é outro grande gargalo a produção agrícola. Alia-se a estes fatores, a necessidade de realizar o crescimento da agricultura e da pecuária de forma sustentável, garantindo-se a preservação adequada do meio natural e da biodiversidade. Ressalta-se também a ocorrência cada vez maior de barreiras sanitárias e fitossanitárias bem como exigências de certificação e rastreabilidade por parte dos países importadores.

Neste contexto, se insere o trabalho da **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Mato Grosso – SFA/MT**, que tem como objetivos:

- garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal para os consumidores,
- garantir a qualidade dos insumos agropecuários para os produtores,
- promover a defesa e vigilância sanitária e fitossanitária do Estado,
- fomentar o desenvolvimento sócio-econômico de nossa agropecuária.

A implementação deste trabalho segue as diretrizes do Mapa Estratégico do Ministério, que tem como premissas a Missão e Visão de Futuro abaixo apresentadas:

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”

Visão de Futuro prevista para o ano de 2015

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implantação de Políticas Públicas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”.

Para atingir a VISÃO DE FUTURO e promover a MISSÃO foi elaborado o Planejamento Estratégico até 2015, utilizando a ferramenta Balanced Scorecard, onde são definidos os Objetivos Estratégicos e seus Indicadores de Desempenho e Resultado, bem como as Tarefas que devem ser realizadas para que estes objetivos sejam atingidos. A seguir listamos os Objetivos Estratégicos que estão relacionados com as ações realizadas pelo Ministério na Superintendência.

Perspectiva da Sociedade	
Impulsionar o desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio	Participar do desenvolvimento do país, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira
Garantir a Segurança Alimentar	Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida
Perspectiva do Agronegócio e Parceiros	
Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio	Atuar e ser percebido como implementador de políticas e fornecedor de produtos e serviços com alto nível de excelência (efetividade, credibilidade, agilidade, tempestividade, inovação e democracia), visando atender adequadamente às demandas do agronegócio, contribuindo para sua sustentabilidade e competitividade
Perspectiva dos Processos Internos	
Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária	Incentivar a criação de atributos e características que resultem em um maior valor econômico, social e ambiental dos produtos. Promover a rastreabilidade, certificação, produção integrada, produção de orgânicos, identificação geográfica e integração lavoura-pecuária, entre outros, contribuindo para a maior geração de renda do produto.
Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias	Induzir a geração de novas tecnologias e ampliar sua difusão, com base nas demandas do setor e em estudos prospectivos, buscando o aumento da produtividade e da qualidade, a redução de custos, a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Apoiar processos de implantação de inovações tecnológicas, sobretudo para médios e pequenos produtores.
Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos	Garantir a segurança dos alimentos, com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.
Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA	Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com entidades privadas e públicas (Federal, Estadual e Municipal), buscando influenciar a elaboração e execução de políticas de interesse do setor. Além disso, subsidiar o Poder Legislativo com informações para obter a formulação e aprovação de projetos de interesse do agronegócio. Articular e negociar com entidades de representação do agronegócio, buscando a consideração de seus interesses na elaboração e implementação de políticas para o setor.
Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA	Fortalecer o processo de gestão estratégica, consonante ao plano de Governo, visando garantir o alinhamento interno entre os planejamentos estratégico e operacional e entre áreas e unidades descentralizadas.
Melhorar Continuamente a Infra-estrutura e os Processos de Trabalho	Otimizar (mapear, melhorar continuamente, implantar e automatizar) processos de trabalho, visando o aperfeiçoamento da gestão operacional. Melhorar processos finalísticos e de apoio, revisar normas com o objetivo de dar mais agilidade e qualidade aos serviços e produtos ofertados. Dotar, manter e atualizar infra-estrutura necessária para a execução adequada das atividades desenvolvidas.
Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira	Articular a alocação e disponibilização dos recursos e acompanhar sua aplicação. Ampliar a transparência por meio do acesso às informações sobre a atuação do Ministério, oferecendo à sociedade e ao agronegócio a oportunidade de fiscalizar a aplicação dos recursos.
Perspectiva das Pessoas e do Conhecimento	
Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipes Interdisciplinares	Melhorar o clima organizacional, por meio da valorização e motivação do corpo funcional, estimulando a integração entre as diversas unidades organizacionais do MAPA, formando equipes multidisciplinares e interdepartamentais com o objetivo de atingir resultados mais efetivos.
Desenvolver Cultura Orientada a Resultados	Desenvolver cultura focada em resultados, visando a mudança comportamental, por meio da motivação, do comprometimento e do engajamento necessários à consecução dos objetivos estratégicos do MAPA.

2.2 Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Para a execução de suas atividades a Superintendência de Mato Grosso conta com a Divisão Técnica e a Divisão Administrativa. A Divisão Técnica, responsável pela execução das atividades finalísticas, tem em sua estrutura o SEFAG – Serviço de Fiscalização Agropecuária, o SEDESA – Serviço de Sanidade Agropecuária, o SIPAG – Serviço de inspeção de Produtos Agropecuários, o SEPDA – Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário e o VIGIAGRO – Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária. A Divisão Administrativa, responsável pela execução das atividades meio, tem em sua estrutura a SAG – Seção de Atividades Gerais, a SRH – Seção de Recursos Humanos e a SEOF – Seção de Execução Orçamentária Financeira.

Cada Serviço da Divisão Técnica tem sob sua responsabilidade a gestão e execução dos Planos Internos de sua área de atuação. Estes Planos Internos – PI correspondem às Ações dos Programas do PPA. Cada Plano Interno tem um Fiscal Federal Agropecuário que é Responsável Técnico pelo mesmo.

A seguir apresentamos um breve resumo das atividades de cada serviço:

2.2.1 SEFAG

O Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT está tecnicamente subordinado à Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA, sendo responsável pelo planejamento e execução de 07 ações contempladas no Plano Plurianual 2008-2011, todas elas incluídas no Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, cujo objetivo é salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores. São elas:

- 1) Fiscalização de sementes e mudas (FISCALSEM1);
- 2) Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes (FISFECOI);
- 3) Fiscalização de serviços agrícolas (FISCAGRIC1);
- 4) Fiscalização de agrotóxicos (FISAGROTOX);
- 5) Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE);
- 6) Fiscalização de produtos de uso veterinário (FISPROVET1);
- 7) Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal (FISCINAN).

As atribuições do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG estão definidas no artigo 19 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pelo Anexo da Portaria n.º 300, de 20/06/2005 (Anexo X).

A fiscalização das atividades voltadas para o cumprimento dos objetivos institucionais do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG revestem-se de grande importância se considerarmos que a qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários têm influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro.

Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Para o desenvolvimento das referidas atribuições, o Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG dispõe de uma equipe de 14 (quatorze) Fiscais Federais Agropecuários, assim distribuídos: 11 (onze) Engenheiros Agrônomos, 2 (dois) Médicos Veterinários e 01 (um) Zootecnista.

Apóiam as atividades administrativas 02 (dois) assistentes administrativos do quadro de servidores do MAPA e 02 (dois) auxiliares administrativos cedidos por outras instituições.

Se considerarmos o volume de atividades, o tamanho da demanda e as dimensões do Estado de Mato Grosso, com 141 municípios distribuídos em uma extensão territorial de 903.386,10 Km², verificamos que o quadro de servidores do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG, tanto técnico quanto administrativo, é bastante reduzido para o pleno atendimento da demanda a que está legalmente submetido.

Outro fator que deve ser levado em conta é a necessidade de melhoria na estrutura física do Serviço, sobretudo com vistas ao recebimento de clientes externos, de forma a oferecer-lhes maior conforto e privacidade no encaminhamento de suas demandas, sobretudo no que tange a assuntos de caráter sigiloso, inerentes à atividade da fiscalização; adequar a estrutura física no que se refere às necessidades de segurança institucional e patrimonial, especialmente aquelas relacionadas à guarda de equipamentos, materiais permanentes e processos administrativos de

interesses da Administração Pública e seus clientes externos; adequar a estrutura no sentido de alcançar a acessibilidade necessária aos clientes portadores de necessidades especiais, em cumprimento ao que determina a legislação vigente; e proporcionar maior conforto aos servidores, com vistas à melhoria da produtividade.

A estratégia de ação adotada no ano de 2008, a exemplo de 2007, envolveu a elaboração de planos operativos em todas as áreas, estabelecendo-se metas físicas e financeiras bem definidas e compatíveis com a disponibilidade do quadro de pessoal. Entretanto, em todas as áreas foram priorizadas as atividades relativas ao atendimento de denúncias, que vem sofrendo um gradual incremento nos últimos anos.

O acompanhamento das metas físicas ocorreu através de relatórios mensais de atividades e do sistema informatizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento denominado SIPLAN – Sistema de Planejamento e Acompanhamento.

No que se refere às metas financeiras, o acompanhamento envolveu dois sistemas informatizados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quais sejam o Sistema de Gestão Orçamentária - SIOR e Sistema de Integração Financeira – SIAFI.

2.2.2 VIGIAGRO

As ações executadas pelo VIGIAGRO/SFA/MT tem como objetivo principal, impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação, assim como o de impedir a entrada e a disseminação, no País, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população e a Vigilância e controle zoonossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira do país e estações aduaneiras interior, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, animais, suas partes, produtos e subprodutos..

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

O desenvolvimento de atividades com vistas ao cumprimento do que estabelece o Programa visa, dentre outras coisas, garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoonossanitária.

As ações desenvolvidas visam, dentre outros aspectos, a vigilância e controle fitozoonossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira do país e estações aduaneiras interior, por meio da análise documental e inspeção das partidas de vegetais, animais, suas partes, produtos e subprodutos.

As ações do VIGIAGRO/SFA/MT estão estruturadas nas ações Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA1 e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL1.

2.2.3 SEDESA

O SEDESA/SFA/MT tem por objetivo proporcionar adequadas condições sanitárias e fitossanitárias para a atividade agrícola e pecuária.

As atividades desenvolvidas visam o controle, prevenção e erradicação de pragas e doenças com potencial de causar danos às plantas e animais.

As principais ações consistem na supervisão, fiscalização e vigilância zoonossanitária e fitossanitária; na prevenção, controle, profilaxia e combate das doenças dos animais e pragas dos vegetais; na educação zoonossanitária e fitossanitária e outras ações com estes propósitos.

O êxito deste trabalho é fundamental para garantir a produtividade, o baixo uso de insumos e a viabilidade das atividades agrícolas e pecuárias, contribuindo de forma preponderante para qualidade dos alimentos e garantia da saúde humana.

A estratégia utilizada pelo SEDESA/SFA/MT foi de direcionar seus recursos, especialmente o pessoal técnico do órgão, para as ações que resultassem no atendimento das metas dos vários programas que estão sob sua responsabilidade.

Dentre estes programas destacamos o controle das doenças da bovinocultura, suínos e aves; controle da ferrugem da soja; das pragas de citros e banana; educação fitossanitária e controle de OGM.

Os recursos utilizados foram direcionados para despesas de deslocamento dos técnicos e para investimentos. Os gastos de deslocamento se justificam, pela grande extensão do Estado de Mato Grosso e pelo elevado número de programas executados. Os investimentos foram necessários para propiciar as adequadas condições de trabalho dos técnicos, destacando-se a aquisição de veículos e equipamentos de informática.

Houve repasse de recursos financeiros ao órgão estadual de defesa sanitária para execução de atividades na área animal.

As Ações sob Responsabilidade do Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA são os seguintes: PCEANIMAL, que agrega os seguintes programas: Desenvolvimento da Bovideocultura - PNEFA, PNCEBT, PNCRH, PNCR, desenvolvimento da Avicultura – PNSA, Desenvolvimento da Suideocultura – PNSS, desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura e Ovinocultura – PNSE, PNSAA, VIGIZOO, FEBREAFTOS, PCEVEGETAL, VIGIFITO, ERRADMOSCA e PROMOEDUC.

O Brasil possui o maior rebanho bovino comercial do mundo, é o maior exportador de carne bovina, segundo maior produtor e terceiro consumidor per capta desta carne. Na produção e exportação de lácteos o Brasil se apresenta com grande espaço para crescer.

Nos últimos anos, a produção de carne bovina no Brasil tem crescido mais que o consumo interno, criando um excedente absorvido pelas exportações. O crescimento do consumo nas nações emergentes e para as quais o Brasil já exporta, as perspectivas de conquista de novos mercados, especialmente aqueles mais exigentes e que melhor remuneram esse produto, bem como de melhoria do consumo interno em função do aumento da renda do brasileiro nas classes menos favorecidas, consolidam cada vez mais o setor como um grande gerador de empregos e renda.

Neste contexto, o Mato Grosso e toda região centro-oeste se apresentam com as melhores condições para crescimento da produção e produtividade de seus rebanhos, necessitando que sejam trabalhados e corrigidos os entraves dessa produção, já identificados pelo setor produtivo.

As questões sanitárias, além de influenciarem diretamente nessa produção, hoje, são fundamentais nas relações comerciais internas e externas. Por isto, os cuidados com estas questões exigem cada vez mais a atenção de todos os elos da cadeia produtiva, que devem trabalhar para reduzir a incidência de doenças nos rebanhos ou manter a ausência destas nas áreas livres.

2.2.4 SIPAG

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários no Mato Grosso – SIPAG-MT, está vinculado à Diretoria Técnica da Superintendência Federal da Agricultura do Estado de Mato Grosso. O Serviço de Inspeção é responsável pela Inspeção de produtos, evitando com isso, a comercialização de produtos fraudados, adulterados, e contaminados e a disseminação de zoonoses. Orienta e verifica a produção de alimentos sanitariamente seguros, contribuindo para a saúde e bem estar do consumidor final. O SIPAG/DT/SFA/MT, tem o objetivo de zelar pela manutenção da higiene e segurança alimentar, pela aplicação da legislação pertinente, estabelecendo nos consumidores a confiança com relação à inocuidade e qualidade sanitária dos produtos oferecidos aos mercados tanto nacional como internacional. Abrange 3 áreas distintas de fiscalização através da Portaria nº300 de 16 de Junho de 2005 assim distribuídas:

A - Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, PI INSPANIMAL3. O gestor do programa é o Fiscal Federal Agropecuário, Médico Veterinário Antonio Sergio Marques Teles Lôbo. O Estado hoje, possui 105 Indústrias, sendo: 44 frigoríficos onde 100% dos animais abatidos são inspecionados por médicos veterinários e agentes de inspeção, nos frigoríficos de abates de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos, avestruzes, aves e jacarés, 03 entrepostos de carnes e derivados, 03 fábricas de conservas, 07 fábricas de produtos não comestíveis, 42 indústrias de laticínios periodicamente supervisionadas, 03 indústrias de pescado, 02 indústrias de mel e 01 entreposto de ovos. toda industrialização de produtos e sub produtos é acompanhada por médicos veterinários e agentes de inspeção devidamente treinados, através de inspeção permanente ou periódica. Durante o ano de 2008, o SIPAG-MT, investiu

R\$ 128.772,84 em treinamentos, onde mobilizou 81 médicos veterinários e 68 agentes de inspeção. Foram realizadas reuniões técnicas com o pessoal técnico e com industriais com um investimento de R\$ 53.329,67. Com as Supervisões realizadas, foi feito um investimento de R\$41.725,56. Para ações de fiscalização em programas do DIPOA ou denúncias, o investimento foi na ordem de R\$26.672,13. Com Auditorias determinadas pela DIPOA, no estado, foram gastos R\$7.080,06. Para a instalação de novos SIFs o investimento foi na ordem de R\$13.854,88. Para atendimento a Convocação da CCRC/DAS foram gastos R\$9.183,46. Acompanhando as missões sanitárias internacionais foram investidos R\$ 1.840,64. Convocação de profissional do quadro do MAPA, para realizar um projeto de ampliação, investimento de R\$ 1.146,23. Com vistorias de terrenos para a implantação de novas indústrias foram investidos R\$727,29.

Realização de coleta fiscal foram gastos R\$356,21.....enfim, todas as ações do SIPAG-MT, INSPANIMAL3, demonstrou uma Eficiência de R\$3.172,66, uma Eficácia de 102,94% e uma Efetividade de 93,21%.

B - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – Bebidas e Vinagres, PI IPVEGETAL2.

A principal atividade é inspecionar estabelecimentos produtores, industrializadores, estandarizadores, embaladores, envasadores, engarrafadores de bebidas e suas matérias primas, com o objetivo de garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas, sub produtos e derivados vegetais. O setor possui 3 Fiscais Federais Agropecuários Engenheiros Agrônomos.

Esta atividade é executada pela área de Inspeção Vegetal, que possui um efetivo de três Fiscais Federais Agropecuários, e esta ligada regimentalmente ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários SIPAG/DT/SFA/MT, denominada Entidade Executora, que sob a coordenação do Órgão Central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, são efetuadas as transferências de recursos, para que as ações sejam desenvolvidas, conforme as programações. As atividades consistem basicamente em exigir que as empresas afins, cumpram as normas regulamentares vigentes, quanto aos equipamentos e instalações de produção, bem como às metodologias e as matérias-primas utilizadas.

Para tanto, são realizadas inspeções de rotina nas empresas, onde são checadas as condições higiênico-sanitárias e tecnológicas de cada empresa e, caso ocorra alguma não-conformidade, são tomadas as providências necessárias de modo que o sistema de produção siga rigorosamente os critérios legais.

No decorrer de cada ação fiscal, podemos lançar mão de alguns procedimentos, quais sejam: Auto de Infração, Apreensão, Interdição, Intimação, Inutilização e Coleta de Amostras para Análise Fiscais. Quando se constata uma Infração às normas legais, é instaurado um processo administrativo, que o empresário infrator passa a responder perante o MAPA.

Em cumprimentos às normas legais vigentes, as empresas, bem como os seus produtos, antes de serem levados ao comércio, deverão ser registrados junto ao MAPA, que é representado pelas Superintendências Federais de Agriculturas de cada Estado

C - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal. PI PADCLASSIF. A principal atividade é garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, e subprodutos e derivados de origem vegetal. Este setor, no final de 2008, apresentou os seguintes indicadores : Eficiência de R\$151,98 e Efetividade de 95,77%.

D - PI Resíduos. Durante o ano de 2008, foi descentralizado do, recursos para apoio ao SIPAG-MT para treinamentos e ações do PNCRC – Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes,, bem como também para a aquisição de notebooks para cada Gestão Estadual do país, com um total de 27 unidades distribuídas para 27 estados, 03 notebooks para atender às necessidades do SIPAG-MT. Estes recursos foram descentralizados para o Estado de Mato Grosso, pois à SFA-MT, encontrava-se em processo licitatório de vários materiais permanentes e de consumo. Esses materiais já foram adquiridos, recebidos e patrimoniados, estão aguardando recursos para encaminhamento para os demais estados.

O SIPAG-MT, é considerado como um setor de referência tanto Nacional como Internacional; mantém todo o seu pessoal, Fiscais Federais, Conveniados, Agentes de Inspeção, e Administrativos, permanentemente atualizados, através de treinamentos e reuniões de nivelamento, como consta no programa apresentado. Todas as denúncias são checadas e todos os estabelecimentos do Estado, monitorados através de Supervisões e Auditorias. É responsável pela produção de produtos com qualidade isentos de fraudes, adulterações e contaminações. É responsável também por habilitações de Indústrias tanto para o Mercado Interno como para Exportação com a produção de alimentos saudáveis que atendam aos clientes mais exigentes.

2.2.5 SEPdag

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPdag, desenvolve os Programas vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA.

Esses Programas objetivam estimular o desenvolvimento do setor agropecuário e por isso, uma das funções do SEPdag é promover o relacionamento institucional entre Entes públicos e/ou privados, ligados ao setor agropecuário, no intuito de colaborar para o Desenvolvimento Sustentável da agropecuária do Estado de Mato Grosso.

2.3 Programas

2.3.1 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Maçao Tadano
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antônio Sergio Marques Teles Lobo / Chefe do SIPAG/SFA/MT
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário
Público-alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

2.3.1.1 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem animal - INSPANIMAL3

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos, suínos, aves, peixes e jacarés, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados, fraudados ou contaminados com o comprometimento da qualidade sanitária; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	S.D.A.
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SIPAG/DIPOA
Coordenador Nacional da Ação	MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	ANTÔNIO SERGIO MARQUES TELES LOBO

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Estabelecimento inspecionado.	102	105

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
339014 – Diárias.	187.079,97	187.079,97
339030 - Material de Consumo.	32.622,02	32.080,11
339033 - Passagens e despesas com locomoção.	102.120,41	102.120,41
339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física.	721,56	721,56
339039 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica.	11.328,13	11.128,13
Total	333.872,09	333.130,18

O SIPAG – Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT-MT), com regimento interno aprovado pela Portaria Nº. 300 de 16 de junho de 2005, tem o objetivo de zelar pela observância da higiene e segurança alimentar, pela aplicação da legislação pertinente, inculcando confiança nos consumidores com relação à inocuidade e qualidade dos produtos oferecidos ao mercado.

A -Treinamentos

Durante do ano de 2008 o SIPAG/MT investiu em treinamento o total de **R\$ 129.092,71** conforme descrição abaixo e mobilizou nesta ação 81 médicos veterinários e 68 agentes de inspeção.

O SIPAG/MT realizou no ano de 2008 o I Curso de Treinamento de Agentes de Inspeção no período de 23/06/2008 a 04/07/2008 em cumprimento ao item 12.12 do Edital nº. 3 de 02/03/2007 que autoriza concurso público para provimento de cargo de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, “12.12 Os recém-empossados serão convocados para participar de curso de treinamento com duração de 200 horas.”, sendo que 80 horas foram cumpridas em treinamento teórico e o restante de treinamento prático. O treinamento prático foi realizado nos seus respectivos locais de lotação o que não gerou custos e o treinamento teórico foi ministrado na SFA/MT em Várzea Grande/MT o que necessitou de investimentos da ordem de **R\$ 42.791,56** no pagamento de diárias e passagens para os participantes e palestrantes que desempenham suas funções em outros municípios de Mato Grosso. Participaram deste treinamento 61 Agentes de Inspeção.

Os Fiscais Federais Agropecuários que foram nomeados pelas Portarias 414 de 08/05/2008 e 438 de 16/05/2005 que tomaram posse e estavam em exercício nessa SFA/MT foram convocados para participarem de treinamento sobre as diretrizes do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e integração nacional dos novos FFA em Brasília/DF o que necessitou de recursos no total de **R\$ 17.785,84** em passagens e diárias. Participaram deste treinamento 11 Fiscais Federais Agropecuários recém nomeados.

Realização de treinamento técnico em rotulagem realizado na SFA/MT em Várzea Grande/MT com a participação de FFA's de várias regiões do Estado com o objetivo dar conhecimento da legislação de rotulagem de produtos e reduzir o número de consultas. Esse treinamento utilizou recursos da ordem de **R\$ 10.903,78** em passagens e diárias. Participaram deste treinamento 26 técnicos lotados em plantas frigoríficas sob SIF do interior do Estado.

O SIPAG/MT enviou 04 técnicos para participar do curso de APPCC – Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle realizado na SFA/SP ministrado pelos técnicos da Consulting Group o que necessitou de recursos no total de **R\$ 8.282,41** em passagens e diária.

O SIPAG/MT enviou 04 técnicos para participar do Curso de Auditoria para frigoríficos de Mercado Interno programado pelo DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal ao custo total em passagens e diárias **R\$ 7.354,20**.

O SIPAG/MT enviou 04 técnicos para participar do III Congresso Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária em Ji-Paraná/RO com um custo total de **R\$ 5.269,96** em passagens e diárias.

O SIPAG/MT apoiou a realização do Curso de Patologia de Animais de Produção no III Encontro Técnico de Médicos Veterinários da Região de Sinop/MT com envio de 02 (dois) palestrantes professores da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso e de 07 técnicos para participação do treinamento ao custo total de **R\$ 5.093,07** com passagens e diárias.

Realização de treinamento de Auxiliares de Inspeção do SIF 3470 em Confresa/MT. Os custos referem-se ao envio de 02 técnicos para ministrar treinamento no total de **R\$ 4.003,82** com diárias e passagens.

O SIPAG/MT enviou 05 técnicos para treinamento no curso de Tipificação de Carcaças realizado em Goiânia/GO no custo total de **R\$ 2.832,80** com passagens e diárias; 01 técnico para participar Curso de Inspeção e Tecnologia de Carnes de Aves ao custo total de **R\$ 2.774,28** e 01 técnico para participar do Curso de Emergência Sanitária em Suínos realizado pelo INDEA/MT nos municípios de Cuiabá/MT e em Lucas do Rio Verde/MT ao custo de **R\$ 2.049,08** em passagens e diárias.

Foi realizado o treinamento de 10 FFA's recém nomeados em plantas frigoríficos do Estado de Mato Grosso localizadas em Barra do Garças/MT, Várzea Grande/MT, Rondonópolis/MT, Cuiabá/MT, São José dos quatro Marcos/MT e Sinop/MT ao custo total de **R\$ 12.999,32** em passagens e diárias.

Foram enviados 01 FFA para participar curso de Treinamento Geral e Inspeção de Aves e de APPCC – Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle Realizado em Bento Gonçalves/RS conforme convocação ao custo total de **R\$ 1.524,04** em passagens e diárias; 03 técnicos para participar de Seminário do PNCRC – Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Várzea Grande ao custo de **R\$ 1.142,35** com passagens e diárias e 01 técnico para treinamento âmbito nacional para discussão das Ações Fiscais e da utilização do Código de Defesa do Consumidor no Combate à Fraude em Brasília/DF ao custo de **R\$ 1.011,93** em passagens e diárias.

Foi realizado o treinamento de 01 técnico do SIF 3551 em Nova Mutum/MT ao custo de **R\$ 936,51** em passagens e diárias e treinamento de 01 técnico do SIF 3941 em Rondonópolis/MT ao custo de **R\$ 921,96**.

As despesas com diárias e passagens para enviar 01 técnico do quadro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para ministrar palestra no INDEA em Cuiabá/MT foram de **R\$ 435,21** e as despesas com diárias e passagens para enviar 01 técnico para Treinamento de auxiliares de inspeção no SIF 3515 em Lucas do Rio Verde/MT foram de **R\$ 332,67**.

B -Reuniões Técnicas

Durante do ano de 2008 o SIPAG/MT investiu em reuniões técnicas o total de **R\$ 53.329,67** conforme descrição abaixo:

O setor de Aves e Ovos realizou duas Reuniões Técnicas no município de Várzea Grande/MT de Âmbito Estadual para uniformizar as ações dos SIF's do Estado ao custo total de **R\$ 1.452,28** com passagens e diárias.

O setor de bovinos e suínos realizou Reunião Técnica sobre Auditorias de Mercado Interno no município de Várzea Grande/MT com a participação de 26 técnicos e custos com passagens e diárias no valor **R\$ 6.731,12**.

O setor de leite participou de duas Reuniões Técnicas sobre a Instrução Normativa 51 realizada em Brasília/DF e Recife/PE com participação de 02 técnicos e 05 técnicos respectivamente. O custo total com diárias e passagens **R\$ 12.031,18**.

O setor de leite participou de Reunião Técnica sobre Leite UHT no município de Goiânia/GO com a participação de 05 técnicos e custos total com passagens e diárias no valor **R\$ 6.668,03**.

O SIPAG/MT enviou 02 técnicos para participação de Reunião Técnica sobre SISBI – Sistema Brasileiro de Inspeção realizado em Florianópolis/SC com despesa total com diárias e passagens no valor de **R\$ 5.445,62**; 02 técnicos para participação de Reunião Técnica sobre Padronização de Critérios em Curitiba/PR com despesa total com diárias e passagens no valor de **R\$ 4.656,30**; 02 técnicos para participação de Reunião Técnica sobre o setor de Mel em São Paulo/SP com despesa total com diárias e passagens no valor de **R\$ 3.504,46**; 02 técnicos para participação de Reunião Técnica sobre Missão da União Européia em São Paulo/SP com despesa total com diárias e passagens no valor de **R\$ 2.970,08**; 02 técnicos para participação de Reunião Técnica sobre CGPE em Brasília/DF com vista ao nivelamento em auditorias que iriam ser realizadas no 2º semestre de 2008 totalizando despesas com diárias e passagens no valor de **R\$ 2.111,91** e 01 técnico para participação de Reunião Técnica sobre CGPE/DIPOA sobre mercado Russo em Brasília/DF com despesa total com diárias e passagens no valor de **R\$ 1.092,94**.

Constantemente chefe de SIPAG são convocados para participarem de Reuniões Técnicas em Brasília/DF, convocações estas, que geraram um custo de **R\$ 2.807,98** com diárias e passagens.

O SIPAG/MT realizou Reunião Técnica sobre rotulagem de produtos com participação de 03 técnicos Várzea Grande/MT com despesa total com diárias e passagens no valor de **R\$ 446,67**; organizou Reunião Técnica para debater sobre o Novo RIISPOA – Regulamento de Inspeção de Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal em Várzea Grande/MT ao custo de **R\$ 1.199,55**; realizou Reunião Técnica nos municípios de Lucas do Rio Verde/MT - Sorriso/MT - Nova Mutum/MT com despesa total com diárias e material de consumo no valor de **R\$ 587,40** e realizou Reunião Técnica no estabelecimento sob SIF 4567 no município de Lucas do Rio Verde/MT com participação de 02 técnicos de Várzea Grande/MT com despesa total com diárias e passagens no valor de **R\$ 83,04**.

O SIPAG/MT enviou 01 técnico para Brasília/DF para tratar de assuntos do interesse do SIPAG/MT com gastos com diárias e passagens na ordem de **R\$ 1.541,21**.

C - Supervisões

Durante do ano de 2008 o SIPAG/MT investiu em treinamento o total de **R\$ 41.725,56** conforme descrição abaixo:

O setor de Aves e Ovos realizou 05 Supervisões Estaduais com intuito de verificar o cumprimento da legislação vigente no que tange a inocuidade dos produtos e a fraude, todas com Parecer Favorável.

O setor de leite realizou 42 supervisões estaduais com intuito de verificar o cumprimento da legislação vigente no que tange a inocuidade dos produtos e possíveis identificações de fraude. Estas supervisões geraram cronogramas de ações corretivas individuais para solucionar as não conformidades detectadas. No decorrer do ano foram realizados acompanhamentos para verificação da resolução destes problemas levantados nos cronogramas. Durante este ano ocorreram 13 interdições nas linhas de produção dos estabelecimentos, decorrentes de alguma inconformidade que afetava diretamente a inocuidade do produto destinado ao consumidor final, estes só tiveram a produção normalizada depois de constatada a devida correção. Durante a realização das supervisões alguns (18) termos de compromisso foram firmados entre a empresa e o Serviço de Inspeção Federal, visando a correção de problemas isolados, estipulando uma dada limite.

O setor de leite ainda emitiu 19 autos de infração, coletas periódicas em estabelecimentos varejistas almejando combater a fraude foram realizadas mensalmente.

O setor de bovinos e suínos realizou 60 supervisões em estabelecimento habilitado a exportação com objetivo de verificar as condições higiênico sanitária do estabelecimento além de verificar o atendimento aos requisitos para produção com vistas a exportação atendendo a legislação do país importador e realizou 02 supervisões em estabelecimento de mercado interno com objetivo de verificar as condições higiênico sanitária do estabelecimento.

D - Fiscalizações

Durante do ano de 2008 o SIPAG/MT investiu em fiscalizações de estabelecimentos produtor o total de **R\$ 26.672,13** conforme descrição abaixo:

O SIPAG/MT deu todo suporte necessário para o desenvolvimento da Ação de Graxaria organizada pelo DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal com recursos materiais e de pessoal. A ação teve objetivo de verificar o funcionamento do equipamento de esterilização com intuito de prevenção ao surgimento e propagação da EEB (“Encefalopatia Espongiforme Bovina”) e de verificar o cumprimento da legislação vigente no que tange a inocuidade na produção dos subprodutos de origem animal. Foram vistoriados 16 estabelecimentos sendo 03 interditados, 10 assinaram Termo de Compromisso e 03 estabelecimentos conformes.

Realização de fiscalização do Curtume Jangada localizado em Jangada/MT para liberação de carregamento.

O SIPAG/MT realizou apuração de denúncia no município de Cáceres de uso de SIF de outro Estado em queijo mussarela produzido por indústrias sem registro em qualquer serviço de inspeção. Foram apreendidos 11,116 Kg de queijo mussarela. Também em cumprimento a apuração de denúncia foi realizada fiscalização no município de Nova Canaã do Norte/MT para verificar o descumprimento do regime especial de fiscalização.

Realização de fiscalização para reserva de SIF no frigorífico situado no município de Confresa/MT

O setor de Leite apurou “in loco” 06 denúncias oriundas da ouvidoria do Ministério da Agricultura e de outros órgãos públicos, procurando identificar a não conformidade.

Além dessas, houve outras fiscalizações de menor vulto, que tiveram o objetivo de verificar o cumprimento da Legislação Federal de produtos de origem animal.

E- Custo de manutenção do SIPAG

Realização de despesa com manutenção do serviço telefônico, veículos, aparelhos de fax e aquisição de material de papelaria da ordem de **R\$ 23.330,34**

F -Auditorias

O SIPAG/MT recebeu Auditores de outros Estados da Federação para auditarem os estabelecimentos do Mato Grosso e disponibilizou veículos e pessoal para acompanhamento destas Auditorias o que gerou um custo de **R\$ 7.080,06**.

O setor de bovinos e suínos recebeu 11 auditorias em estabelecimento habilitado a exportação com objetivo de verificar as condições higiênico sanitária do estabelecimento além de verificar o atendimento aos requisitos para produção com vistas a exportação atendendo a legislação do país importador sendo que foi observado falhas em 01

estabelecimento sendo suspensa temporariamente sua autorização para exportação e o mesmo retornou o exportar após das não conformidades.

O setor de bovinos e suínos também recebeu 02 auditorias na SIPAG/MT com intuito de avaliar a gestão da SIPAG junto aos estabelecimentos e verificar a eficácia das supervisões realizadas pela SIPAG/MT

O setor de Aves e Ovos acompanhou 03 Auditorias de Brasília: sendo 02 com Parecer Favorável e 01 Desfavorável ao retorno da Habilitação ao mercado Russo por continuar não atendendo às exigências específicas daquele país.

Foram requisitados FFA's do Estado de Mato Grosso para realização de Auditorias em outros estados para cumprimento da Circular 249/2009/CGPE/DIPOA onde a CGPE deve realizar duas vezes ao ano auditoria em 40% dos estabelecimentos habilitados para União Européia e EUA em cada unidade da federação ao custo de **R\$ 11.587,40** em passagens, diárias e material de consumo.

O setor de Bovinos e Suínos disponibilizou 05 técnicos para atuarem nos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O setor de Aves e Ovos disponibilizou 03 técnicos para atuarem nos Estados de Rio Grande do Sul e Paraná com intuito de verificar o cumprimento da legislação vigente no que tange a inocuidade dos produtos e a fraude, sendo que 01 teve Parecer Desfavorável à manutenção das exportações para Arábia Saudita, Vietnã e Rússia por não atender às exigências específicas daqueles países.

G -Instalação de SIF

Durante o ano de 2008 foram reservados 13 novos SIF's – Serviço de Inspeção Federal o que totalizou um dispêndio no total de **R\$ 14.938,25** com material de consumo, diárias e passagens com vista à fiscalização desses estabelecimentos estão cumprindo a legislação. E foram cancelados 03 SIF's do setor de leite.

O setor de Bovinos e Suínos instalou 05 novos SIF's e reservou outros 02 novos SIF's; o setor de Aves e Ovos instalou 01 novo SIF's; o setor de pescado instalou 01 novo SIF's; o setor de leite reservou 02 novos SIF's; 02 duas novas Fábricas de Produtos Não Comestível também reservou SIF.

H -Substituição de FFA em férias

Durante a execução do ano de 2008 o SIPAG/MT se deparou com situações de servidores que necessitavam gozar suas férias anuais e, no entanto, foi preciso deslocar servidores de outras regiões para dar continuidade ao Serviço Inspeção Federal tendo despesas de material de consumos, passagens e diárias na total de **R\$ 13.854,88**.

I -Convocação CCRC/SDA

O SIPAG/MT atendeu diversas convocações da CCRC - Coordenação de Resíduos de Contaminantes para auxiliá-la na execução do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes com vista a implantação do SISRES – Sistema de Controle de Resíduos e Contaminantes. O custo total para atendimento dessas convocações foi de **R\$ 9.183,46** com diárias e passagens.

J -Acompanhamento de missões

O setor de Bovinos e Suínos no Estado de Mato Grosso recebeu 26 auditorias de missões estrangeiras em estabelecimentos habilitados ou que solicitaram habilitação para a exportação com objetivo de verificar as condições higiênico sanitária do estabelecimento, além de verificar o atendimento aos requisitos para produção com vistas a exportação atendendo a legislação do país importador sendo que foi observado falhas em 1 estabelecimento sendo que o mesmo solicitou exclusão da lista de exportadores para EUA. Essas Auditorias foram acompanhadas por servidores do quadro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o que despendeu recursos na total de **R\$ 1.840,64** com diárias e passagens para aqueles que necessitavam de deslocamento.

K - Convocação SFA/MT

Devido à estrutura física do SFA/MT e do SIPAG/MT não estarem adequadas ao volume de trabalho e de ter defasagem no quadro de pessoal; necessário para dar continuidade ao serviço. O SIPAG/MT convocou uma servidora com formação em Arquitetura do quadro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da SFA/RO para executar Projeto Arquitetônico de Ampliação da SFA/MT. Esta ação demandou despesas da ordem **R\$ 1.146,23** com diárias e passagens.

L -Vistoria de terreno

O SIPAG/MT enviou técnicos para realizar vistoria de terreno nos municípios de Tabaporã/MT, Jangada/MT, Santo Antonio do Leverger/MT, Nova Bandeirantes/MT, Arenápolis/MT, Diamantino/MT e Confresa/MT para aprovação de construção de estabelecidos produtor ao custo total de **R\$ 727,29**.

M - Coleta fiscal

Realização de coleta fiscal nos municípios de Comodoro/MT, Campo Verde/MT e Nova Monte Verde/MT no valor de **R\$ 356,21** com material de consumo e diárias.

N - Convocação DICA

O SIPAG/MT atendeu a convocação da DICA – Divisão de Carne de Aves e Ovos e enviou 01 técnico para ajudar os trabalhos de âmbito nacional com despesas na ordem de **R\$ 619,73**.

O - Instalação de ER

Realização de despesas **R\$ 83,04** com diárias para envio de 02 técnicos ao município de Campo Verde/MT para instalação do ER Granja Euro.

P -Exposições

O SIPAG/MT enviou dois técnicos para participarem da EXPOLESTE no município de Barra do Garças/MT e EXPOARA no município de Araputanga/MT com custo total de **R\$ 395,03**.

Q -Resultados adicionais

Os resultados adicionais obtidos nos diferentes processos executados pelo SIPAG/MT são apresentados nas tabelas abaixo através dos indicadores:

QUANTIDADE DE INDÚSTRIAS EM 31/12/2008	
INDÚSTRIAS FRIGORÍFICAS	44
ENTREPOSTO DE CARNES E DERIVADOS	03
FÁBRICA DE CONSERVAS	03
FÁBRICA DE PRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS	07
INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS	42
INDÚSTRIAS DE PESCADO	03
INDÚSTRIAS DE MEL	02
ENTREPOSTO DE OVOS	01
TOTAL	105

QUANT. DE ESTABELEC. RELACIONADOS EM 31/12/2008	
ER - CURTUMES	07
ER – OVOS	02
ER – CASA DE ABASTECIMENTO	01
TOTAL	10

NOVAS IND. COM RESERVAS DE SIF NO ANO DE 2008	
ENTREPOSTO DE CARNES E DERIVADOS	01
FABRICA DE PRODUTOS NAO COMESTIVEIS	02
INDÚSTRIAS FRIGORÍFICAS	07
INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS	01
INDÚSTRIAS DE PESCADO	02
TOTAL	13

A inspeção de produtos cárneos abrange, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a Inspeção ante e post mortem dos animais, o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem e trânsito de quaisquer produtos e subprodutos, destinados ou não à alimentação humana. No ano de 2008 foram inspecionados 126.446.248 animais (fonte: SIGSIF) conforme tabela abaixo.

Espécie Animal	Quantidade
-----------------------	-------------------

Aves	121.822.577
Avestruz	203
Bovinos	3.651.481
Bubalinos	766
Suínos	971.231
TOTAL	126.446.258

A inspeção de ovos resultou na produção de quantidade de produtos da tabela abaixo (fonte: SIGSIF).

Produto	Quantidade	Unid
Ovos De Galinha Tipo 3(Medio) Cl C	2.585.100	DZ
Ovos De Galinha Tipo 4(Pequeno)Cl C	447.660	DZ
Ovos De Galinha Tipo Industrial	462.660	DZ
Ovos De Galinha Tipo 2(Grande) Cl C	3.738.160	DZ
Ovos De Galinha Tipo Jumbo	152.610	DZ
Ovos Congelados	9.420	DZ
Ovos De Galinha Tipo 1 (Extra) Cl C	1.724.910	DZ
Ovos Liquido	29.322	KG

O setor de leite possui 42 estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Federal que produziu em 2008 a quantidade de produtos da tabela abaixo (fonte: SIGSIF):

Produtos	Quantidade	Unid.
Queijo Fundido C/Outros Ingredient.	362	KG
Creme De Leite Pasteurizado	613	KG
Queijo Tipo Provolone Fresco	889	KG
Queijo Mussarela (Leite De Bufala)	1.496	KG
Doce De Leite Em Pasta C/Coco	1.674	KG
Queijo Minas (Frescal)	2.370	KG
Requeijao Do Norte	2.961	KG
Requeijao Cremoso	5.532	KG
Doce De Leite Em Pasta	5.561	KG
Creme De Leite Para Uso Industrial	7.925	L
Queijo Provolone	8.654	KG
Requeijao	9.175	KG
Queijo T.Provolone Fresco(Defumado)	13.408	KG
Manteiga Comum C/Sal	13.495	KG
Iogurte Com Sabor	15.338	L
Leite Cru Resfriado Acido	17.661	KG
Manteiga Comum S/ Sal	20.412	KG
Leite Pasteurizado	21.746	L
Leite Cru Refrigerado	23.154	L
Manteiga De Prim. Qualidade S/Sal	24.438	KG
Manteiga Primeira Qual. C/Sal	28.620	KG
Leite Uht Semi-Desnatado	29.664	L
Soro De Leite Pasteurizado	32.400	L
Bebida Lactea C/Outros Ingredientes	45.155	L
Creme De Desnate De Soro De Queijo	58.737	KG
Queijo Prato	66.941	KG
Queijo De Coalho	82.491	KG
Bebida Lactea Fermentada	109.245	L
Creme De Industria	133.745	KG
Queijo Prato (Lanche)	221.701	KG
Leite Uht Desnatado	260.856	L
Queijo Tipo Mussarela	486.979	KG
Leite Em Po Integral	497.704	KG
Queijo Mussarela	2.352.580	KG
Leite Uht Integral	3.203.687	KG
Leite Pasteurizado Tipo C	4.005.516	L
Leite Cru Resfriado Tipo C	4.625.455	L

Queijo Parmesão	23.001.072	KG
-----------------	------------	----

O setor de pescado possui 03 estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Federal que produziu em 2008 quantidade de produtos da tabela abaixo (fonte: SIGSIF):

Produto	Quantidade	
Peixe Congelado (Inteiro, Eviscerado, Em Postas)	3.011	KG
Pedacos De Peixe Congelado	5.531	KG
File De Peixe Congelado	23.811	KG
Peixe Eviscerado Congelado	3.117	KG
Peixe Congelado (Inteiro, Eviscerado, Pedacos, Postas, Filé)	337	KG
Peixe Congelado (Inteiro, Eviscerado, Pedacos, Em Postas, Em Filés)	109.591	KG
Peixe Inteiro Congelado	3.740	KG
Filé De Tilápia Congelado	28.983	KG
Polpa De Peixe Congelada	18.365	KG
Carne De Peixe Congelada	267	KG
Lombo De Peixe Congelado	7.163	KG
Residuos De Pescado	295.303	KG
Peixe Congelado (Inteiro, Eviscerado)	2.165	KG
Pedacos De Peixes Congelados	3.091	KG
Filé De Peixe Congelado	13.840	KG
Carne De Peixe Moída Congelada	9.185	KG
Pintado	180.609	KG
Pedacos De Peixe Congelado	90.796	KG
Carne De Peixe Empanada Congelada	24.300	KG
Residuos De Pescado	91.771	KG
File De Peixe Congelado	7.231	KG
Pescado Congelado (Cabeca, Espinhaco)	83.253	KG
Pedacos De Peixe Empanados Cong.	400	KG
Outros Produtos De Peixe Prep. Cong.	3.678	KG
Peixe Congelado Em Postas	320	KG
Peixe Eviscerado Congelado	142.016	KG

Os estabelecimentos sob SIF do setor de Mel produziram 700 Kg de mel de abelhas.

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de um estabelecimento inspecionado (CEI)	Percentual de estabelecimentos inspecionados em relação ao programado (PEI)	Taxa de conformidade em análise microbiológicas e físico-químicas. (TCAMF)
Fórmula de Cálculo	$CEI = CTE / NEI$	$PEI = (NEI / NEP) * 100$	$TCAMF = (QAC / QAMFQ) * 100$
Operadores:	CTE = Custo Total de Inspeção de Estabelecimentos (R\$) NEI = Número de estabelecimentos inspecionados	NEP = Número de Inspeção de Estabelecimentos Programados. NEI = Número de estabelecimentos inspecionados	QAMFQ = Quantidade de análises microbiológicas e físico-químicas. QAC = Quantidade de análises em conformidade.
Valores	CTE = 333.130,18 NEI = 105	NEP= 102 NEI= 105	QAMFQ = 8857 QAC = 8256
Resultado	R\$ 3.172,66	102,94 %	93,21 %
Unidade de med.:	R\$ / Estabelecimento inspecionado	Percentual (%)	Porcentagem
Observações			O realização deste calculo de Taxa de conformidade em análise microbiológicas e físicos-químicas foram consideras as análises realizadas pelo LAPOA, sendo que para o setor de bovinos, aves e suínos foram computadas todas as análises de janeiro a dezembro de 2008; o setor de pescado foi computados os meses de maio, junho, setembro, outubro e dezembro e de Jarked Beef a análise de Agosto, Setembro e outubro de 2008.
Fonte:			

2.3.1.2 Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – RESIDUOS

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA
Unidade Executora	SIPAG/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	CCRC/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Leandro Diamantino Feijó
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Antonio Sérgio Marques Teles Lobo

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Análises Realizadas	2313	2073

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	36.824,41	36.778,60
Material de Consumo	1.891,95	1.638,68
Passagem	31.053,61	31.053,61
Serviços de terceiros Pessoa Jurídica	3.650,07	1.134,78
Material Permanente	137.983,69	132.358,37
Total	211.403,63	202.964,04

As ações abaixo descritas foram planejadas pela CCRC/SDA, sendo que a SFA/MT não participou do planejamento, bem como da programação e disponibilização do recurso. Podendo haver duplicidade das informações apresentadas pela CCRC quanto às despesas executadas e dos resultados alcançados na SFA/MT.

a) Foram feitas 09 (nove) convocações de servidores do SIPAG/MT – Agentes de Inspeção Sanitária Industrial de Produtos de Origem Animal (AISIPOA) pela CCRC para auxiliar nos trabalhos daquela Coordenadoria, fazendo-se a inserção de dados dos Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) e dos Médicos Veterinários Conveniados responsáveis por colheita de amostras do PNCRC dentro dos estabelecimentos sob chancela do SIF, tanto no SIGSIF, quanto no SISRES. Verificando também os problemas técnicos de informática ocorridos no sistema junto à CGTI, onde foram gerados relatórios de serviços e ajustes importantes para o início do funcionamento do sistema.

Vale ressaltar que esse Sistema visa melhoria e rapidez da visualização dos dados das análises, redução de descarte de amostras por erro de preenchimento da Requisição Oficial de Análise, verificação do resultado das análises on-line, tomada de ações mais rápidas, tendo em vista o conhecimento desses resultados, melhor gerenciamento das amostras e das análises por SIF pela Gestão Estadual do PNCRC.

Foram realizados levantamentos de violações ocorridas no país no período de 2002 a 2008, como subsídio de ação de Projeto de Educação Sanitária da CCRC junto os produtores rurais nas regiões onde ocorrem a maior detecção de produtos acima do Limite Máximo de Resíduo permitido ou de uso proibido por falta de Boas Práticas Pecuárias nas propriedades.

b) Participação de servidores (FFA e AISIPOA responsáveis pelo programa) na I Reunião Nacional de Gestores Estaduais do PNCRC em Recife/PE de 16 a 18/04/08, onde foram discutidos todos os problemas ocorridos no ano de 2007, os resultados por estado das análises, plano amostral, diretrizes para o ano de 2008, informações sobre a Instrução Normativa nº. 10/08 publicada em 17/04/08 sobre a amostragem e LMRs, validação de amostras para o ano de 2008, inserção dos estabelecimentos de mercado interno nos sorteios semanais do PNCRC.

c) Participação de servidores (FFA e AISIPOA responsáveis pelo programa) no Seminário Nacional do PNCRC pescados em Fortaleza/CE no período de 06 a 09/05/08, sendo treinados para colheita, amostragem e encaminhamento das amostras aos laboratórios. Discutidos pontos positivos e negativos das análises (quantidade e descartes), inserção de estabelecimentos de mercado interno nos sorteios semanais do PNCRC, melhor divisão de amostragem por SIF, situação dos sorteios no estado de MT, visita a indústria de pescado para treinamento prático de colheita de amostra de pescado.

d) Participação e coordenação do Seminário Nacional do PNCRC bovinos realizado em Cuiabá/MT no período de 08 a 11/09/08, sendo repassados aos FFAs e médicos veterinários conveniados responsáveis pela colheita de amostras do PNCRC nos estabelecimentos exportadores para União Européia as normas e exigências dessa, treinamento na área de bovinos (colheita, funcionamento do SISRES, preenchimento do ROA, envio de amostras aos laboratórios credenciados e da rede oficial, acompanhamento do trânsito das amostras e resultado das análises), apresentação da situação das análises, comentários sobre os processos de apuração de responsabilidade das amostras não enviadas aos laboratórios ou descartadas. Participaram 67 encarregados de IF do país (SP, PR, GO, MS, TO, PA, RS, MG e MT), sendo 12 de MT.

e) Participação na II Reunião Nacional dos Gestores Estaduais do PNCRC realizada em Fortaleza/CE no período de 07 a 10/12/08, onde foram abordados assuntos referentes às ações do DIPOA e da CCRC; discussão sobre os problemas ocorridos nas análises e no recebimento e descarte de amostras, apontados e demonstrados pelo Coordenador da Coordenadoria Geral de Apoio Laboratorial (CGAL); novas normas e instruções de serviço dos subprogramas de monitoramento e subprograma de investigação da CGPE; apresentação dos dados levantados das violações ocorridas no país no período de 2002 a 2008, projeto de Educação Sanitária em conjunto com Universidades e CRMVs, a inserção dos estabelecimentos de mercado interno e os novos que ainda não foram incluídos nos sorteios do PNCRC; recebimento de homenagens aos Gestores Estaduais que se destacaram em suas ações nos estados no ano de 2008, entrega de placa de homenagem especial aos servidores que contribuíram para o funcionamento dos SISRES e aos demais Gestores que realizaram com eficiência suas ações.

f) Recebimento de recurso para compra de notebooks para cada Gestão Estadual do país (27) e impressoras multifuncionais, estabilizadores, armários para arquivo, cadeiras, telefone sem fio, mais 03 notebooks para atender as ações do SIPAG/MT e, um frigobar para atender as necessidades da CCRC/SDA. Foi descentralizado esse recurso para o estado de MT, pois a SFA/MT encontrava-se em processo licitatório de vários materiais permanente e de consumo. Esses materiais já foram adquiridos, recebidos e patrimoniados, esperando recurso para encaminhamento aos demais estados.

Atributo	Indicadores
	Efetividade
Indicador	Taxa de conformidade das análises realizadas (TCA)
Fórmula de Cálculo	$TCA = (QAAC / QAR) * 100$
Operadores:	QAAC = Quantidade Amostras analisados em Conformidade QAAP = Quantidade Amostras Realizadas
Valores	QAAC = 1774 QAR = 2073
Resultado	85,58%
Unidade de med.:	Porcentagem
Fonte:	

2.3.1.3 Padronização, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - PADCLASSIF

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CGQV/DIPOV/SDA/MAPA
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SIPAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	FERNANDO GUIDO PENARIOL – Coordenador da CGQV/DIPOV
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	ANTONIO SERGIO MARQUES TELES LOBO – Chefe do SIPAG

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Produto fiscalizado	12.000 t	2.111 t

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	10.200,00	6.938,04
Material de Consumo	7.740,00	1.876,73
Passagem aérea	3.000,00	6.473,00
Total	20.940,00	15.287,77

No ano de 2008, prosseguimos com os trabalhos desenvolvidos no ano anterior, priorizando os relacionados à conscientização do setor envolvido com a classificação vegetal, visando uma melhora significativa na qualidade dos produtos oferecidos ao consumidor, principalmente Arroz e Feijão. Essa estratégia foi adotada, em razão de continuarmos com apenas um fiscal atuando no PI. Adicionalmente, cabe ressaltar que dispúnhamos de poucos fiscais para acompanhar muitos processos, e não contávamos com pessoal administrativo.

No mês de junho conseguimos que o INDEA –MT disponibilizasse um Engenheiro Agrônomo com larga experiência em Classificação Vegetal, o que possibilitou a implantação de um Laboratório de Classificação na SFA/MT, cuja conclusão deu-se ao final do mês de julho. O laboratório foi equipado inicialmente para classificar grãos, mas já o estamos preparando com vistas à realização da classificação física de farinha de mandioca. Disponibilizamos ainda treinamento de reciclagem para o técnico classificador. Somente a partir de setembro pudemos contar com o apoio de um Estagiário que colaborou no serviço administrativo e também na instrução de processos administrativos.

No início do mês de agosto realizamos o “1º Encontro Estadual de Empresas Credenciadas em Classificação Vegetal”, evento inédito no país, e que contou com a participação das 11 empresas credenciadas junto

ao MAPA no estado de Mato Grosso, além de Empresas do Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Brasília. O evento foi abrilhantado com presença do Diretor do DIPOV, Dr. Massao Tadano, bem como do Coordenador Geral da Qualidade Vegetal, Dr. Fernando Guido Penariol, além de Coordenadores de áreas técnicas da Classificação em Brasília. Outras presenças ilustres foram ainda registradas, tais como a do Superintendente da CONAB em Mato Grosso, do Presidente da ASCLAVE (Associação Brasileira de Empresas Credenciadas em Classificação Vegetal) e do Superintendente da SFA/MT. Objetivando a continuidade do evento, na ocasião ficou decidido que o mesmo será realizado anualmente pelas empresas credenciadas junto a este órgão.

Desenvolvemos um trabalho em parceria com o Departamento de Pós Colheita da Universidade Federal de Mato Grosso, oferecendo estágios não remunerados a acadêmicos cursando o último semestre de graduação, onde os mesmos desenvolveram as monografias relacionadas à qualidade vegetal, efetuadas em nosso laboratório de classificação e monitorados pelo nosso Classificador oficial, o Engº Agrº José de Souza Costa. Contamos com a participação de 05 estagiários, com trabalhos orientados para pesquisa de temas com aplicação prática imediata, tais como: comparação da qualidade de feijão no estado de Mato Grosso e pesquisa sobre o defeito gessado em grãos de arroz, tese esta que está sendo aproveitada na Revisão da Portaria 269, sobre Padrão de Qualidade do Arroz. O programa de estágios contribuiu de maneira relevante para a viabilização do laboratório.

Participamos ativamente nesse ano do grupo que está revisando a Portaria 269, que define o Padrão de Qualidade do Arroz, matéria fundamental para a rizicultura do estado, que é o terceiro produtor nacional. Estivemos presentes em três reuniões do grupo que acompanha a revisão, ocorridas em Brasília-DF.

Contribuímos ainda participando do grupo que está revisando a regulamentação do Decreto 6.268 de 22/11/07, integrando a comissão que está elaborando uma Instrução Normativa para regulamentar a Habilitação de Classificadores, já em fase de conclusão. Participamos ainda de um grupo que representa o MAPA junto ao *Codex Alimentarius*, na revisão dos padrões Codex para Produtos Hortícolas. Juntamente com este grupo estivemos em Fraiburgo – SC, reunidos com produtores e embaladores de maçã, para a revisão do padrão da mesma, onde visitamos pomares e packing houses e levantamos as necessidades e aspirações do segmento envolvido, uma vez que o padrão Codex baliza boa parte do comércio internacional.

Prosseguimos com o projeto Classificação de Grãos desenvolvido pela APROSOJA, onde integramos a comissão de comercialização de grãos. Atuamos no auxílio à elaboração da edição revisada da “Cartilha do Produtor de Soja”, que será lançada na atual safra, com o objetivo de orientar o produtor quanto à qualidade de seu produto para a comercialização, mostrando aspectos legais e práticos da qualidade do produto.

No que tange às Metas SIPLAN, programamos um volume de produto fiscalizado de 12.000 T para o ano de 2008, corrigindo a meta do ano anterior que era de 1.000 T, na expectativa da contratação de mais um Fiscal. Como essa expectativa não se confirmou, o cumprimento da meta ficou comprometido, sendo realizado em torno de 17% do Programado.

Estamos trabalhando no sentido de viabilizar uma Escola regular de Classificação no Estado. Para isto estamos em entendimento com a Fundação Lucas, na cidade de Lucas do Rio Verde, que está elaborando um projeto, sob nossa supervisão, para levantar os recursos necessários. Este curso deverá estar ativo para o segundo semestre de 2009. Estamos ainda analisando, juntamente com nosso Superintendente, a possibilidade de criar um espaço para pequenos cursos de Classificação em nossa Superintendência. O projeto prevê uma sala para até 20 alunos, suficiente para reciclagens e revisão de padrões pelos técnicos das empresas credenciadas, bem como espaço para treinamento de estagiários.

Foram efetuadas 58 fiscalizações em empresas embaladoras e comerciantes de produtos vegetais, sendo lavrados 09 Autos de Infração, além de 07 inspeções em empresas credenciadas. Salientamos que a meta física foi alterada de 1.000 T, em 2007, para 12.000 T em 2009, em razão da possibilidade de contratação de mais um fiscal. Como essa contratação não ocorreu, o cumprimento da meta ficou prejudicado. Aliado a isso, ocorreram nos meses de novembro e dezembro vários eventos, tais como: cursos de reciclagem para classificador e o Encontro Nacional da Qualidade Vegetal; além da demanda de trabalho na sede, com atendimento a fiscalizados e acompanhamento dos processos administrativos, comprometendo o programa de fiscalizações. Já está confirmada a inclusão de mais uma fiscal no quadro para o próximo ano, o que deverá normalizar o trabalho de fiscalização.

No que diz respeito às metas financeiras, foram executados 73% do previsto para o ano de 2008.

Atributo	Indicadores	
	Eficiência	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização realizada (CFR)	Taxa de conformidade de produtos (TCP)

Fórmula de Cálculo	CFR = CTF / NFR	TCP=(QPFC / TPFP) * 100
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QPFC = Quantidade Produtos Fiscalizados em Conformidade TPFP= Total de Produtos Fiscalizados no Período
Valores	CTF = 8.814,77 NFR = 58	QPFC = 204 TPFP = 213
Resultado	R\$ 151,98	95,77%
Unidade de med.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)
Fonte:		

2.3.1.4 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - IPVEGETAL2

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CGVB/DIPOV/SDA/MAPA
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SIPAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	GRACIANE G.MAGALHÃES DE CASTRO – Coordenadora da CGVB/DIPOV
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	ANTÔNIO SERGIO MARQUES TELES LOBO

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Estabelecimento inspecionado	100	76

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	12.472,68	10.727,70
Material de Consumo	8.250,00	2.974,45
Passagem aérea	6.835,49	6.835,49
Total	27.558,17	20.537,64

No decorrer do ano de 2008, foram realizadas inspeções em todos os estabelecimentos que constam no sistema SIPE, e concluímos que alguns estão desativados permanentemente, com remoção dos equipamentos de produção e suas estruturas sendo utilizadas para outros fins, porém ainda constam no referido Sistema. Este levantamento servirá para procedermos à baixa ou cancelamento dos mesmos no Sistema.

De um total de 68 (sessenta e oito) estabelecimentos ativos, foram inspecionados 76 (setenta e seis), constando alguns inativos, mesmo assim entendemos que foi atingida uma média de 1 (uma) inspeção por estabelecimento por ano. Para o próximo ano, iremos à busca de 2 (dois) estabelecimentos por ano, ou seja, no mínimo uma inspeção por semestre, assim daremos mais apoio ao empresário e poderemos dar maior garantia de conformidade aos alimentos e bebidas inspecionadas por nossos fiscais e consumidas pela população.

Nos primeiros meses do ano, não fomos atendidos com a liberação normal de recursos financeiros programados para realização das viagens para outros municípios, porém nesta área, podemos compensar com ações desempenhadas na sede do município, enquanto se aguarda a normalização das liberações conforme programado.

Tivemos também as ações parcialmente prejudicadas, pela razão que foram nomeadas duas novas fiscais para a área, sendo as mesmas treinadas, para posteriormente estarem aptas para as atividades.

Para o próximo ano é imperioso que se corrija os valores das diárias, pois aquilo que atualmente se paga, não cobre totalmente as despesas com hospedagem e alimentação necessárias ao bom desempenho das atividades de qualquer profissional, podendo ficar parcialmente prejudicado o atendimento das metas propostas.

Com relação ao ano de 2007, a eficácia passou de 47% para 77%, ou seja, houve um aumento de 30 pontos percentuais no número de empresas inspecionadas, com relação à programação para o ano de 2008. Para o próximo ano a meta é aumentar ainda mais, ou seja, chegar o mais próximo possível do programado.

Com relação a taxa de conformidade, entendemos que a medida que aumentarmos o número de inspeções anuais, o número de não-conformidades também tenderá a diminuir.

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma inspeção realizada (CIR)	Percentual de inspeções realizadas em relação ao programado (PIR)	Taxa de Conformidade das Empresas inspecionadas (TCE)
Fórmula de Cálculo	$CIR = CTI / NIR$	$PIR = (NIR / NIP) * 100$	$TCE = (QEI / QEINC) * 100$
Operadores:	CTI = Custo Total das inspeção (R\$) NIR = Número de Inspeções Realizadas	NIP = Número de Inspeções Programadas NIR = Número de Inspeções Realizadas	QEI = Quantidade Empresa Inspeccionadas no Período QEINC = Quantidade de Empresa Inspeccionadas Não Conformes no Período
Valores	CTI = 20.537,64 NIR = 76	NIP= 100 NIR= 76	QEI = 76 QEINC =38
Resultado	R\$ 270,23	76,0 %	50,0 %
Unidade de med.:	R\$ / Inspeção	Percentual (%)	Porcentagem
Observações	Para que possamos atingir o objetivo, ou seja, INSPECIONAR UM ESTABELECIMENTO são necessárias outras ações de suporte, e que não são mensuradas, quais sejam: -coletas de amostras -Autuações -Apreensões -Intimações -Interdições -Inutilizações -Vistorias p/ registro		

2.3.1.5 Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGE

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País
Descrição:	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:	Coordenação de Biossegurança - CBIO
Unidade Executora:	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução:	SEDESA
Coordenador Nacional da Ação:	Marcus Vinícios Segurado Coelho
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local:	Enio José de Arruda Martins

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalização de Pesquisa		45
Fiscalização de Usuários		10
Fiscalização de Beneficiadores de Sementes		4
Fiscalização de OGM - Total	52	59

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	4.418,51	4.418,51
Material de Consumo	8.798,25	8.607,28
Passagens	5.009,41	5.009,41
Serviços de Terceiros P. Jurídica	2.655,00	2.555,00
Total	20.881,17	

A ação de fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados compreende a fiscalização da manipulação de OGM **em regime de contenção**, que compreende a manipulação de OGMs em laboratório; a fiscalização da **liberação planejada** no meio ambiente, que compreende a pesquisa a campo antes da autorização para uso; a fiscalização do **uso comercial** e a fiscalização da **rotulagem** dos produtos com OGM.

No Mato Grosso, a fiscalização abrange a liberação planejada e o uso comercial, visto que não existem laboratórios de pesquisa de OGM em regime de contenção no Estado. A fiscalização de rotulagem é feita no âmbito da fiscalização.

Em anos anteriores, devido ao uso ilegal de sementes de OGM, principalmente no algodão, foi desenvolvido um grande trabalho de contenção, que gerou grande número de Autos de Infração. Em decorrência deste trabalho se conseguiu praticamente eliminar o uso de OGMs não autorizado no cultivo comercial.

Em vista disso, a fiscalização em 2008 concentrou-se no acompanhamento da liberação planejada no ambiente de OGMs, que consiste na fiscalização dos experimentos realizados a campo com cultivares detentoras de eventos ainda não autorizados para uso comercial. Estes experimentos concentraram-se no município de Sorriso e na região do município de Primavera do Leste. As empresas fiscalizadas foram Monsanto, Bayer, Dow e Coodetec. No total foram emitidos 44 Termos de Fiscalização de liberação planejada. Durante o ano de 2008 a CTNBio

aprovou vários eventos de OGM, que tornou desnecessário a fiscalização de um número expressivo de experimentos.

Foram também realizadas 10 fiscalizações de uso comercial e 4 em deslindadoras de semente de algodão.

Além das despesas com deslocamento para fiscalização (R\$ 2.726,47), foram disponibilizados recursos para aquisição de Kits para detecção de eventos OGM (R\$ 7.650,00) e para pagamento de inscrição de Curso de Especialização em Biotecnologia (R\$ 2.555,00).

Também houve a participação de 3 Fiscais Federais Agropecuários que atuam na fiscalização de OGM no evento **III Reunião Técnica sobre Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados**, de 09 a 12 de dezembro.

Conforme os indicadores abaixo, o Custo Médio das Fiscalizações de Liberação Planejada foi de R\$ 61,97, foi executada 13,5% a mais de fiscalizações do que a meta para o ano e não ocorreu nenhuma infração relacionada a OGM no Estado.

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização de pesquisa com OGM realizada (CFR)	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Taxa de Conformidade de pesquisa e utilização de OGM (TCOGM)
Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCOGM = (1 - (AI / FR)) * 100$
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	AI = Autos de infração Emitidos FR = Fiscalizações Realizadas
Valores	CTF = 2.726,47 NFR = 44	NFP = 52 NFR = 59	AI = 0 FR = 59
Resultado	R\$ 61,97	113,5 %	100 %
Unidade de med.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem (%)
Observações	Considerou-se para apuração do Indicador as despesas com deslocamento para fiscalização de pesquisa de OGM.		
Fonte:	SIAFI Gerencial e SIPLAN	SIPLAN	SIPLAN

2.3.2 Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Maria Angélica Ribeiro de Oliveira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG / MT
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Conformidade de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes Agrícolas
Público-alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

2.3.2.1 Fiscalização de sementes e mudas - FISCALSEM1

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Oferecer materiais de multiplicação e reprodução vegetal de qualidade para os produtores rurais, garantindo suas conformidades com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética estabelecidos pela legislação.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste na execução dos seguintes processos: 1) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador, laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM; 2) Inscrição dos campos de produção de sementes e mudas; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; 4) Inspeção dos campos de produção sementes e mudas; 5) Auditoria das empresas certificadoras de sementes e mudas; 6) Apreciação e relatoria de processos administrativos resultantes de autuações registradas no curso das ações de fiscalizações; 7) Atendimento ao público usuário do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SFA-MT.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CSM/DFIA/SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/MT
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino – Coordenador de Sementes e Mudas
Responsáveis pela execução das ações	Sidnei Francisco Cruz – FFA / Chefe do SEFAG / MT José Silvino Moreira Filho – FFA / Responsável Técnico

Os resultados das metas física e financeira do PI FISCALSEM1 estão demonstrados na tabela a seguir.

Processo	META FÍSICA	
	Prevista	Executada
Fiscalização em estabelecimentos/entidades	199	228
Coleta de amostras de sementes e mudas	500	509

Total	699	737
-------	-----	-----

Processo	META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada
Fiscalização de Sementes e Mudanças	145.580,22	116.923,30
Fiscalização em estabelecimentos/entidades = recursos necessários para os deslocamentos (diárias e suprimentos)	91.983,36	36.837,70

Observa-se se que no exercício 2008 a meta física realizada superou a prevista. Tal fato justifica-se pelas ações executadas com vistas ao atendimento de denúncias, as quais não são previstas no planejamento do ano por tratar-se de uma demanda de natureza imprevisível.

A respeito das metas financeiras, foi utilizado um total de R\$116.923,30 para o desenvolvimento das atividades durante 2008. Desse total, R\$36.837,70 representaram os gastos com deslocamento dos fiscais federais agropecuários para fiscalização dentro do Estado de Mato Grosso, as quais foram realizadas com recursos provenientes dos elementos de despesa 339014 (diárias) e 339030 (material de consumo). Quanto aos R\$80.085,60 restantes, uma parte refere-se a despesas executadas com recursos dos elementos 339014 (diárias) e 339033 (passagens aéreas), utilizados para realização de treinamentos, reuniões em outras unidades da federação e participações dos Fiscais Federais Agropecuários em ações de força-tarefa em outros Estados. Outra parte dos recursos restantes, proveniente dos elementos 339030 e 339039 (serviço de terceiros) foi utilizada para a manutenção da frota de veículos do Serviço de Fiscalização Agropecuária, incluindo as revisões obrigatórias dos veículos novos, e para o pagamento de despesas decorrentes de análises laboratoriais de sementes.

Além das atividades de campo, o SEFAG, ao longo de 2008, procurou aprimorar e agilizar o atendimento ao público externo e os processos administrativos internos, como a emissão de registros, inscrições de campos de produção de sementes e atendimento aos prazos para apreciação e relatoria de processos de autuação. Neste contexto, a participação da equipe do SEFAG/MT em reuniões técnicas de comissões e conselhos contribuiu para o desenvolvimento agropecuário do Estado em diversas ações e iniciativas.

A partir do exercício 2008, cada coleta de amostra efetuada passou a representar uma fiscalização, conforme decisão da Coordenação de Sementes e Mudanças – CSM/DFIA/SDA, o que elevou consideravelmente as metas físicas previstas e executadas em 2008, quando comparadas com o exercício de 2007.

Para efeito de análise e avaliação dos resultados alcançados e dos indicadores de desempenho operacional, todavia, foram consideradas nas fórmulas para cálculo de eficiência e eficácia, apenas as fiscalizações realizadas nos estabelecimentos ou entidades, que implicaram em deslocamento e consequentemente em consumo de recursos específicos para sua realização, uma vez que as coletas de amostras de sementes e mudas, quando realizadas, ocorreram durante a própria ação de fiscalização junto aos produtores ou usuários de sementes e mudas.

No que se refere à eficácia da ação, no ano de 2008 foram executadas 228 ações de fiscalização pelo SEFAG/MT junto aos produtores, comerciantes e usuários de sementes e mudas, quando estavam programadas 199 ações, o que resultou numa eficácia de 114,57%.

O incremento de ações em relação ao programado, como foi citado anteriormente, pode ser atribuído à apuração de diversas denúncias referentes à produção e utilização irregulares de sementes, encaminhadas ao SEFAG/SFA/MT durante 2008, que resultaram em ações de fiscalização não contempladas nas metas físicas previstas.

Salienta-se que as ações realizadas em 2008 resultaram na instauração de 80 processos administrativos de Autos de Infração e na suspensão da comercialização de 5.868,43 t de sementes.

Analisando o indicador eficiência, observa-se que houve uma redução da ordem de 31,62 %, no custo de cada fiscalização, em relação ao custo realizado no exercício anterior. Essa redução deveu-se principalmente ao fato de que algumas fiscalizações durante o ano foram realizadas em conjunto com outros PIs, visando exatamente otimizar o uso dos recursos públicos.

No que diz respeito à efetividade, e considerando que a qualidade das sementes e mudas ofertadas aos produtores rurais é uma das principais finalidades do PI FISCALSEM1, bem como ser a conformidade das sementes e mudas um dos principais critérios que garantem a sua qualidade, adotou-se a Taxa de Conformidade de Sementes (TC) como um indicador de efetividade para o PI.

Analisando tal indicador, conclui-se que a Taxa de Conformidade de Sementes (TC) atingida no ano de 2008, da ordem de 94,96%, demonstra que as sementes ofertadas pelos produtores do Estado de Mato Grosso

apresentam-se adequadas em sua maior parte perante os padrões legais, revelando um resultado bastante positivo das fiscalizações realizadas no âmbito do PI FISCALSEM1.

Em atenção aos aspectos logísticos do serviço de fiscalização no Mato Grosso, onde o número de produtores de sementes e mudas é significativamente elevado em relação a outros Estados, com propriedades rurais distantes e com extensas áreas de produção, o quadro de Fiscais Federais Agropecuários incrementado em 2007 pelo último concurso público realizado, a frota de veículos e equipamentos (computadores, GPSs, impressoras, material de escritório em geral) investidos no SEFAG/MT, demonstram melhoria na eficiência e eficácia das ações de fiscalização, otimizando as atividades e aumentando a qualidade técnica tanto a campo como em demandas internas do serviço.

Fiscalizações conjuntas por equipes de diferentes serviços do SEFAG (sementes e fertilizantes, por exemplo), têm demonstrado bons resultados em determinadas situações, principalmente em regiões mais longínquas, onde a demanda é menor e é possível agrupar o serviço para ser realizado em um mesmo deslocamento, diminuindo custos.

A contribuição de estagiários e de pessoal administrativo foi de grande importância para o alcance das metas propostas e realizadas em função de uma maior agilidade no trâmite de processos, atendimento ao público, organização, sistematização e processamento de dados obtidos durante as ações de fiscalização.

Como possível contribuição aos serviços de fiscalização de sementes e mudas, a criação de UTRAs – Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias, atualmente inexistentes, em locais geograficamente estratégicos, apresenta-se como medida capaz de melhorar a atuação da fiscalização e possibilitar que o SEFAG/MT se mostre mais presente em todo o Estado de Mato Grosso.

Além da criação de UTRAs, um maior número de Fiscais Federais Agropecuários torna-se desejável e necessário, haja vista o aumento da demanda de serviços pela evolução das empresas agropecuárias e aumento de sua produtividade e competitividade no mercado. Soma-se a essa necessidade o aumento de pessoal administrativo no setor, o qual está defasado em número de profissionais, sendo imprescindível sua atuação para que os serviços técnicos não sejam ainda mais absorvidos por demandas administrativas, as quais não devem ser de competência de Fiscais Federais Agropecuários.

Destaca-se ainda a necessidade de reuniões técnicas e específicas que congreguem os Responsáveis Técnicos das empresas que produzem, beneficiem, armazenem, re-embalem sementes e mudas, visando melhorar o relacionamento e aumentar o contato direto com esses profissionais para que a qualidade técnica e administrativa dos trabalhos, tanto no campo como em escritório, permita a otimização de resultados, diminuindo possíveis falhas durante todos os processos e atividades.

Conclui-se, diante das avaliações e resultados obtidos neste ano de 2008 e em relação a anos anteriores, que o SEFAG/MT em sua ação de fiscalização de sementes e mudas evoluiu consideravelmente, mantendo um bom padrão de atendimento ao público, finalização de processos administrativos e atendimento a denúncias, o que refletiu na manutenção da qualidade dos produtos ofertados no mercado de sementes e mudas.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2008 em relação ao ano anterior (2007).	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2008 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Taxa de conformidade de sementes e mudas (TC)
Unidade de medida:	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT

Fórmula de Cálculo	Execução 2008: - Recursos gastos (R\$) = A1 = R\$ 36.837,70 - N.º de fiscalizações= B1= 228 - Custo unitário realizado da fiscalização (CR1) = A1/B1 = R\$ 36.837,70/228 = R\$ 161,57 Execução 2007: - Recursos gastos (R\$) = A2 = R\$ 45.838,75 - N.º de fiscalizações= B2= 194 - Custo unitário realizado da fiscalização (CR2) = A2/B2 = R\$ 45.838,75/194 = R\$ 236,28 Eficiência = [(CR1 / CR2 – 1) x 100] Eficiência = [(R\$161,57/ R\$236,28 – 1) x 100] Eficiência = - 31,62	Programação: - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2008 = FP = 199 - Número de fiscalizações realizadas no ano de 2008= FR = 228 Eficácia = [(FR / FP) x 100] Eficácia = [(228/199) X100] Eficácia = 114,57%	TC=(QAC / QAP) * 100 QAC = Quantidade de sementes e mudas Amostradas analisadas em Conformidade QAP = Quantidade de sementes e mudas Amostradas analisadas no Período QAC = 7063,75 toneladas QAP = 7438,78 toneladas TC = (7063,75 /7438,78)*100 = 94,96%
	CR1 = custo realizado 2008; CR2 = custo realizado 2007; FP = fiscalizações programadas; FR = fiscalizações realizadas.		

3.3.2.2 Fiscalização de serviços agrícolas - FISCAGRIC1

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/SFA/MT
Coordenador nacional da ação	André Guilherme Mardegan
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Márcia A. Albuquerque Teixeira da Silva - Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnica

Os resultados das metas físicas e financeiras da ação de fiscalização de serviços agroagrícolas constam da tabela abaixo.

Metas Previstas					
Física			Financeira		
Processo	Unid.	Quant.	Nat. Desp	Valor (R\$)	Total(R\$)

Fiscalização de Serviços Agrícolas	Fisc	105	339014 339030 339039	21.864,00 20.172,00 10.800,00	52.836,00
------------------------------------	------	-----	----------------------------	-------------------------------------	-----------

Metas realizadas

Física			Financeira		
Processo	Unid.	Quant.	Nat. Desp	Valor (R\$)	Total(R\$)
Fiscalização de Serviços Agrícolas	Fisc	122	339014 339030 339039	6.234,83 9.393,08 3.564,60	19.192,51

Observa-se que houve o integral cumprimento da meta física proposta para esta ação no exercício de 2008, valendo destacar que, em relação ao ano de 2007, houve um incremento de 22% no executado (100 fiscalizações em 2007, para 122 no exercício de 2008). Isto foi possível devido ao treinamento e habilitação de 06 (seis) novos Fiscais Federais Agropecuários que executam outras atividades, com o Curso de Coordenador em Aviação Agrícola, para, também, desempenharem ações de fiscalização da aviação agrícola. Como resposta, vemos no indicador de Eficácia apresentado que as fiscalizações foram executadas com um acréscimo de 16,19% em relação ao programado.

Quanto ao resultado apresentado no indicador de Eficiência, este demonstra que houve redução de 18,92% nos custos de cada fiscalização realizada em relação ao ano anterior. Isto se deve a participação de maior número de fiscais na execução da atividade, resultando num número maior de fiscalizações, bem como nas melhores condições das rodovias, diminuindo o tempo com deslocamentos.

As Figuras I e II, a seguir, demonstram, respectivamente, o comportamento do custo unitário da fiscalização e do nível de atendimento de metas, nos anos de 2006 a 2008.

Figura 1 – Custo Unitário da Fiscalização:

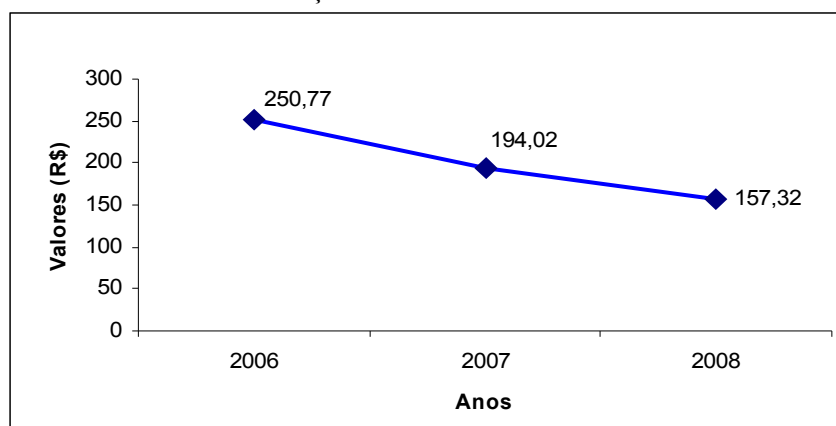
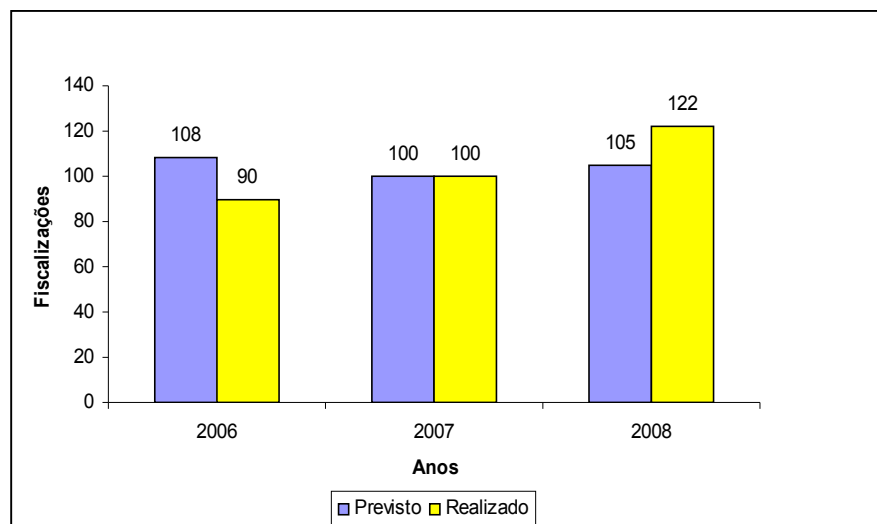


Figura 2 - II Nível de Atendimento das Metas:



Ressalta-se que as ações de fiscalizações desenvolvidas em diferentes municípios do estado, além da fiscalização das empresas registradas, resultaram no registro de 06 (seis) novas empresas de aviação agrícola, que passam a executar suas atividades obedecendo às normas de trabalho, garantindo a segurança humana e a sustentabilidade ambiental.

A ação de Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC1) no exercício de 2008 envolveu, também, a participação em reuniões técnicas e cursos de capacitação de fiscais, cujas despesas financeiras não foram consideradas para efeito de cálculo dos índices dos indicadores de avaliação da atividade no presente exercício.

Vale destacar que por intermédio do Departamento de Mecanização e Aviação Agrícola – DMAA/MAPA, a ação foi contemplada com recursos financeiros utilizados para o treinamento e capacitação de 13 Fiscais Federais Agropecuários, no Curso de Coordenadores em Aviação Agrícola, dos quais 06 (seis) foram deste SEFAG/SFA/MT.

Foi encaminhada, ao Ministério Público, denúncia, de produtor que não atendeu intimação do MAPA para se registrar na atividade da aviação agrícola;

Participou-se, a pedido do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA/MT, na elaboração da minuta do Decreto Estadual sobre fiscalização e aplicação de agrotóxicos e afins;

Realizou-se Reunião Técnica com todos os responsáveis técnicos das empresas de aviação agrícola situados nas regiões Sul e Sudeste do estado, com objetivo de orientar e esclarecer sobre a nova norma de trabalho da aviação agrícola, instituída pela Instrução Normativa n.º 2, de 03 de janeiro de 2008.

Participou-se, também, através de um Fiscal Federal Agropecuário, da equipe técnica nacional visando a reformulação e atualização do Manual de Fiscalização da Atividade da Aviação Agrícola.

Foram adotadas medidas punitivas que resultaram na emissão de 11 autos de infração, com 11 multas, arrecadando o valor de R\$ 19.955,84.

Efetuiu-se o atendimento de todas as denúncias - 03 (três) - relativas à atividade da aviação agrícola.

Procedeu-se o cancelamento do registro de 11(once) empresas de aviação agrícola que não exerciam mais atividades aeroagrícolas.

Como medidas a implementar, destaca-se o acompanhamento da implantação e avaliação de desempenho de pátios de descontaminação de aeronaves agrícolas.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2008 em relação ao custo de execução de 2007.	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2008 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Não calculada.
Unidade de med.:	R\$/fiscalização	Porcentagem	
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	

Fórmula de Cálculo	<u>Custo Unitário de Execução de 2007 conforme Relatório Gestor:</u> CE1 = R\$ 194,02 <u>Custo Unitário de Execução de 2008</u> CE2 = R\$ 157,32 Eficiência = $[(CE2 / CE1 - 1) \times 100]$ Eficiência = $[(R\$157,32 / R\$194,02 - 1) \times 100]$ Eficiência = - 18,92%	Programação: - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2008 = FP = 105 - Número de fiscalizações realizadas no ano de 2008 = FR = 122 Eficiência = $[(FR / FP) \times 100]$ Eficiência = $[(122/105) \times 100]$ Eficiência = 116,19%	
	CE1= custo executado 2007; CE2 = custo executado 2008; FP = fiscalizações programadas; FR = fiscalizações realizadas.		

3.3.2.3 Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes procedimentos: 1) Registro e certificação de estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviço com vistas ao aprimoramento dos procedimentos e dos envolvidos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuário - SEFAG
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Marcelo A. B. F. Alves – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

As metas físicas e financeiras do PI FISFECOI, programadas e realizadas, encontram-se na tabela abaixo.

Processos	METAS	
	Prevista	Executada
META FÍSICA	121	76
META FINANCEIRA		
Aporte total de recursos	R\$ 62.322,58	R\$ 24.443,46
Aporte de recursos de aplicação direta nas fiscalizações (viagens e diárias).	R\$ 33.761,88	R\$ 12.371,21

Verifica-se que, para o ano de 2008, foram programas 121 fiscalizações e realizadas 76, resultando na eficácia de 62,81 %. No montante programado estão inclusas 42 fiscalizações em Estabelecimentos Produtores (EP's) de fertilizante mineral sólido, 14 em EP's de fertilizante mineral líquido, 31 em EP's de corretivo agrícola, 11 em Estabelecimentos Importadores (EI's) e 23 em Estabelecimentos Comerciais (EC's).

Do universo acima elencado, foram efetivamente fiscalizados 36 EP's de fertilizante mineral sólido (85,71 %), 7 EP's de fertilizante mineral líquido (50 %), 31 EP's de corretivo agrícola (100 %), 2 EI's (18,18 %) e nenhum EC.

O universo de Estabelecimentos registrados no Estado de Mato Grosso na ocasião da fixação das metas era de: 23 EP's de fertilizante mineral sólido, 7 EP's de fertilizante mineral líquido, 31 EP's de corretivo agrícola, 11 EI's e 174 EC's. Portanto, as metas contemplavam, em média, 1,8 fiscalizações anuais em cada EP de fertilizante mineral sólido, 2 fiscalizações em cada EP de fertilizante mineral líquido, 1 fiscalização em cada EP de corretivo agrícola, 1 fiscalização em cada EI e a fiscalização de alguns EC's que comercializam grandes volumes de fertilizantes.

Desta maneira, pode-se afirmar que todos os EP's de fertilizante mineral sólido foram fiscalizados pelo menos uma vez e que uma grande parte deles o foi duas vezes no ano; que todos os EP's de fertilizante mineral líquido foram fiscalizados uma vez; e que todos os EP's de corretivo agrícola foram fiscalizados uma vez.

Quanto aos EI's, foram fiscalizados apenas 2 e, aos EC's, nenhum. É preciso considerar que, durante as fiscalizações nos Estabelecimentos Produtores, normalmente são coletadas amostras de seus produtos para averiguações de conformidade. Estas amostras também são coletadas junto aos consumidores finais, em suas fazendas.

No ano em estudo, foram coletadas amostras em fazendas situadas nas regiões de Campo Novo do Parecis, Sorriso e Primavera do Leste, demandando três semanas de trabalho dos fiscais. No entanto, estas ações, devido à sua natureza, não são computadas como fiscalizações realizadas.

A equipe de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes em Mato Grosso é composta por dois fiscais com dedicação exclusiva e um fiscal com dedicação parcial. Trata-se de um Estado com grande extensão territorial, sendo um dos maiores produtores brasileiros de fertilizantes e o maior consumidor nacional destes insumos. A sede da Superintendência Federal de Agricultura do Estado fica na região centro-sul, distante cerca de 220 quilômetros do maior pólo produtor de fertilizantes, a cidade de Rondonópolis, e cerca de 130 quilômetros do maior pólo produtor de corretivos agrícolas, o município de Nobres e adjacências.

Há no Estado Estabelecimentos Produtores, tanto de fertilizantes quanto de corretivos, difundidos em outras regiões do Estado, distantes até cerca de 700 quilômetros da sede da fiscalização, o que requer bastante tempo de deslocamento até estes destinos. Não há unidades regionais descentralizadas de apoio, o que dificulta a realização das ações em sua integralidade.

Considerando os fatores acima elencados e tendo em vista o número de fiscais envolvidos na ação, pode-se admitir a eficácia de 62,81 % como um resultado satisfatório. Corroboram para este pensamento os fatos de, apesar das limitações, terem sido fiscalizados todos os Estabelecimentos que produzem fertilizantes e corretivos, pelo menos uma vez no período, nos quais foram coletadas amostras de seus produtos para análises oficiais, através das quais são feitas avaliações de sua qualidade, e de um grande número de amostras de fertilizantes terem sido coletadas diretamente junto aos consumidores finais, em suas fazendas, potencializando a efetividade do trabalho, porém em ações que não são computadas no número total de fiscalizações.

As coletas de amostras no consumidor final têm importância fundamental, uma vez que os Estabelecimentos Produtores de fertilizante mineral sólido, devido às características produtivas do setor, não

mantêm estoques de seus produtos acabados, o que torna dificultosa a interceptação de grandes volumes destes produtos pela fiscalização para fins de averiguação de conformidade.

Quanto à fiscalização de apenas dois Estabelecimentos Importadores e de nenhum Comercial, vale lembrar dois fatores: 1) Os fertilizantes, corretivos e inoculantes vendidos nos Estabelecimentos Comerciais, quando são fiscalizados todos os Estabelecimentos Produtores, já foram abordados em sua origem. Por isso, como há limitação de pessoal, todo o esforço de se fiscalizar os Estabelecimentos Produtores em detrimento dos Comerciais. 2) A maior parcela dos fertilizantes importados é pelos Estabelecimentos Produtores, sendo que apenas uma pequena parte é importada diretamente pelos Estabelecimentos Importadores. Por isso a preferência de fiscalizar os Estabelecimentos Produtores.

No que se refere à eficiência, cujo valor alcançado foi de - 29,46 %, observa-se um aumento da eficiência da fiscalização em 2008 quando comparado ao ano de 2007. Contudo, em 2007, para o cálculo da eficiência foram consideradas todas as despesas da ação, o que incluiu dispêndios com o pagamento de diárias, recursos para as viagens de fiscalização, para a manutenção de veículos, deslocamentos para participação em reuniões e encontros, aquisição de material de escritório, de material de coleta de amostras, etc.

Já em 2008, entendeu-se que, para o cálculo da eficiência e sua avaliação de maneira inequívoca, apenas se deve considerar os dispêndios aplicados diretamente na fiscalização, ou seja, as despesas com viagens e diárias. Assim sendo, não é possível comparar o custo da fiscalização apurado para 2007 com o obtida em 2008. A comparação será possível entre esses valores entre os anos de 2009 e 2010, e daí por diante, quando os valores calculados obedecerão à mesma sistemática.

Se fossem utilizadas em 2008, da mesma forma como procedido em 2007, todas as despesas da ação, cujo montante aplicado foi de R\$ 24.443,46 (vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos), e como o número de fiscalizações realizadas foi de 76, o custo de cada fiscalização seria de R\$ 321,62. Em 2007, esse custo foi de R\$ 230,75.

Se fossemos comparar estes valores, a eficiência seria de 39,38 %, isto é, a fiscalização em 2008 teria sido 39,38 por cento mais onerosa do que em 2007, sugerindo a redução da eficiência.

Praticamente dois fatores concorreram para esse resultado: 1) Elevação dos custos dos insumos utilizados na fiscalização, principalmente do combustível. 2) Em 2008, conforme será abordado no item destinado à efetividade, foram realizadas três semanas de coleta de amostras diretamente junto aos consumidores finais, em suas fazendas, sendo que estas ações não são computadas como fiscalização. Assim, empreendeu-se uma série de viagens, com alocação de recursos para deslocamentos e diárias, que não estão somadas no montante de fiscalizações realizadas, mas cujos dispêndios constam do total gasto pela ação.

O montante gasto na ação em 2008 inclui despesas diretas com a fiscalização (passagens e diárias), além de gastos com aquisição de material de escritório, material de amostragem, manutenção de veículos, participação em reuniões e encontros, etc.; enfim, o somatório de todas as despesas diretas e indiretas da fiscalização.

Ainda assim, em 2008, buscando a melhoria de eficiência, registrou-se o aprimoramento do planejamento e do gerenciamento das ações, principalmente em relação à definição dos roteiros de fiscalização com vistas à otimização dos deslocamentos e do tempo, a realização de fiscalizações conjuntas com fiscais de outras áreas, de forma a otimizar a aplicação de recursos para ambas, a maior clareza e objetividade durante as fiscalizações e, finalmente, o grande empenho e comprometimento de todos os fiscais atuantes na Ação.

No que tange aos indicadores de efetividade, pode-se se considerá-los como instrumentos adequados para a avaliação da efetividade do trabalho da fiscalização de fertilizantes e corretivos, já que a elevação sistemática destes índices é o que se busca; embora eles não dependam diretamente da atuação dos fiscais, pois são regulados pelo exercício produtivo das empresas do setor, ainda assim espera-se que o melhor desempenho da fiscalização resulte na sua evolução.

São calculados relacionando-se os volumes amostrados dos insumos e os volumes cujas análises acusaram conformidade com as garantias de registro. Quanto mais elevados os índices, maior o volume de produtos de acordo com as garantias dadas pelos fabricantes.

Não obstante a adequabilidade dos índices de conformidade (IC), os aqui calculados apresentam uma fragilidade de conteúdo. O IC de fertilizante mineral simples, cujo resultado foi de 100 %, indica que todo o produto amostrado apresentou-se dentro das garantias. No cálculo foi considerado o volume amostrado de 6.217,00 toneladas. Todavia, o volume total amostrado foi, na verdade, de 20.490,10 t, ou seja, 14.273,10 t a mais que o considerado.

Acontece que, até a data de elaboração deste Relatório o laboratório oficial de análises de fertilizantes que atende o Mato Grosso (LANAGRO de Goiânia/GO), apenas havia enviado os resultados referentes a 6.217,00 toneladas do total de fertilizante amostrado, todo ele dentro das garantias. Ainda não foram, portanto, analisado todo o volume remetido ao laboratório.

Como ainda não existem os resultados daquelas 14.273,10 toneladas, elas não puderam ser consideradas no cálculo do indicador, devendo ser este, desta forma, considerado como resultado parcial. A experiência tem nos mostrado que a conformidade dos fertilizantes minerais simples gira em torno de 100%, mas, enquanto não puder ser contabilizado os dados analíticos do volume total amostrado, não se tem segurança no estabelecimento de qualquer índice de conformidade.

O mesmo ocorre com os IC's de fertilizante mineral misto e de fertilizante mineral líquido, com resultados de 59,90 % e 100 %, respectivamente. Quanto ao mineral misto, foram amostrados no total 27.702,095 toneladas, das quais somente 16.625,68 t já foram analisadas pelo laboratório, sendo que 9.959,68 toneladas então de acordo com as garantias. Para o mineral líquido, o volume total amostrado foi de 61.937.00 litros e o volume já analisado foi 23.580,00 l, que apresentou-se todo dentro das garantias.

A fragilidade dos índices de conformidade, neste caso, é ocasionada pela insuficiente capacidade operacional dos laboratórios oficiais que, frequentemente, demoram na entrega dos resultados analíticos das amostras encaminhadas. Isto proporciona a inviabilidade de comparação entre quaisquer índices de conformidade, desde que sejam parciais. Só é possível a comparação entre índices que representem todo o universo amostrado.

Quanto ao corretivo de acidez, todo o volume amostrado já foi analisado, gerando um índice real e comparável. Os resultados obtidos para este índice em 2008 são compatíveis com os de 2007 e demonstram a qualidade adequada dos corretivos de acidez disponibilizados no mercado mato-grossense e indicam a efetividade do trabalho de fiscalização.

As limitações operacionais dos laboratórios oficiais dificultam a elaboração e análise de índices de conformidade, porém, não os invalidam. Se resolvidos os problemas com os laboratórios ou, alternativamente, se forem utilizados outros períodos para a avaliação comparativa destes indicadores, aí sim eles proporcionaram os resultados esperados.

Além dos fatores já comentados na exposição de cada um dos indicadores feita acima, outros podem ser citados como limitantes à melhoria de desempenho da fiscalização nesta ação em Mato Grosso, a saber:

- O insuficiente efetivo de fiscais federais agropecuários;
- A carência de funcionários administrativos;
- A ausência de unidades regionais descentralizadas de apoio (UTRAs);
- A carência de treinamentos em áreas específicas e correlatas ao trabalho como, por exemplo, tecnologia de fabricação de fertilizantes, procedimentos de auditoria e relatoria de processos administrativos;
- A carência de adequado suporte tecnológico, no que se refere a programas e sistemas de informática; e
- Limitações operacionais da rede oficial de laboratórios do MAPA.
- Diante de todo o exposto, é correto afirmar que para a melhoria de desempenho das atividades de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes é preciso:
 - Aumentar o efetivo fiscal diretamente envolvido nesta ação;
 - Dotar a fiscalização de equipamentos adequados para o bom desempenho de suas atividades, principalmente no caso do advento de novos fiscais;
 - Aumentar o corpo técnico-administrativo;
 - Aumentar o número de fiscalização nos estabelecimentos produtores;
 - Promoção de cursos e treinamentos técnicos;
 - Implantação de sistemas gerenciais informatizados.
 - Aumentar a capacidade operacional dos laboratórios da rede oficial.

A implementação das medidas citadas é de competência das instâncias superiores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2008 em relação ao ano anterior (2007).	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2008 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	- Índice de conformidade de fertilizantes minerais simples.
Unidade de medida:	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem

Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT
Fórmula de Cálculo	Execução 2007: - Recursos gastos (R\$) = A07 = R\$ 21.459,44 - N.º de fiscalizações= B07= 93 - Custo unitário realizado da fiscalização (CR07) = A07/B07 = R\$ 21.459,44 / 93 = R\$ 230,75 Execução 2008: - Recursos gastos (R\$) = A08 = R\$ 12.371,21 - N.º de fiscalizações= B08= 76 - Custo unitário realizado da fiscalização (CR08) = A08/B08 = R\$ 12.371,21 / 76 = R\$ 162,78 Eficiência = [(CR08 / CR07 – 1) x 100] Eficiência = [(R\$ 162,78 / R\$ 230,75 – 1) x 100] Eficiência = - 29,46 %	Programação: - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2008 = FP = 121 - Número de fiscalizações realizadas no ano de 2008 = FR = 76 Eficácia = [(FR / FP) x 100] Eficácia = [(76 / 121) x 100] Eficácia = 62,81 %	Fertilizante Mineral Simples: - Volume (t) de fertilizante mineral simples amostrado no ano de 2008 = VFSA = 6.217,00 - Volume (t) de fertilizante mineral simples conforme* no ano de 2008 = VFSC = 6.217,00 - Índice de Conformidade = IC = (VFSC / VFSA) x 100 IC = (6.217,00 / 6.217,00) x 100 IC = 100 %

Atributo	Indicador		
	Efetividade	Efetividade	Efetividade
Descrição:	Índice de conformidade de fertilizantes minerais mistos.	Índice de conformidade de fertilizantes líquidos.	Índice de conformidade de corretivos agrícolas.
Unidade de medida:	R\$/ Percentagem	Percentagem	Percentagem
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT
Fórmula de Cálculo	Fertilizante Mineral Misto: - Volume (t) de fertilizante mineral misto amostrado no ano de 2008 = VFMA = 16.625,68 - Volume (t) de fertilizante mineral misto conforme* no ano de 2008 = VFMC = 9.959,68 - Índice de Conformidade = IC = (VFMC / VFMA) x 100 IC = (9.959,68 / 16.625,68) x 100 IC = 59,90 %	Fertilizante Mineral Líquido: - Volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido amostrado no ano de 2008 = VFLA = 23,58 - Volume (1.000 l) de fertilizante mineral líquido conforme* no ano de 2008 = VFLC = 23,58 - Índice de Conformidade = IC = (VFLC / VFLA) x 100 IC = (23,58 / 23,58) x 100 IC = 100,00 %	Corretivo Agrícola: - Volume (t) de corretivo agrícola amostrado no ano de 2008 = VCA = 305.900 - Volume (t) de corretivo agrícola conforme* no ano de 2008 = VCC = 300.900 - Índice de Conformidade = IC = (VCC / VCA) x 100 IC = (300.900 / 305.900) x 100 IC = 98,36 % * Conforme = dentro das garantias registradas.

3.3.2.4 Fiscalização de agrotóxicos - FISAGROTOX

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuário - SEFAG
Coordenador nacional da ação	LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Julio César Alves de Lima – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

Na tabela abaixo encontra-se o resumo dos resultados físico-financeiros obtidos na ação de Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.

Processos	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Fiscalização de agrotóxicos e afins	11	12	R\$ 7.602,6	R\$ 4.465,03

Os recursos programados para a realização das atividades correspondem a R\$ 7.602,60 (sete mil, seiscentos e dois reais e sessenta centavos); deste montante foram utilizados R\$ 4.465,03 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e três centavos), com uma economia de 44% (quarenta e dois por cento). Esta economia se deve porque parte do recurso destinado ao pagamento de combustível foi estimado no valor de R\$ 2,80/litro, enquanto que o seu valor esteve na faixa de R\$2,20 a R\$2,40/litro e, ainda, por que alguns deslocamentos necessitavam da execução de mais de uma atividade, casos em que houve o deslocamento de dois técnicos de PIs diferentes, utilizando-se de apenas um veículo e do recurso para suprimento de apenas um PI para subsidiar os custos de deslocamento. O recurso programado restante foi empregado na aquisição de peças para o veículo utilizado nas fiscalizações e materiais de uso na atividade.

O planejamento inicial do PI, apesar de constar como produto “fiscalização” teve atividades de vistoria de estabelecimentos para emissão dos credenciamentos destas empresas no MAPA como prioridade.

Foram vistoriadas empresas que prestam serviços para tratamento fitossanitário e entidades de pesquisa que emitem laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica dos agrotóxicos e afins.

Além destes trabalhos programados, tivemos no transcorrer do exercício a solicitação da Polícia Federal para averiguação de produtos suspeitos; na ação conjunta realizou-se a apreensão de 13.000 litros de produto sem registro, um feito que estava além do programado.

Houve ainda a regularização documental de 1 (uma) empresa credenciada para executar serviços de tratamento fitossanitário. O Estado de Mato Grosso possui apenas esta empresa credenciada para tais serviços, sendo que as empresas de fora do Estado que executam o serviço de tratamento fitossanitário em Mato Grosso precisam solicitar autorização do SEFAG-MT; em 2008 não houve solicitação de empresas credenciadas de fora do Estado.

As exportações de Agrotóxicos e afins computadas foram de 251.729,60 quilogramas em 2007 e passou para 421.930,00 quilogramas em 2008 um aumento de aproximadamente 67 %.

As importações de produtos técnicos para a síntese de Agrotóxicos e afins foram de 1.061.000,00 quilogramas em 2007 e passou a 1.164.000,00 quilogramas um aumento de aproximadamente 10%, que, embora pouco expressivo, demonstra um aumento em um ano de economia turbulenta.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de uma fiscalização realizada no ano de 2008 em relação ao ano anterior (2007).	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2008 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	- Índice de conformidade de fiscalizações de produtos e análise de rótulos.
Unidade de medida:	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT
Fórmula de Cálculo	<u>Execução 2007:</u> - Recursos gastos (R\$) = A07 = R\$ 0,00 - N.º de fiscalizações= B07= 01 - Custo unitário realizado da fiscalização (CR07) = A07/B07 = R\$ 0,00/01 = R\$ 0,00 <u>Execução 2008:</u> - Recursos gastos (R\$) = A08 = R\$ 4.465.03 - N.º de fiscalizações= B08= 12 - Custo unitário realizado da fiscalização (CR08) = A08/B08 = R\$ 4.465.03/ 12 = R\$ 372.08 Eficiência = [(CR08 / CR07 – 1) x 100] Eficiência = [(R\$372.08/ R\$0 – 1) x 100] Eficiência = - 100 %	<u>Programação:</u> - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2008 = FP = 11 - Número de fiscalizações realizadas no ano de 2008 = FR = 12 Eficácia = [(FR / FP) x 100] Eficácia = [(12 / 11) x 100] Eficácia = 109.09 %	<u>Fertilizante Mineral Sólido:</u> - rótulos amostrados no ano de 2008 = RA = 6 - rótulos amostrados conforme* no ano de 2008 = RAC = 6 - Índice de Conformidade = IC = (VFSC / VFSA) x 100 IC = (6 / 6) x 100 IC = 100,00 % * Conforme = dentro das garantias registradas.

LEGENDA:

A07 = recursos gastos em 2007; **B07** = n.º de fiscalizações em 2007; **CR07** = custo unitário realizado da fiscalização em 2007; **A08** = recursos gastos em 2008; **B08** = n.º de fiscalizações em 2008; **CR08** = custo unitário realizado da fiscalização em 2008; **FP** = n.º de fiscalizações programadas para o ano de 2008; **FR** = n.º de fiscalizações realizadas no ano de 2008; **RA** = rótulos amostrado no ano de 2008; **RAC** = rótulos amostrados em conformidade* no ano de 2008; **IC** = Índice de Conformidade.

3.3.2.5 Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal, garantindo também a sustentabilidade da atividade.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade dos produtos mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuário - SEFAG
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Diego Ghedini Gheller – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

A tabela abaixo reúne as metas físicas e financeiras do PI FISCINAN.

Produtos	Meta Física	
	Prevista	Realizada
Fiscalizações	234	214

Elementos de Despesa	Meta Financeira	
	Prevista	Realizada
Diárias	38.727,00	32.001,60
Material de Consumo	16.760,00	13.753,00
Serviços Terceirizados – Pessoa Jurídica	4.950,00	4.500,00
Passagens	0,00	4.100,00
Serviços Terceirizados – Pessoa Física	0,00	200,00
Total	60.437,00	54.554,60

Verifica-se que as principais despesas geradas no período de 2008 foram relativas ao pagamento de diárias (R\$ 32.001,60) e material de consumo (R\$ 13.753,00), principalmente combustível, dois gastos típicos de fiscalizações efetuadas a campo, que somados constituem 84 % dos custos totais da ação em 2008.

No total foram gastos R\$ 54.554,60, 90,2 % dos R\$ 60.437,00 que haviam sido previstos, mostrando assim uma boa capacidade de planejamento e previsão de recursos. O valor gasto para cada fiscalização realizada no ano de 2008 foi de R\$ 254,92. Se comparado a outros estados brasileiros, provavelmente se encontrará no Estado de Mato Grosso um dos maiores custos para realização das fiscalizações, devido a sua particular geografia, sua grandiosa participação no agronegócio brasileiro e a ramificada distribuição de indústrias e fábricas, especialmente aquelas ligadas ao ramo da alimentação e nutrição animal.

Além das despesas com diárias e material de consumo, outros gastos também foram realizados, porém não tão significativos, tais como serviços mecânicos, material utilizado no seminário realizado em novembro de 2008, passagens aéreas para treinamento de fiscais e participação em reuniões nacionais, além de R\$ 200,00 gastos com

passagem de servidor federal vindo de outra instituição para ministrar palestra no seminário “Qualidade na Alimentação e Nutrição Animal”. Estes demais gastos totalizam R\$ 8.800,00.

As ações referentes ao ano de 2008 contaram com a participação de 4 (quatro) Fiscais Federais Agropecuários em média, sendo que em algumas oportunidades este número foi ainda menor. Esta situação refletiu em perdas no desempenho da atividade, pois durante o decorrer do ano houve a saída de 3 (três) fiscais que atuavam na área de alimentação animal, ocorrendo a entrada de apenas 1 (um). Como no início do ano haviam 5 (cinco) fiscais disponíveis para a área, com a saída de 3 (três) e o remanejamento de apenas 1 (um), o período de 2008 foi encerrado com apenas 3 (três) fiscais atuando na área.

Cabe destacar ainda a participação de um fiscal pertencente à ação nos trabalhos relativos ao SISBOV – Sistema Brasileiro de Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos, o que também prejudicou em muitas ocasiões os serviços a serem executados na área de alimentação animal.

Além dos Fiscais Federais Agropecuários, a ação ainda conta com a colaboração de 4 (quatro) secretárias que dividem seus trabalhos com as demais ações pertencentes ao SEFAG/DT/SFA-MT.

Quanto à parte material, a ação conta com 6 (seis) microcomputadores, sendo um deles portátil, número considerado insuficiente, pois no caso de haver duas equipes a campo, uma delas ficará sem o equipamento portátil, o que prejudica bastante a execução das tarefas. Ainda neste sentido, a ação carece de outros equipamentos, como câmeras fotográficas e impressoras portáteis, indispensáveis para o bom andamento das fiscalizações.

Os veículos utilizados nas viagens são utilizados em conjunto com as demais ações referentes ao SEFAG/DT/SFA-MT, sendo em número de 6 (seis), todos em bom estado de conservação, porém em número insuficiente nos casos em que há várias equipes em fiscalização.

Devido à inconstância e a diminuição no número de fiscais atuando na área no período de 2008, a meta física prevista ficou parcialmente prejudicada. Mesmo assim, observa-se que 91,5% do número de fiscalizações previstas foram realizadas (efetuadas 214 das 234 previstas); além disso, a maioria das empresas registradas sofreu pelo menos duas fiscalizações durante o ano de 2008, havendo ainda 12 (doze) apurações de denúncias de fábricas clandestinas, mostrando que o consumidor final em momento algum esteve desprotegido.

Cabe salientar que estes números somente foram atingidos devido ao grande empenho da equipe envolvida, sendo que na maioria dos meses os fiscais da área passaram a maior parte do tempo em fiscalizações a campo se comparado ao tempo em que atuaram em serviços internos. Este fato ajuda a esclarecer a respeito do montante de recursos gastos com diárias e torna claro a necessidade da ampliação do quadro de Fiscais Federais Agropecuários para a área de alimentação animal.

Ainda neste item, observou-se durante as fiscalizações realizadas que o tempo gasto em cada ação aumentou significativamente. Acredita-se que o principal motivo para isto foi a entrada em vigor da Instrução Normativa n.º 04/2007, que diz respeito às Boas Práticas de Fabricação, sendo que, como já comentado anteriormente, todas as empresas foram avaliadas pelo menos uma vez quanto ao atendimento desta norma, sendo algumas avaliadas duas vezes. Esta avaliação exige concentração e tempo para ser realizada e, quando somada aos demais itens observados durante a fiscalização, o tempo de duração da ação aumenta bastante, fazendo com que onere também o seu custo.

Outro fator que colaborou para o valor gasto com diárias e material de consumo foi o grande número de vistorias realizadas com vistas a conceder registro junto ao MAPA e o elevado número de apurações de denúncias, totalizando 36 (trinta e seis) fiscalizações na soma dos dois trabalhos. Este tipo de ação é sempre efetuado de maneira prioritária, deslocando uma equipe de fiscais assim que surge a demanda e, muitas vezes, a urgência da ação não permite que se façam trabalhos conjuntos, fazendo com que este tipo de fiscalização se torne mais onerosa.

Uma possibilidade de diminuir este custo seria o de conciliar as fiscalizações da área de alimentação animal com outros serviços da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assim, o deslocamento do fiscal seria no sentido de atuar em mais de um tipo de ação, que poderia até mesmo ser de outro serviço que não do SEFAG, contribuindo também para a ampliação do “leque” de atuação do fiscal, desde que, obviamente, não compromettesse o andamento das atividades.

Também cabe destacar a respeito do Seminário “Qualidade na Alimentação e Nutrição Animal”, organizado pela própria equipe da área de alimentação animal, o qual ocupou a maior parte do tempo útil no mês de novembro, sendo que recursos financeiros foram empregados para a realização do mesmo, principalmente na confecção de material impresso e na compra de passagens aéreas para alguns palestrantes.

Além das fiscalizações realizadas, como já citado anteriormente, foram colhidas para análise laboratorial 255 amostras de produtos destinados à alimentação animal, número ligeiramente abaixo ao do ano anterior, quando haviam sido colhidos 266 amostras, porém ao realizar o cálculo da média de produtos amostrados por fiscal que atua na área, observa-se uma melhoria no índice, já que em 2007 existiam 5 (cinco) fiscais disponíveis na maior parte do

ano, em nenhum momento baixando este número de 4 (quatro), diferentemente de 2008 em que foi encerrado com apenas 3 (três) fiscais.

As ações na área de fiscalização de produtos para alimentação animal durante o exercício de 2008 tiveram o foco principal de garantir a qualidade do produto final, ou seja, assegurar que as rações, suplementos, concentrados, aditivos e outros alimentos destinados a animais estejam isentos de substâncias nocivas à saúde humana e animal, salvaguardando, assim, a produção e a produtividade de insumos destinados à alimentação animal pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade.

Esta ação tem como objetivo específico garantir a disponibilidade de alimento para animais, de qualidade e produzidos com base em práticas alimentares saudáveis e eficientes.

Para alcançar este objetivo foi priorizado durante o exercício a implementação das Boas Práticas de Fabricação – BPF por parte das indústrias, que é uma ferramenta fundamental para se aproximar do objetivo final. Além disso, as fiscalizações tiveram a finalidade de verificar o cumprimento das exigências mínimas de nutrientes nos produtos para alimentação e nutrição animal, de acordo com as legislações específicas, visando à adequada nutrição de animais de produção e de estimação.

Principais ações executadas durante o exercício:

- **Registro de novos Estabelecimentos Fabricantes, Fracionadores ou Importadores de produtos para alimentação animal:**

Durante o exercício foram realizadas 22 vistorias em estabelecimentos que solicitaram registro na área de alimentação animal, sendo que houve a concessão de 14 novos registros na área durante o ano de 2008, totalizando hoje 116 estabelecimentos registrados, o que mostra um **crescimento de 8 %** no número de indústrias registradas, se comparado com os dados do início do corrente ano, quando o número de indústrias registradas era de 107 (houve cinco cancelamentos de registros).

Nas vistorias para novos registros os estabelecimentos são avaliados quanto ao atendimento das BPF, recebendo uma pontuação de 0 a 100 pontos, sendo que 57% das indústrias registradas em 2008 obtiveram pontuação acima de 71 pontos e as outras 43% receberam pontuação acima de 91, o que mostra não só um aumento quantitativo, mas qualitativo também, trazendo melhorias na qualidade dos produtos industrializados no Estado de Mato Grosso.

- **Registro de novos produtos – Rações, Concentrados, Suplementos e Ingredientes:**

Foram concedidos 329 novos registros de produtos no ano de 2008, os quais passaram por análise minuciosa de seus componentes, visando atender às legislações específicas e garantir aos consumidores diretos (animais) e indiretos (humanos) produtos de qualidade.

- **Fiscalizações a estabelecimentos fabricantes de produtos para alimentação animal:**

No total, 214 (duzentas e quatorze) fiscalizações foram realizadas durante o exercício, das quais 22 foram vistorias com vistas à concessão de registro, 12 fiscalizações em estabelecimentos clandestinos ou com suspeita de clandestinidade e 180 foram realizadas em indústrias que já possuíam registro como fabricantes de produtos destinados à alimentação animal. Em média, cada estabelecimento registrado recebeu 1,55 fiscalizações em 2008, sendo que, em pelo menos uma ocasião, todo estabelecimento foi avaliado quanto ao atendimento das Boas Práticas de Fabricação (Instrução Normativa n.º 04/2007), sendo também orientado quanto às possíveis adequações do estabelecimento à referida norma, fazendo com que o trabalho de fiscalização fosse, em parte, realizado de forma orientativa, o que proporcionou uma interação favorável entre o empresário e a Instituição (MAPA), trazendo bons resultados no que diz respeito às melhorias das condições higiênico-sanitárias das indústrias instaladas no estado.

- **Denúncias de estabelecimentos clandestinos:**

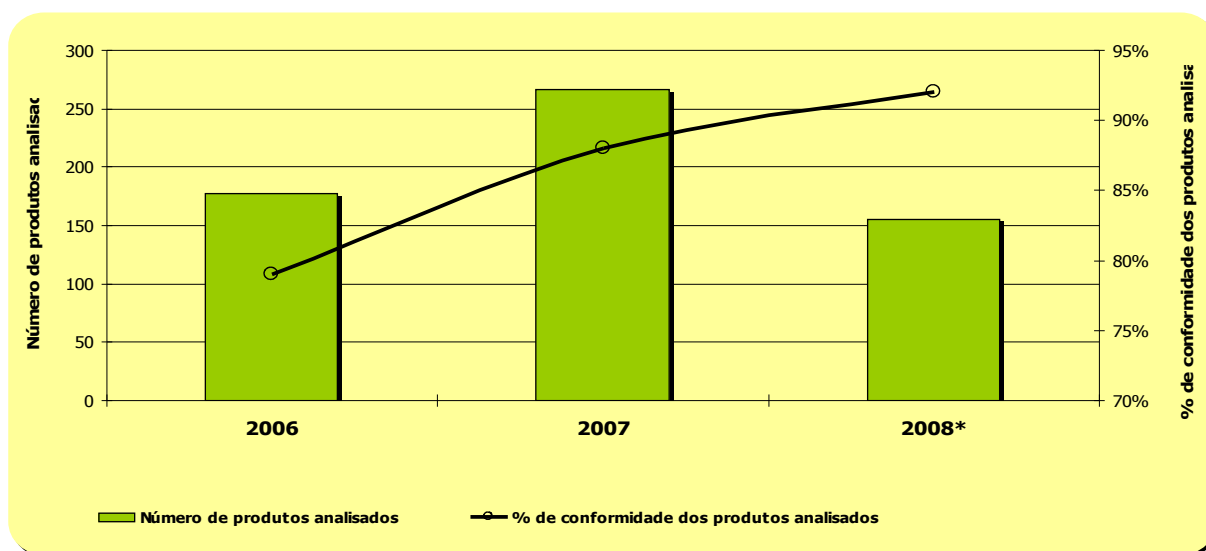
Durante o ano de 2008 foram recebidas 12 denúncias de estabelecimentos que supostamente estariam operando sem registro. Deste montante, 6 (seis) foram confirmadas, as quais foram devidamente autuadas, sendo que, em um destes casos, o processo foi enviado ao Ministério Público, visto as dificuldades de adentrar na fábrica clandestina, que se encontrava em uma residência. Neste tipo de ação se percebe grande dificuldade por parte da fiscalização, visto a alta periculosidade a que são submetidos os fiscais, já que, na maioria dos casos, trata-se de pessoas ou empresas agindo de má fé, colocando no mercado produtos que causam sérios riscos à saúde e bem estar animal.

- **Colheitas e análises de produtos**

Durante as ações de fiscalização são amostrados produtos para análises objetivando averiguar sua conformidade quanto aos níveis de garantia e possíveis substâncias contaminantes. Durante o exercício de 2008 foram colhidas 255 amostras de produtos (rações, suplementos, concentrados e ingredientes), das quais 155 já foram analisadas pelo LANAGRO a que foram remetidas.

Dentre as amostras já analisadas, 142 estão dentro do padrão, ou seja, atenderam aos níveis de garantia sob os quais estão registrados ou não continham substâncias contaminantes nos testes microbiológicos e/ou microscópicos, conforme o objetivo da análise realizada, totalizando conformidade de 92 % dos produtos amostrados e analisados. Este mesmo índice ficou em 79% e 88% nos anos de 2006 e 2007, respectivamente, mostrando assim uma evolução significativa no percentual de produtos dentro do padrão (vide figura 02), mesmo que em 2008 o número de produtos amostrados e analisados tenha sido menor que em 2007, devido ao menor número de fiscais atendendo às ações na área de alimentação animal.

Figura 02. Número de Produtos para Alimentação Animal Analisados e seu respectivo percentual de conformidade durante os anos de 2006 a 2008 no Estado de Mato Grosso.



- **Lavraturas de Autos de Infração**

O número total de Autos de Infração lavrados em 2008 foi **24 (vinte e quatro)**, sendo que os principais motivos de suas lavraturas foram produtos fora do padrão e produtos ou estabelecimentos sem registro. Se comparado com o ano de 2007, o número de Autos de Infração sofreu uma forte queda, já que, naquele ano foram lavrados **91 (noventa e um)** Autos de Infração. Este número demonstra uma evolução satisfatória do ponto de vista de conformidade dos estabelecimentos, produtos e da atividade como um todo. Através deste dado é possível concluir que houve uma significativa melhoria no que tange o atendimento à legislação por parte das empresas instaladas no Estado de Mato Grosso, o que possibilita ao consumidor a aquisição de produtos mais confiáveis, de melhor qualidade, satisfazendo também o objetivo final da Fiscalização Federal Agropecuária.

- **Realização do Seminário “Qualidade na Alimentação e Nutrição Animal”**

Visando sempre alcançar o objetivo da melhoria de qualidade nos produtos destinados à alimentação animal, foi também realizado no mês de novembro de 2008, junto ao auditório da SFA/MT, o Seminário “Qualidade na Alimentação e Nutrição Animal”, o qual reuniu professores universitários, responsáveis técnicos e empresários ligados à área de alimentação e nutrição animal, num total de aproximadamente 200 participantes. O referido evento contou com palestrantes de instituições reconhecidas nacionalmente, sendo abordados assuntos como legislações vigentes, implementação de sistemas de controle de qualidade, análises físico-químicas de ingredientes e produtos acabados, etc. O Seminário foi organizado pela equipe técnica do próprio SEFAG/DT/SFA-MT, demonstrando assim seu empenho no intuito de colaborar para a melhoria do setor de nutrição animal. Observa-se, de acordo com as avaliações elaboradas pelos participantes, que o evento obteve total êxito, atingindo o objetivo que havia sido traçado inicialmente.

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização realizada (CFR)	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Taxa de conformidade de fertilizantes minerais (TCF)
Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCF = (QAAC / QAAP) * 100$

Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QAAC = Quantidade Amostras analisados em Conformidade QAAP = Quantidade Amostras Analisadas no Período
Valores	CTF = 54.554,60 NFR = 214	NFP= 234 NFR= 214	QAAC = 142 QAAP = 155
Resultado	R\$ 254,92	91,5 %	91,6 %
Unidade de med.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem
Observações	Para o cálculo do CTF foram levados em conta todos os elementos de despesa.	Os motivos para o não atingimento do total programado está descrito no item “C” deste relatório.	No total foram colhidas 255 amostras, porém, 100 ainda não foram analisadas pelo laboratório e/ou ainda não foram remetidas à SFA/MT.
Fonte:	Sistema SIPLAN Plano Operativo DFIP 2008 http://catir.agricultura.gov.br	Sistema SIPLAN Plano Operativo DFIP 2008	Controles internos SEFAG/DT/SFA-MT

2.3.2.2 Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal; inscrição e certificação de doadores de material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços; capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuário - SEFAG
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Grayce Carvalho Kerber – Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnico

Os resultados desta ação encontram-se resumidos na tabela a seguir.

Processo	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Fiscalização de estabelecimentos produtores de material genético animal.	25	23	R\$ 10.769,13	R\$ 3.993,17

Verifica-se que foram realizadas 23 fiscalizações das 25 previstas, utilizando-se um montante de R\$ 3.993,17.

Avaliando o indicador eficiência observa-se que o custo unitário da fiscalização no ano de 2008 foi de R\$173,62. Se considerarmos que em 2007 o custo foi de R\$100,01, verifica-se que houve um aumento de 73,60%, em relação àquele ano. Tal fato se deve provavelmente ao maior número de fiscalizações realizadas em 2007 em estabelecimentos comerciais.

Em 2008, em razão de ter sido priorizada a fiscalização em estabelecimentos produtores, o custo da fiscalização aumentou, já que tais estabelecimentos requerem maior período de tempo nas fiscalizações, principalmente devido à complexidade das atividades realizadas e a necessidade de respeitar-se o vazio sanitário.

Quanto ao índice do indicador eficácia, constatou-se um percentual de 92,00%, demonstrando que o atingimento das metas foi próximo do estabelecido no planejamento inicial, em que pese existir apenas uma Fiscal Federal Agropecuária dedicada à atividade, sendo a responsável técnica também pelo PI FISPROVET1.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo unitário da fiscalização realizada no ano de 2008 em relação ao custo unitário da fiscalização de 2007.	N.º de fiscalizações realizadas no ano de 2008 em relação ao número total de fiscalizações programadas.	Não calculada.
Unidade de med.:	R\$/fiscalização	Porcentagem	
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	
Fórmula de Cálculo	<u>Custo Unitário de Execução de 2007:</u> CE1 = R\$4.600,25 / 46 = R\$100,01 <u>Custo Unitário de Execução de 2008</u> CE2 = R\$3.993,17 / 23 = R\$173,62 Eficiência = [(CE2 / CE1 - 1) x 100] Eficiência = [(R\$173,62 / R\$100,01 - 1) x 100] Eficiência = 73,60%	Programação: - Número de fiscalizações programadas para o ano de 2008 = FP = 25 - Número de fiscalizações realizadas no ano de 2008 = FR = 23 Eficácia = [(FR / FP) x 100] Eficácia = [(25/23) x 100] Eficácia = 92,00%	
	CE1= custo executado 2007; CE2 = custo executado 2008; FP = fiscalizações programadas; FR = fiscalizações realizadas.		

3.3.2.7 Fiscalização de produtos de uso veterinário - FISPROVET1

Tipo	Orçamentária
Finalidade'	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no País e no exterior e controle da importação de produtos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius de S. Leandro Junior
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Sidnei Francisco Cruz – Fiscal Federal Agropecuário / Chefe do SEFAG Grayce Carvalho Kerber – Fiscal Federal Agropecuário - Fiscal Federal Agropecuário / Responsável Técnica

As metas programadas e executadas encontram-se na tabela a seguir.

Processo	META FÍSICA		META FINANCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Supervisão das atividades de fiscalização do comércio de produtos veterinários	15	13	R\$ 7.183,80	R\$ 7.313,08

Verifica-se que foram realizadas 13 supervisões das 15 previstas, utilizando-se um montante de R\$ 7.313,08.

Observa-se que o indicador de eficiência revelou um aumento do custo de fiscalização da ordem de 55,16%. Tal fato pode ser atribuído às ações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Controle de Resíduos – PNCR, cujas atividades, em função de seu caráter investigativo, requerem um maior tempo de fiscalização.

A meta executada superou a meta prevista exatamente porque os recursos necessários às investigações realizadas para o PNCR foram descentralizados através do PI FISPROVET1. Tal fato, aliado à existência de apenas uma Fiscal Federal Agropecuário para o desenvolvimento das atividades, ainda em conjunto com o PI FISCGENE, impossibilitaram o pleno atendimento da meta física, refletindo numa eficácia de 86,67%.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo unitário da supervisão realizada no ano de 2008 em relação ao custo unitário da supervisão realizada no ano de 2007.	N.º de supervisões realizadas no ano de 2008 em relação ao número total de supervisões programadas.	Não calculada.
Unidade de med.:	R\$/fiscalização	Porcentagem	
Fonte:	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	SEFAG/DT/SFA/MT SEOF/SFA/MT	

Fórmula Cálculo	de	<u>Custo Unitário de Execução de 2007:</u> CE1 = R\$6.164,53 / 17 = R\$362,62 <u>Custo Unitário de Execução de 2008</u> CE2 = R\$ R\$7.313,08 / 13 = R\$562,64 Eficiência = [(CE2 / CE1 – 1) x 100] Eficiência = [(R\$562,64 / R\$362,62 – 1) x 100] Eficiência = 55,16%	Programação: - Número de supervisões programadas para o ano de 2008 = FP = 15 - Número de supervisões realizadas no ano de 2008 = FR = 13 Eficácia = [(FR / FP) x 100] Eficácia = [(13/15) x 100] Eficácia = 86,67%
	CE1= custo executado 2007; CE2 = custo executado 2008; FP = fiscalizações programadas; FR = fiscalizações realizadas.		

2.3.3 Programa 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Enio José de Arruda Martins / Chefe do SEDESA/SFA/MT
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	-Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação -Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina -Incidência da Praga "Cydia Pomonella" -Incidência da Praga "Mosca da Carambola" -Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica -Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca -Número de Ocorrências de Raiva Bovina -Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola -Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras -Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico"
Público-alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

2.3.3.1 Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL

Programa	Produtos	Física	
		Previstas	Realizadas
Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT	Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados	50	24
	Supervisão de Unidades de Atenção Veterinária – UAV do INDEA/MT	28	8
	Ministrar treinamento para habilitação de médicos autônomos	18	20
Programa Nacional de Controle de Resíduos - PNCR	Coleta de urina de bovinos vivos	90	90
Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros, Prevenção da Vaca Louca e Demais Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - PNCRH	Supervisão de Unidades de Atenção Veterinária – UAV do INDEA/MT	15	20
	Médicos Veterinários autônomos e oficiais treinados	658	749
	Fiscalização de propriedades rurais com Bovinos importados	3	3
Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS	Fiscalização e supervisão técnica nos estabelecimentos de produção e reprodução de suínos	12	4
	Treinamentos	14	16
Programa Nacional de Sanidade Equídea - PNSE	Fiscalização de laboratórios de AIE	25	4
	Treinamentos	1	1
Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA	Fiscalização de estabelecimentos avícolas	28	27
	Supervisão das atividades de defesa sanitária animal nas unidades locais de execução do INDEA	07	07

	Ministrar treinamento para habilitação de médicos autônomos e oficiais	17	18
--	--	----	----

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose – PNCEBT, o Programa Nacional de Controle de Resíduos – PNCR, o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros, Prevenção da Vaca Louca e Demais Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis – PNCRH, o Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS, o Programa Nacional de Sanidade Equídea - PNSE e o Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA possuíam PIs específicos e em 2008, através do Decreto 24.548, de 03 de setembro de 1934 e Portaria 45, de 22 de março de 2007, foram agrupados no PI – PCEANIMAL, com a Finalidade de Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais através de ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Em 2008, foram adquiridos 6 veículos com o objetivo de suprir necessidades de fiscalização realizada pelo SEDESA, principalmente na fronteira do Brasil com a Bolívia, para manter as conquistas sanitárias do Estado de Mato Grosso e, conseqüentemente, as do País. A incorporação de novos Fiscais Federais Agropecuários neste serviço contribuiu para a necessidade de se adquirir mais veículos bem como a grande dimensão territorial do estado e as condições de estradas, justificando o uso de caminhonetes tipo pickup.

I – PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE - PNCEBT

Atributo	Indicadores			
	Eficácia			Efetividade
Indicador	Percentual de Unidades de Atenção Veterinária do INDEA Supervisionadas em relação ao programado (PSUAVP)	Percentual de treinamentos realizados em relação ao programado (PPR)	Percentual de Médicos Veterinários habilitados Fiscalizados (PMVF)	Índice de vacinação de brucelose (IVB)
Fórmula de Cálculo	$PSUAV = (NSUAVR / NSUAVP) * 100$	$PTR = (NTR / NTP) * 100$	$PMVF = (NFR / NFP) * 100$	$IVB = IVB + IVP / 2$
Operadores:	NSUAVP = Número de Unidades de Atenção Veterinária programados a Supervisionar NSUAVR = Número de Supervisão de Unidades de Atenção Veterinária Realizadas	NTP = Número de treinamentos programados NTR = Número de treinamento realizado	NFP = Número de fiscalizações programadas NPF = Número de fiscalizações realizadas	IVR = Índice de vacinação de Bezerras IVP = Índice de vacinação de propriedade
Valores	NSUAVP=8 NSUAVR= 28	NTP= 18 NTR= 20	NFP= 50 NFR= 24	IVB= IVP=
Resultado	29 %	111 %	48 %	%
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)	Porcentagem

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da brucelose e tuberculose foi regulamentado em 2004. O estado de Mato Grosso foi o estado que revelou o maior índice de prevalência da brucelose dos estados que realizaram o estudo. Em função disso, o INDEA/MT se dedicou, principalmente, a vacinação da brucelose. Em 2007, após supervisão nas unidades do INDEA/MT, geramos um relatório da situação do PNCEBT no estado, e apesar dos bons índices de vacinação, solicitamos um plano de ação para todas as atividades inerentes ao PNCEBT. Em 2008, o

INDEA publicou uma legislação abordando todo o programa. Foi incluído no convenio MAPA/INDEA o treinamento de Médicos Veterinários autônomos e servidores do INDEA sobre a nova legislação, em 11 unidades regionais + 2 treinamentos na regional de Cuiabá e 1 treinamento para os servidores do INDEA. Foram realizados, ainda 4 treinamentos na UFMT com a participação do MAPA. As supervisões nas Unidades locais do INDEA/MT e as fiscalizações dos Médicos Veterinários Habilitados não foram realizadas conforme o programado, pois as ações do INDEA para corrigir as não conformidades geradas após a supervisão nas unidades locais do INDEA não haviam sido implementadas. Em 2009, como a legislação foi amplamente divulgada e os servidores treinados será realizada a supervisão em 25% das ULEs do INDEA e em 60% dos Médicos Veterinários Habilitados.

II - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS – PNCR

Atributo	Indicadores	
	Eficácia	Efetividade
Indicador	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Taxa de conformidade de amostras (TCF)
Fórmula de Cálculo	$PFR = (90 / 90) * 100 = 100\%$	$TCF = (52 / 52) * 100 = 100\%$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QAAC = Quantidade Amostras analisados em Conformidade QAAP = Quantidade Amostras Analisadas no Período
Valores	NFP= 90 NFR= 90	QAAC = 52 QAAP = 52
Resultado	100 %	57,7 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Porcentagem
Observações		Diferença no resultado das amostras, devido a falta de envio pelo laboratório dos resultados das últimas coletas.

Os objetivos das atividades do PNCR são de melhorar a qualidade dos produtos de origem animal visando a segurança do consumidor, bem como proporcionar ao país condições de adequar a produção de produtos de origem animal às regras internacionais de comércio do ponto de vista sanitário. As coletas de urina de bovinos vivos são realizadas mensalmente sendo definido o número de propriedades pela Coordenadoria do PNCR, e as ações realizadas entre os meses de março a novembro.

As principais despesas são com o deslocamento até as propriedades rurais, devido a grande extensão do estado.

Os recursos disponibilizados durante o ano de 2008, foram suficientes para o desenvolvimento das ações, dentre os principais recursos materiais e humanos envolvidos estão: 02 (dois) Médicos Veterinários para realização da coleta em períodos intercalados, devido a grande distância percorrida até as propriedades e municípios do estado e 01 carro para deslocamento;

As dificuldades encontradas para o desenvolvimento do PNCR são:

- Demora do laboratório para envio dos resultados analisados ao MAPA.
- Falta de treinamento para capacitação dos profissionais envolvidos nas coletas;
- Falta de padronização do modo de coleta bem como do envio das amostras;
- Falta de documentação para comprovação da coleta de urina nas propriedades;

As despesas aproximadas com diárias e passagens no ano de 2008 foram R\$ 13.561,11 + R\$ 6.558,98 - Combustível - R\$ 20.120,09 e os recursos transferidos a terceiros foram de diárias destinadas aos médicos veterinários conveniados: R\$ 5.102,46.

III - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS, PREVENÇÃO DA VACA LOUCA E DEMAIS ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS - PNCRH

Atributo	Indicadores			
	Eficácia			Efetividade
Indicador	Percentual de Unidades de Atenção Veterinária do INDEA Supervisionadas em relação ao programado (PSUAVP)	Percentual de profissionais treinados em relação ao programado (PPT)	Percentual de Propriedades Fiscalizadas em relação ao programado (PPFC)	Índice de bovinos mortos por raiva em 2008 em relação ao ano anterior
Fórmula de Cálculo	$PSUAVP = (NSUAVR / NSUAVP) * 100$	$PPT = (NPT / NPP) * 100$	$PPFC = (NPF / NPPF) * 100$	$[(BM2008 / BM2007) - 1] * 100$
Operadores:	NSUAVP = Número de Unidades de Atenção Veterinária programados a Supervisionar NSUAVR = Número de Supervisão de Unidades de Atenção Veterinária Realizadas	NPPT = Número de profissionais programados a treinar NPT = Número de profissionais treinados	NPPF = Número de Propriedades programadas a Fiscalizar NPF = Número de Propriedades Fiscalizadas	BM = bovinos mortos
Valores	NSUAVP=15 NSUAVR= 20	NPPT= 685 NPT= 749	NPPF= 3 NPF= 3	BM2008 = 242 BM2007 = 300
Resultado	133,33 %	109,3 %	100 %	-19,33%
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações				
Fonte:	SEDESA/MT	SEDESA/MT	SEDESA/MT	INDEA/MT)

Para execução das atividades da ação foram utilizados recursos orçamentários e financeiros alocados no Plano Interno - PI PCEANIMAL.

Para atingir os objetivos da ação, Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca) foram executadas as seguintes atividades: Vacinação de herbívoros domésticos nos focos e perifocos num raio de 12 km, cadastro de abrigos de morcegos hematófagos transmissores da raiva, captura e tratamento desses transmissores nos abrigos cadastrados, capacitação de Médicos Veterinários oficiais e autônomos, fiscalização e colheita de amostras de alimentos para ruminantes em propriedades rurais, para pesquisa de proteína de origem animal, fiscalização de bovinos importados para vigilância da Vaca Louca, triagem e envio de amostras ao laboratório para diagnóstico histológico e imunohistoquímico para Vaca Louca e sacrifício de bovinos importados. Essas atividades são executadas por FFA do Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA da Superintendência Federal de Agricultura – SFA/MT, por Médicos Veterinários Oficiais do INDEA/MT, tendo algumas atividades em interface com Médicos Veterinários autônomos, principalmente atendimento a campo de suspeitas de doenças nervosas em herbívoros. Coube ao SEDESA/MT executar diretamente as atividades de Supervisão das atividades delegadas da ação, capacitação de Médicos Veterinários oficiais e autônomos, fiscalização de bovinos importados, triagem e envio de amostras de Tronco Encefálico ao laboratório para diagnóstico histológico e imunohistoquímico para Vaca Louca e sacrifício de bovinos importados.

De maneira geral, o desempenho do Serviço com esta ação foi satisfatório.

A SFA/MT, para certificar-se do andamento das atividades da ação, acima descritas, a nível de Unidades de Atenção Veterinária – UAV do INDEA/MT e a campo realizou supervisão em 20 (vinte) Unidades de Atenção Veterinária, das 65 (sessenta e cinco), existentes, totalizando um percentual de 30,7% UAV supervisionadas.

Para execução de atividades do programa de controle da raiva dos herbívoros, prevenção da vaca louca e outras encefalopatias espongiformes transmissíveis foram capacitados 749 (Setecentos e quarenta e nove) Médicos

Veterinários autônomos e oficiais (INDEA/MT e SFA/MT), e da iniciativa privada, mediante a realização de seminários técnicos, palestras técnicas, treinamentos práticos em propriedades rurais, para colheita de amostras de alimentos para ruminantes, treinamentos teóricos e práticos em estabelecimentos de abate de bovinos, para colheita de tronco encefálico, totalizando 27 (vinte e sete) eventos.

A doença da vaca louca é exótica para o Brasil, e para a vigilância e monitoramento de sua possível ocorrência no país, as atividades de fiscalização de bovinos importados de países de ocorrência da doença são executadas pelo SEDESA. Para atendimento dessa vigilância, no Estado, foram fiscalizados os 03 (três) bovinos importados em 03 (três) propriedades rurais, sendo que um dos proprietários solicitou o sacrifício de seu bovino importado, o que foi prontamente atendido. Ressalta-se que o proprietário desse bovino sacrificado foi devidamente indenizado, conforme legislação vigente. Integrando também, as ações de vigilância e monitoramento para a vaca louca, 1.199 (Um mil, cento e noventa e nove) amostras de tronco encefálico, colhidas pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF, de bovinos de abate de emergência, foram triadas e enviadas ao laboratório para realização do teste histológico e imunohistoquímico.

Durante o ano de 2008 foram notificadas suspeitas de ocorrências de doenças nervosas em herbívoros de 251 (duzentos e cinquenta e uma) propriedades rurais, destas notificações, em 79 (setenta e nove) - propriedades 31,47%, confirmaram a ocorrência de raiva, quando vieram a óbito 242 (duzentos e quarenta e dois) herbívoros. Os herbívoros das 68,53% propriedades com resultados negativos para raiva e com as idades acima de 24 (vinte e quatro) meses e 12 meses, foram submetidos ao teste para Encefalopatia Espongiforme Bovina e Paraplexia Enzoótica dos Ovinos respectivamente, com resultados negativos, atividade integrante da vigilância para essas doenças. Esse procedimento é adotado em função da incorporação das mesmas ao sistema de vigilância da raiva.

Com a execução de todas as atividades programadas do programa de controle da raiva dos herbívoros e a prevenção da Doença da Vaca Louca no ano de 2008, no Estado de Mato Grosso, que efetivamente contribuíram para uma diminuição de 19,33% do número de herbívoros mortos por raiva no ano de 2008 em relação ao ano de 2007, o que pode ser justificado pela continuidade das capturas e tratamentos dos morcegos hematófagos, pelas coberturas vacinais em 2.079.637 herbívoros nos perifocos dos 79 (setenta e nove) focos registrados em 2008, com o aumento da vigilância, e a execução de ações de educação em saúde com os produtores rurais. Vale registrar que houve uma diminuição de ocorrência de focos em 2008 em relação ao ano anterior (79 focos em 2008 e 91 focos em 2007).

Na atividade fiscalização de propriedades rurais com colheita de amostras de ração, da vigilância e prevenção da vaca louca, foi possível fiscalizar 141 (cento e quarenta e uma) propriedades rurais, dos municípios de risco para EEB, assim como colher 109 (cento e nove) amostras de alimentos para ruminantes, quando houve um incremento de 9% de amostras colhidas, em relação ao programado, em função da implementação, a nível de propriedade rural, de um teste rápido para detecção de proteína de origem animal em alimentos de ruminantes e atendimento de 01 (uma) denúncia feita à ouvidoria do MAPA, atividade esta desenvolvida com a colaboração de Médicos Veterinários do INDEA/MT.

IV - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE SUÍDEA

Atributo	indicadores		
	Eficácia		Efetividade
Indicador	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Percentual de treinamentos realizados em relação ao programado (PTR)	Percentual de ocorrência de doenças controladas em GRSC em 2008
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR / NFP) \times 100$	$PTR = (NTR / NTP) \times 100$	$(NDCSF2008 / NDC) \times 100 =$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NTP = Número de Treinamentos Programados NTR = Número de Treinamentos Realizados	NDCSF = n ° de doenças controladas em GRSC sem ocorrência de foco NDC = n ° de doenças controladas em GRSC Doenças: Peste Suína Clássica, Aujeszky, Brucelose, Tuberculose, Leptospirose e Sarna.

Valores	NFP= 12 NFR= 04	NTP = 14 NTR = 16	NDCSF = 6 NDC = 6
Resultado	PFR = 33,33 %	PTR = 114,28 %	100 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)

Realizou-se um número pequeno de vistorias de granjas GRSC no ano de 2008, logo foi acompanhado um número pequeno de monitoramento nessas granjas, que aconteceu em sua grande maioria com a presença do Serviço Estadual de Defesa Sanitária Animal (INDEA/MT). Isto seria importante no sentido de se acompanhar também o desempenho dos Médicos Veterinários Oficiais no desenvolvimento da atividade, garantindo maior controle dos resultados.

Esta meta não foi atingida porque foi programado para o mesmo ano um número grande de treinamentos para os Médicos Veterinários autônomos e servidores do INDEA, sobre os principais objetivos e a importância do papel dos mesmos no desenvolvimento do PNSS (Programa Nacional de Sanidade dos Suínos), totalizando 11 unidades regionais + 3 treinamentos na regional de Cuiabá e um para os servidores do INDEA. Além do “Curso de Emergência Sanitária em Suínos” realizado para os servidores do INDEA/MT e alguns Responsáveis Técnicos de granjas de Suínos GRSC.

Os controles sanitários nas granjas reprodutoras refletem na melhor condição sanitária dos rebanhos das unidades produtoras, assegurando e abrindo novos mercados para o produto Estadual.

A condição sanitária do estado, caracterizado como livre de peste suína clássica e sem registros de ocorrências de doença de Aujeszky, além de contribuírem para essas exportações, também têm atraído a instalação de novas empresas no estado ligadas ao setor, como é o caso da Sadia S/A que está com um projeto enorme e a previsão de funcionamento de um Frigorífico de Suínos, no município de Lucas do Rio verde/MT, para o ano de 2009.

O setor acessa com maiores investimentos no ano vindouro, expandindo ainda mais a atividade, que dependerá efetivamente de um maior controle sanitário dos rebanhos e, portanto, incrementos no processo de fiscalização.

Procurar-se-á conciliar mais as fiscalizações com as datas de monitoramento nas granjas, de forma a acompanharmos pelo menos um monitoramento por granja no ano.

Não foi programada nenhuma fiscalização e supervisão técnica no Órgão de Defesa Sanitária Animal Estadual (INDEA/MT), porque a mesma foi programada para o ano de 2009.

V - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE EQUINA

Atributo	Indicadores		
	Eficácia		Efetividade
Indicador	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Percentual de treinamentos realizados em relação ao programado (PTR)	Percentual de ocorrência de AIE em 2008 em relação ao número de animais examinados (até outubro de 2008)
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR / NFP) \times 100$	$PTR = (NTP / NTR) \times 100$	$POAIE = (NAP2008 / NAE) \times 100$
Operadores:	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NTP = Número de Treinamentos Programados NTR = Número de Treinamentos Realizados	POAIE = Percentual de Ocorrência de AIE NAP = Número de Animais Positivos NAE = Número de Animais Examinados

Valores	NFP= 25 NFR= 04	NTP = 1 NTR = 1	NAP = 1585 NAE = 29562
Resultado	PFR = 16 %	PTR = 100 %	POAIE = 5,36 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)

Devido ao fato da FFA Coordenadora do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos se encontrar em adaptação ao Programa, além de ter sido designada para o desenvolvimento de outras atividades que demandaram uma grande quantidade de tempo, o número de vistorias programadas para os laboratórios de AIE, ficou prejudicado, não sendo integralmente cumprido no ano de 2008. Isto seria importante no sentido de se acompanhar também o desempenho dos Médicos Veterinários credenciados no desenvolvimento da atividade, garantindo maior controle dos resultados.

Os controles sanitários de doenças refletem na melhor condição sanitária da população de equídeos no estado do Mato Grosso, assegurando e abrindo novos mercados para o produto Estadual.

Para o ano de 2008, foi planejado a realização de um curso de capacitação em Diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina, para todos os Médicos Veterinários já credenciados no estado do Mato Grosso, para que houvesse uma atualização dos conhecimentos, técnicas e do processo documental dos mesmos, curso este que foi realizado com sucesso, e muito elogiado pelos Médicos Veterinários credenciados para realização de Diagnóstico de AIE.

Melhorar-se-á a programação dos recursos gastos por fiscalização, com bases nos resultados deste ano, e buscar-se-á aplicá-los com maior eficiência. Para isto, conciliar-se-á as fiscalizações com outras atividades desempenhadas pelo responsável pelo programa no SEDESA/MT.

Procurar-se-á realizar mais fiscalizações, de forma a fiscalizarmos pelo menos uma vez no ano cada laboratório de AIE.

VI - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA

Atributo	Indicadores		
	Eficácia		Efetividade
Indicador	Fiscalização de estabelecimentos avícolas	Supervisão das atividades de defesa animal nas unidades locais de execução do INDEA	Percentual de ocorrência de doenças controladas em estabelecimentos matrizeiros em 2008.
Fórmula de Cálculo	$PFR = (NFR/NFP) * 100$	$PSR = (NSR / NSP) * 100$	$(NDCSF2008 / NDC) * X 100 =$
Operadores:	PFR= Percentual de fiscalização realizada NFR= número de fiscalização realizada NFP= número de fiscalização programada	NSR=número de supervisão realizada NSP=número de supervisão programada	NDCSF = n ° de doenças controladas em estabelecimentos matrizeiros sem ocorrência de foco NDC = n ° de doenças controladas em estabelecimentos matrizeiros Doenças: Gênero Salmonela e Gênero Micoplasma
Valores	NFR=28 NFP=27	NSR=7 NSP=7	NDCSF = 7 NDC = 7
Resultado	104%	100%	100 %
Unidade de med.:	Percentual (%)	Percentual (%)	Percentual (%)

As atividades do PNSA com objetivo de elevar o desempenho dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas foram executadas utilizando-se dos recursos orçamentários e financeiros alocados no Plano Interno - PI PCEANIMAL.

Par atingir os objetivos do Programa foram executadas as seguintes atividades:

- Fiscalização de estabelecimentos de reprodução (aves e ratitas) que se encontram registrados nesta SFA e com pedidos de registro;
- Fiscalização de Méd. Veterinários habilitados a emissão da GTA (Guia de Trânsito Animal) para aves e ovos férteis e treinamento dos mesmos nas atividades do PNSA;
- Supervisão das Unidades Locais de Execução do INDEAMT (Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso) que atendem municípios que possuem estabelecimentos registros ou com expressão na avicultura de corte ou postura;
- Capacitação de Médicos Veterinários Autônomos, oficiais e FFA (Fiscais Federais de Agricultura) no PNSA;
- Participações em reuniões do COESA (Comitê Estadual de Sanidade Avícola);
- Certificação de estabelecimentos (núcleos) registrados nesta SFA (Superintendência Federal da Agricultura);
- Análise e acompanhamento das notificações de mortalidade de aves pelo SIF na Vigilância Permanente para Doença de Newcastle e Influenza Aviária;
- Realização de triagem e envio das amostras aos laboratórios, como parte da Vigilância Permanente para Doença de Newcastle e Influenza Aviária;
- Cadastramento de sítios de aves migratórias no Estado de Mato Grosso;

Essas atividades foram executadas por FFA do Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA da SFA/MT, por Médicos Veterinários Oficiais do INDEA/MT e FFA do SEFAG e SIPAG.

As fiscalizações de estabelecimentos de reprodução com pedido de registro nesta Superintendência em conformidade com a legislação pertinente foram realizadas em conjunto com FFA do SEFAG na qual obteve aproveitamento de vários deslocamentos do referido setor. Quanto aos estabelecimentos que se encontram registrados nesta SFA, foram realizadas vistorias periódicas em "loco" pelo responsável do programa no SEDESA. Aproveitando os deslocamentos para vistoria foram fiscalizados também os habilitados a emissão de GTA para aves e ovos férteis em conjunto com o INDEA de cada unidade que o habilitado é cadastrado. Essas fiscalizações obtiveram aumento neste ano devido à expansão da atividade no Estado, portanto demandou além das vistorias anuais, fiscalizações para registro desses estabelecimentos nesta SFA. As supervisões das Unidades Locais do INDEA, que possuem nos seus municípios estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais, foram realizadas em conjunto com o responsável do PNSA no órgão estadual. As capacitações de Med. Veterinários Oficiais, FFA e autônomos foram promovidas pela SEDESA e a Coordenação do INDEA com objetivo de manter atualizado quanto às ações de prevenção de doenças e nas atividades desenvolvidas pelo PNSA. Na prevenção e controle da DNC (Doença de Newcastle) e prevenção da Influenza Aviária foram realizadas notificações de mortalidade no transporte e alojamento das aves em produção pelos FFA do SIF, com triagem e encaminhamento de amostras ao LANAGRO pelo SEDESA, além de recebimento e envio de amostras provenientes da vigilância diante de notificações de doenças realizadas pelo INDEA nos estabelecimentos comerciais e propriedades de subsistência. Como parte da vigilância da DNC e Influenza Aviária foi realizada pelo INDEA cadastramento e colheita das amostras nos sítios migratórios presentes no Estado.

De maneira geral, o desempenho do Serviço com essas atividades foi satisfatória, contribuindo com a manutenção do status sanitário do rebanho avícola e expansão das atividades e acesso a mercados com produtos avícolas.

VII – CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES

Eficácia

Programa	Indicador	Valor
PNCEBT	Supervisão órgão executor	29%
	Fiscalização de Médicos Veterinários	48%
	Treinamento de Médicos Veterinários	111%
PNCH	Fiscalizações realizadas	100 %
PNCRHE	Supervisão órgão executor	133 %
	Médicos Veterinários autônomos e	109%

	oficiais treinados	
	Fiscalização de propriedades	100%
PNSS	Fiscalização de GRSC	33%
	Treinamento de Médicos Veterinários	114%
PNSE	Fiscalização de laboratórios	16%
	Treinamento	100%
PNSA	Supervisão órgão executor	100%
	Fiscalização de Granjas	104%

Efetividade

Programa	Indicador	Valor
PNCEBT	Índice de Vacinação de Brucelose	
PNCH	Taxa de conformidade de amostras (TCF)	100%
PNCRHE	Índice de bovinos mortos por raiva em 2008 em relação ao ano anterior	(-) 19%
PNSS	Percentual de ocorrência de doenças controladas em GRSC em 2008	100%
PNSE	Percentual de ocorrência de AIE em 2008 em relação ao número de animais examinados (até outubro de 2008)	5,4%
PNSA	Percentual de ocorrência de doenças controladas em estabelecimentos matrizeiros em 2008	100%

2.3.3.2 Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA
Unidade Executora	SEDESA/SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DSA
Coordenador Nacional da Ação	GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	ÊNIO JOSÉ DE ARRUDA MARTINS

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisão das ULEs	22	18

Supervisão das barreiras sanitárias de fronteira	14	10
Auditorias (Supervisões) nas Regionais	06	1

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias-14	12.567,29	12.567,29
Material de Consumo-30	7.648,48	7.648,48
Passagem-33	9.102,53	9.102,53
Diária de Terceiros- 36	220.316,97	220.316,97
Diária para Pessoa Jurídica- 39	165,00	165,00
Convênio- 41	421.139,34	4.918.589,00
Material Permanente- 42	4.918.589,00	421.139,34
Total	5.589.528,61	5.589.528,61

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Sua execução é compartilhada entre os diferentes níveis de hierarquia do serviço veterinário oficial com participação do setor privado, cabendo a cada um suas responsabilidades. Os governos estaduais, representados pelas secretarias estaduais de agricultura e instituições vinculadas, responsabilizam-se pela execução do PNEFA no âmbito estadual. As atividades são predominantemente executadas, de forma indireta, pelo Instituto de Defesa Agropecuária do estado de Mato Grosso (INDEA/MT), ficando a cargo desta Superintendência, por meio do seu Serviço de Sanidade Agropecuária, o apoio técnico financeiro e a supervisão dessas atividades. Esta parceria é fundamental para que o MAPA tenha o alcance necessário nas suas ações sanitárias.

Devido às notificações de focos de febre aftosa na Bolívia e às ameaças de reintrodução do vírus dessa doença em nossa área livre, através da fronteira com aquele país, priorizaram-se as ações de fiscalização e vigilância epidemiológica naquela região, com as quais está relacionada a maior parcela das despesas executadas no âmbito do programa de desenvolvimento da bovideocultura. Com isto, o principal objetivo das ações foi plenamente alcançado, mantendo-se o Estado com o “status” nacional de zona livre de febre aftosa e, portanto, em condições de exportar para muitos países.

O SEDESA realiza, de modo contínuo, supervisões no órgão de defesa estadual, cujo objetivo é verificar os procedimentos e controles relacionados ao trânsito de bovinos entre as áreas não habilitadas e habilitadas à exportação de carne “in natura” para União Européia no Estado, analisar as condições de funcionamento das unidades do INDEA/MT, a condução das atividades e controles praticados em relação ao trânsito interestadual referentes ao PNEFA e as atividades relacionadas ao convênio MAPA/INDEA 001/04. Em 2008 foram supervisionadas as ULEs de Alto Araguaia, Rondonópolis, Matupá, Guarantã do Norte, Colíder, Sorriso, Vila Rica, Água Boa e os postos de fiscalização de Boiadeiros (divisa com estado de Goiás), Guarantã do Norte e Aristides Argenta (divisa com PA) Cabeceira Alta, Rio Correntes (divisa com o Mato Grosso do Sul), além das 10 barreiras sanitárias e equipes volantes que funcionam na fronteira entre Brasil e Bolívia.

O MAPA e o INDEA/MT em conjunto com o GEFRON (Grupo Especial de Fronteira), com o apoio do FEFA (Fundo Emergencial da Febre Aftosa), FAMATO (Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso) e do EXÉRCITO (2º batalhão de fronteira), fazem, desde 2007 uma operação de vigilância preventiva na fronteira de Mato Grosso e Bolívia. Nos municípios de Cáceres, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade havia, até outubro de 2008, 10 barreiras sanitárias fixas e 04 equipes móveis que realizavam fiscalização, visando impedir a entrada de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, fazendo a desinfecção em todos os veículos provenientes daquele país. Tal ação visa minimizar os riscos de reintrodução da febre aftosa no país. Atualmente há 07 barreiras sanitárias fixas e 10 equipes móveis em atuação ininterrupta na fronteira, são elas: Avião Caído, Corixa, Corixinha, Fortuna, Marphil, Las Petas, Roça Velha

Foi demarcada ainda, uma área de 15 Km da linha internacional da fronteira, e nas propriedades incluídas nesta área são realizadas ações de vigilância permanentes como a vacinação assistida contra febre aftosa, monitoramento epidemiológico para circulação viral e visitas rotineiras a estas propriedades. Algumas reuniões entre o Brasil e Bolívia também ocorrem com regularidade, visando estabelecer acordos de cooperação técnica entre os dois países.

Os monitoramentos soroepidemiológicos para avaliar a eficiência da vacinação contra febre aftosa e para verificação de circulação viral nas regiões de fronteira internacional são atividades orientadas pelo Departamento de Saúde Animal em nov/dez de 2008, objetivando atender exigências da União Européia e manter o status do estado de “livre de febre aftosa com vacinação”.

Para estas atividades foram gastos os valores demonstrados na tabela abaixo:

VALORES GASTOS PELO SEDESA PARA SUPERVISIONAR AÇÕES DO INDEA	
DIÁRIAS	12.567,29
COMBUSTÍVEL	7.648,48
PASSAGEM	9.102,53

As despesas deste PI relativas às diárias a terceiros referem-se ao serviço de fiscalização de produtos de origem animal e vegetal na fronteira entre Brasil e Bolívia, nos municípios e Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade e Porto Esperidião. Os servidores do INDEA fiscalizam a fronteira e os policiais militares fazem a segurança desses. Em cada período de 10 ou 11 dias, para as 7 barreiras sanitárias e 6 equipes volantes são deslocados cerca de 25 servidores técnicos em agropecuária, com diárias de R\$85,92 e um médico veterinário com diária de R\$103,08. Para os policiais, que são em média 40 por período, são destinadas diárias no valor de R\$85,92. Há ainda os trabalhos de vacinação assistida nas propriedades da fronteira durante 40 dias que totalizaram 10 equipes compostas por um técnico em agropecuária e um veterinário e de monitoramento de circulação viral na fronteira, com equipes também de técnicos em agropecuária e veterinários que fizeram a sorologia em 24 propriedades. As diárias para todas estas atividades totalizaram 220.316,97.

As atividades programadas não executadas foram as supervisões nas ULEs e nas Regionais do INDEA, sendo que 82% da programação foi concluída com relação às ULEs e 17 % em relação às regionais, (12 ao todo). Há que se considerar que houve a transferência do servidor responsável pelo PNEFA, que foi substituído por outro, que aos poucos foi conhecendo as metas anteriormente programadas. De qualquer modo as supervisões nos postos de fronteira foram concluídas com êxito e foi dada maior atenção a estas supervisões, especialmente porque há uma necessidade de equipar melhor as barreiras sanitárias tanto com equipamentos, quanto estrutura e pessoal, dada a importância desta atividade. Além disso foi sugerida a construção de postos novos na fronteira, tendo sido necessárias mais visitas e deslocamentos de servidores a fim de fazer avaliações mais precisas para abrir edital para construção dos mesmos.

O objetivo do convênio (MAPA/INDEA 001/2008) é a implantação de sistema unificado de atenção à saúde animal e vegetal mediante a execução de ações e atividades delegáveis e inerentes à modernização e ao desenvolvimento institucional dos serviços de saúde animal e vegetal, com vistas a assistir a comunidade envolvida na definição do nível de proteção adequada através de medidas relacionadas a oferta e uso de tecnologias apropriadas, de serviços técnicos especializados e metodologias de identificação de riscos e seus impactos a saúde humana e ao meio ambiente, necessárias a promoção, a manutenção da saúde dos animais e vegetais por meio de:

- Unidade Locais de Saúde animal e vegetal, barreiras sanitárias, fiscalizações móveis e vigilância agropecuária na fronteira Brasil/ Bolívia;
- Análise de riscos, compreendendo a avaliação, gestão e comunicação dos mesmos;
- Rede de informações do sistema de defesa agropecuária;
- Apropriação dos recursos naturais em uma forma sustentável de atividade econômica;
- Contribuição para o planejamento adequado da infra-estrutura local;
- Gerência das políticas públicas com efetividade.

As despesas do convênio 001/08, com custeio e material permanente, estão divididas de acordo com a tabela abaixo:

Fiscalização Volante	Manutenção de Barreiras Sanitárias	Vigilância Ativa em Propriedades	Aquisição de Material	
			Veículos	Computador/Servidor
136.129,00	179.786,34	105.224,00	4.465.389,00	453.200,00
	421.139,34			4.918.589,00

A seguir iremos explicar sobre o Convênio com o INDEA-MT que teve execução durante o ano de 2008, e seus aditivos,

O Convênio MAPA /INDEA-MT nº 001/2004 e seus 7 termos aditivos iniciaram em 13/12/2004, sendo o último termo válido até 31/07/09.

CONVÊNIO	MAPA/INDEA/001/ 2004	1º Termo Aditivo	2º Termo Aditivo	3º Termo Aditivo	4º Termo Aditivo	5º Termo Aditivo	6º Termo Aditivo	7º Termo Aditivo
PROCESSO	21024.002683/ 2004 – 73	21024.002683/ 2004–73	21024.001429/ 2005 – 39	21024.001429/ 2005 – 39	21024.001429/ 2005 – 39	21024.001642/ 2007 – 11	21024.001212/ 2008 - 71	21024.003317/ 2008 - 65
DATA DA ASSINATURA	10/12/04	14/09/05	27/12/05	30/06/06	28/12/06	31/12/08	28/05/08	29/12/09
DATA PUBLICAÇÃO	13/12/04	19/09/05	29/12/05	04/07/06	02/01/07	07/01/08	13/06/08	27/01/09
SIAFI	513983	513983	539590	539590	539590	610858	610858	610858
VALOR REPASSADO PELO MAPA	R\$ 1.047.007,62	R\$ 0,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.679.459,56	R\$ 243.540,00	R\$ 4.999.999,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR DA CONTRAPARTI DA	R\$ 1.117.034,03	R\$ 0,00	R\$ 4.200.000,00	R\$ 9.556.474,14	R\$ 17.000.000,00	R\$ 499.999,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO CONVÊNIO	R\$ 2.164.041,65	R\$ 0,00	R\$ 7.200.000,00	R\$ 12.235.933,70	R\$ 17.243.540,00	R\$ 5.499.999,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA	13/12/04	13/12/04	13/12/04	13/12/04	13/12/04	13/12/04	13/12/04	13/12/04

DATA TÉRMINO VIGÊNCIA	DO DA	31/12/05	31/12/05	30/06/06	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/08	31/06/09
PLANO INTERNO	FEAFTOSAEXT VIGIFITOEXT	-	PCEBOV1	ERRADICC ERRADICC SIGATOKA SIGATOKA PCPFRUI FEBREAFTOSA FEBREAFTOSA	INFLUENZA INFLUENZA	PCEAVE PCESUIDEO PCESUIDEO FEBREAFTOSA PCEBOV1 PCEBOV1 VACALOUCA	-	-	
PROGRAMA DE TRABALHO	20604035985090001 20125035785050001	-	20604035948070001	20603035447400001 20603035447400001 20603035447420001 20603035447420001 20603035448040001 20604035948420001 20604035948420001	2060403711K81 0101 2060403711K81 0101	20604037148090001 20604036748080001 20604036748080001 20604035948420001 20604035948070001 20604035948070001 20604035947710001	-	-	
PTRES	975033 975029	-	965254	001564 001564 001565 001565 001566 001578 001578	13598 13598	001580 001579 001579 001578 001577 001577 001576	-	-	
NATUREZA DA DESPESA	333041 333041	-	443042	333041 443042 333041 443042 443042 333041 443042	333041 443042	333041 443042 333041 333041 333041 443042 443042	-	-	

NOTA DE EMPENHO	2004NE000354 e 2004NE000355	-	2005NE901824	2006NE900754 2006NE900757 2006NE900758 2006NE900759 2006NE900760 2006NE900761 2006NE900762	2006NE901936 2006NE901937	2007NE000601	-	-
ORDEM BANCÁRIA	2004OB901860 2004OB901861	-	2005OB902079	2006OB902567 2006OB902568 2006OB902569 2006OB902570 2006OB902573 2006OB902571 2006OB902572	-	2008OB900283 2008OB900284 2008OB900285 2008OB900286 2008OB900287 2008OB900288 2008OB900289	-	-
QUANTIDADE DE PARCELAS	01 (UMA)	-	01 (UMA)	01 (UMA)	-	01 (UMA)	-	
SITUAÇÃO	Prestação de contas aprovada	Prestação de contas aprovada	Prestação de contas aprovada	Reformulado através do 4º Termo Aditivo	Prestação de contas, até esta data, não aprovada. Aguardando devolução de recursos.	Em vigência. Algumas metas não puderam ser executadas até o término da vigência do referido termo aditivo tornando - se necessária a reformulação das metas através do 7º termo Aditivo.	Aquisição de material permanente (investimento) através de reformulação de metas do 5º termo aditivo. Aguardando prestação de contas	Em vigência

A conveniente prestou conta do 4º termo aditivo, porém não foi aprovada ainda, pois a mesma deverá recolher o valor de R\$ 826.746. As Atividades constantes das metas nº 1-Manutenção da Condição do Estado Livre da Febre Aftosa com Vacinação e 2-Prevenção da influenza aviária e prevenção e controle da doença de Newcastle do 5º termo aditivo ao convênio MAPA/INDEA/MT/001/04, foram realizadas, porém parte das metas 3, 4 e 5 não foram realizadas sendo necessária a prorrogação do prazo de vigência do 5º Termo Aditivo ao Convênio MAPA/INDEA/MT nº. 001/2004 com alteração do prazo de execução até 31 de julho de 2009, através do 7º termo aditivo, para complementação da execução das ações do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal, do Controle da Raiva dos Herbívoros e Vigilância da EET's e do Programa Nacional de Sanidade Suína. O 6º termo aditivo, aquisição de material permanente, está em período de prestação de contas.

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma supervisão realizada (CSR)	Percentual de supervisões realizadas em relação ao programado (PSR)	Bovinos e Bubalinos vacinados nas 03 etapas de vacinação contra febre aftosa em 2008
Fórmula de Cálculo	CSR = CTS / NSR	PSR = (NSR / NSP) * 100	PBV= (PE1 + PE2 + PE3)
Operadores:	CTS = Custo Total de Supervisão (R\$) NSR = Número de Supervisões Realizadas	NSP = Número de Supervisões Programadas NSR = Número de Supervisões Realizadas	PBV = percentual de bovinos vacinados PE1 = Percentual Etapa 1 PE2 = Percentual Etapa 2 PE3 = Percentual Etapa 3
Valores	CTS = 20.380,77 NSR = 29	NSP= 42 NSR= 29	NBV= (99,45% + 99,72% +99,66) /3
Resultado	702,78	69,04%	99,61%
Unidade de med.:	R\$ /Supervisão	Percentual (%)	Porcentagem
Observações			Relatórios de vacina INDEA/MT-2008

2.3.3.3 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos - VIGIZOO2

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DAS
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEDESA
Coordenador Nacional da Ação	GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES
Responsável pela Execução da	ENIO JOSÉ DE ARRUDA MARTINS

Ação a Nível Local	
---------------------------	--

Produto	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalização realizada- barreiras Inter-Estaduais	05	05

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	4.312,39	4.312,39
Material de Consumo	702,19	702,19
Diária de terceiros	259.792,15	259.792,15
Passagem	8.385,36	8.385,36
Total	273.192,09	273.192,09

A atividade realizada com os recursos do VIGIZOO2 são as fiscalizações em Postos Sanitários que se localizam nas divisas com os estados do MS, GO, PA, AM e RO. Os postos funcionam ininterruptamente com contingentes variados, entre dois e quatro servidores do INDEA/MT que se revezam na fiscalização de veículos que transportam cargas e produtos animais, vegetais ou derivados destes. As bases são próprias, cedidas pela SEFAZ ou pelo estado em comodato e funcionam junto com a Secretaria da Fazenda, contando com o apoio de policiais militares. Em todos os postos há veículos para deslocamento dos servidores ou para auxiliar eventualmente em alguma fiscalização. Uma das principais diretrizes nas fiscalizações é impedir o ingresso de animais susceptíveis a febre aftosa provenientes de áreas proibidas.

O SEDESA em 2008 supervisionou os postos de fiscalização de Boiadeiros (divisa com estado de Goiás), Guarantã do Norte e Aristides Argenta (divisa com PA) Cabeceira Alta e Rio Correntes (divisa com o Mato Grosso do Sul). O Posto de Pontal do Araguaia (divisa com GO) foi visitado, mas não supervisionado, porque não estava na rota de viagem e não havia tempo hábil para a supervisão. Os postos de Comodoro (divisa com RO) e Colniza (divisa com AM) não foram visitados, este porque não estava funcionando devido às águas do período que fecham a região. As atividades programadas nos postos de divisas com os estados foram concluídas com êxito. As supervisões são de suma importância para o bom funcionamento dos postos. Por meio delas detectou-se ser necessário o treinamento constante dos servidores do INDEA, uma vez que a rotatividade dos mesmos nesta atividade leva a estarem presentes, algumas vezes, servidores inexperientes ou que já se esqueceram das instruções recebidas, além de que a legislação é dinâmica e precisa estar constantemente sendo atualizada para os servidores.

As maiores despesas deste PI são relativas às diárias para servidores do INDEA. O valor total de diárias repassadas à terceiros foi de 259.792,15. Há ainda a diária repassada para apoio e supervisão dos postos, realizada por servidores do MAPA, que somam 702,19 e 4.312,39, referentes, respectivamente, ao combustível e passagem utilizadas para o deslocamento aos postos. Foram gastos ainda 8.385,36 com passagens de servidores para treinamentos e reuniões em Brasília e outros estados.

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma supervisão realizada (CSR)	Percentual de supervisões realizadas em relação ao programado (PSR)	Autos de infração emitidos durante as fiscalizações realizadas
Fórmula de Cálculo	$CSR = CTS / NSR$	$PSR = (NSR / NSP) * 100$	$PAI = (NAI / NVF) * 100$
Operadores:	CTS = Custo Total de Supervisão (R\$) NSR = Número de Supervisões Realizadas	NSP = Número de Supervisões Programadas NSR = Número de Supervisões Realizadas	PAI = percentual de autos de infração NAI = nº de AI emitidos NVF= nº veículos fiscalizados

Valores	CTS = 5.014,58 NSR = 05	NSP= 05 NSR= 05	PAI = (188/25.068)*100
Resultado	1.002,916	100%	0,75 %
Unidade de medida	R\$ /Supervisão	Percentual (%)	Porcentagem
Observações	Foram consideradas neste indicador todas as despesas de custeio do PI, incluindo reuniões de gestão e treinamentos.		O percentual de veículos infracionados demonstra que o trânsito está bem controlado no estado Fonte: Relatórios INDEA/MT-2008

2.3.3.4 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO1

Tipo	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA
Coordenador Nacional da Ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Enio José de Arruda Martins

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalização de Quarentena Vegetal	4 fiscalizações	1 fiscalização
Diagnóstico da necessidade de barreiras fitossanitárias	4 barreiras fitossanitárias	0 barreira fitossanitária
Supervisão de barreiras fitossanitárias	10 barreiras fitossanitárias	1 barreira fitossanitária
Participação em elaboração de normas fitossanitárias	1 norma	2 normas
Supervisão do Sistema de Certificação Fitossanitária de Origem	0 propriedade	5 propriedades
Consolidação das exigências fitossanitárias para entrada de plantas e produtos vegetais no estado de Mato Grosso e atualização	1 catálogo	1 catálogo
Palestra sobre Controle Legislativo de pragas e barreiras fitossanitárias	20 palestras	1 palestra
Participação no Encontro Regional de Fitossanitaristas	0 encontro	2 encontros
Participação no Encontro Nacional de	0 fiscais	3 fiscais

Fitossanitaristas		
Criação do Informe Fitossanitário SFA/MT	15 edições	9 edições

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	5.257,00	5.533,99
Material de Consumo	4.000,00	1.257,15
Passagens	0,00	7.184,07
Serviços de Terceiro	2.000,00	0,00
Total	11.257,00	13.975,21

Abaixo, descrevemos as ações realizadas:

A instrução de cerca de novecentas pessoas ligadas ao agronegócio, incluindo estudantes, através de mala-direta, bem como através de palestra, no que diz respeito às regras oficiais de controle de pragas quarentenárias, evita, pela geração de consciência nos cidadãos, a introdução, no Brasil, de novas pragas de importância econômica para as culturas agrícolas, que resulta em menos danos ao meio ambiente e ao homem, decorrente de controle químico de praga, menos prejuízos econômicos e menos restrições fitossanitárias às exportações e ao trânsito nacional. A meta de vinte palestras não foi cumprida, porque não conseguimos contato com as associações de engenheiros agrônomos dispersas pelo estado de Mato Grosso. Mesmo assim, descobrimos enorme desinformação dos receptores da mala-direta e dos ouvintes da palestra proferida, em relação às exigências fitossanitárias de controle de pragas regulamentadas;

A fiscalização de quarentena vegetal depende de demanda por parte dos usuários de nossos serviços. Em 2008, só houve uma demanda de fiscalização de quarentena vegetal;

A Certificação Fitossanitária de Origem garante a condição fitossanitária de plantas e produtos de origem vegetal requerida para o trânsito nacional e internacional. Verificamos despreparo dos Fiscais Estaduais Agropecuários para acompanhar o processo de Certificação Fitossanitária de Origem, razão por que os instruímos à luz das normativas relativas à Certificação Fitossanitária de Origem e Permissão de Trânsito de Vegetais;

A consolidação das exigências fitossanitárias para o trânsito interestadual de plantas e produtos vegetais auxiliou sobremaneira o serviço estadual de controle de trânsito vegetal na tomada de decisão, que precisa ser ágil, segura e correta. Em supervisão, descobrimos que os fiscais estaduais agropecuários não detinham conhecimento das devidas exigências fitossanitárias requeridas para o trânsito interestadual de vegetais e produtos vegetais, pelo fato de que a legislação fitossanitária brasileira encontra-se dispersa em várias normativas, não raro substituídas ou alteradas;

Nossa participação na elaboração de normas, especialmente estaduais, tem contribuído para a melhoria do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, pelo aprimoramento das regras oficiais de prevenção e controle de pragas. Na legislação estadual inserimos penalidade por descumprimento de medidas cautelares, por não-parada em barreira fitossanitária, penalidade reincidente por não-adoção de medida fitossanitária, até que a medida fitossanitária seja adotada. Na legislação federal sugerimos penalidade para ingresso não autorizado de plantas e produtos vegetais no País;

O Encontro Nacional de Fitossanitaristas foi o fórum de discussões acerca de relevantes temas fitossanitários, que culminou na harmonização de procedimentos e definição de metas prioritárias para as ações do Departamento de Sanidade Vegetal, após exaustivos trabalhos desenvolvidos nas cinco regiões brasileiras; e

Só o Fiscal Federal Agropecuário responsável pelo PI VIGIFITO1 executou todas as ações descritas e ainda executou ações do PCEVEGETAL.

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma supervisão realizada (CSR)	Percentual de supervisões realizadas em relação ao programado (PSR)	Taxa de conformidade de cargas vegetais no trânsito interestadual (TCTI)

Fórmula de Cálculo	$CSR = CTS / NSR$	$PSR = (NSR / NSP) * 100$	$TCF = (QCC / QTC) * 100$
Operadores:	$CTS = \text{Custo Total de Supervisão (R\$)}$ $NSR = \text{Número de Supervisões Realizadas}$	$NSP = \text{Número de Supervisões Programadas}$ $NSR = \text{Número de Supervisões Realizadas}$	$QCC = \text{Quantidade de cargas vegetais conformes no trânsito interestadual}$ $QTC = \text{Quantidade de cargas vegetais no trânsito interestadual}$
Valores	$CTS = 1.571,73$ $NSR = 6$	$NSP = 10$ $NSR = 6$	$QCC = 10.063$ $QTC = 10.106$
Resultado	R\$ 261,95	60 %	99,57 %
Unidade de med.:	R\$ / Supervisão	Percentual (%)	Porcentagem
Observações	Para efeito de cálculo, foram consideradas as supervisões de barreiras fitossanitárias e de certificação fitossanitária de origem	Para efeito de cálculo, foram consideradas as supervisões de barreiras fitossanitárias e de certificação fitossanitária de origem	
Fonte:	Ordens de Serviço nº. 395/08, 210/08 e 102/08 e gastos com deslocamento de veículo	Relatórios de Viagem das Ordens de Serviço nº. 395/08, 210/08 e 102/08	INDEA/MT – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso

2.3.3.5 Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCVEGETAL

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacaicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de

	defesa fitossanitária.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DSV/SDA
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEDESA/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	José Geraldo Baldini
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	Ênio José de Arruda Martins

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Supervisão para Área Livre de Sigatoka Negra	1	1
Supervisão lavouras e tigüeras – Ferrugem asiática	200	190
Inspeção Plantios de soja autorizados pela CDSV	30	20
Inspeção para Levantamento de pragas quarentenárias A2	24	29
Curso sobre pragas quarentenárias florestais	1	2

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	8.176,32	8.176,32
Material de Consumo	4.016,40	4.016,40
Passagens	11.434,71	11.434,71
Serviços de Terceiro	522,28	522,28
Total	255,00	255,00

O PI PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais engloba as ações de defesa fitossanitária em relação a pragas regulamentadas e de importância econômica.

No Mato Grosso as pragas de interesse tem sido a Ferrugem Asiática da Soja, o Bicudo do Algodoeiro, a Sigatoka Negra na Bananeira, o Cancro Cítrico, a Broca da Teca, entre outras.

Ferrugem Asiática da Soja:

A principal atuação continuou no sentido de minimizar a ocorrência de ferrugem asiática no plantio de verão, através da supervisão das ações executadas pelo INDEA/MT que por força de deliberação da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal de Mato Grosso – CDSV/MT, coordenada pela SFA/MT, regulamentou o plantio da oleaginosa na entressafra. As viagens que foram feitas a campo em 2008 foram com objetivo de realizar inspeções fitossanitárias tanto em lavouras comerciais quanto em áreas de plantas voluntárias e plantios autorizados para a entressafra, buscando-se com isso minimizar a influência da severidade e precocidade com que a praga ocorre nas lavouras de Mato Grosso nos últimos anos. Algumas viagens foram aproveitadas para também inspecionarmos e fazermos coletas de orthopteros, ordem que representa uma das mais importantes pragas que Mato Grosso já teve, os gafanhotos.

O maior avanço obtido como resultado de nossa ação foi o retardamento ainda maior do aparecimento dos primeiros focos de ferrugem asiática no estado, apesar de não se ter conseguido realizar todas as viagens nos locais previstos.

Ainda com um quadro reduzido de Fiscais Federais Agropecuários, o Fiscal Federal Agropecuário Wanderlei Dias Guerra, continuou a acumular as atribuições afetas à sojicultura dentro do Programa PCEVEGETAL, além da Coordenação da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal de Mato Grosso – CDSV/MT, instituída pela Portaria SFA/MT 073 de 27/02/05, a qual congrega 25 Instituições públicas e privadas que tem ações e/ou interesses na área de Defesa Sanitária Vegetal e de continuar no papel de Ouvidor da SFA/MT.

Em relação aos resultados do indicador de eficiência, a manutenção dos custos equivalentes ao ano anterior, o qual já havia sido menor que em 2006 obteve-se à continuidade da parceria entre SFA/MT e APROSOJA que entrou com os custos de transporte de algumas viagens feitas com objetivo de inspecionar lavouras de soja assim como nas vistorias de plantios autorizados pela CDSV/MT, coordenada pela SFA/MT da qual fazem partes diversas instituições, incluindo a APROSOJA. Tais viagens foram realizadas em conjunto com INDEA/MT. Verifica-se por outro lado que a Eficácia não representou 100% de nossa Programação, resultado das liberações tardias de recursos financeiros pela Coordenação Nacional do Programa e também pelo fato de este fiscal federal agropecuário estar com apenas meio período na SFA/MT, pois foi liberado para cursar doutorado na UnB.

Sigmatoka Negra da Bananeira - Durante o ano de 2008 concluiu-se o processo de criação da Área Livre de Sigatoka Negra no Estado de Mato Grosso, englobando 15 Municípios do estado na região do Baixo Araguaia. Através de Supervisão e Auditoria do MAPA nas atividades do INDEA-MT de levantamento e monitoramento da doença no Estado, bem como do controle do Trânsito Vegetal na Área Livre, concluiu-se, em 2008, o reconhecimento da região como Área Livre de Sigatoka Negra.

Broca Gigante da Cana-de-açúcar (*Telchin licus*) - A Broca Gigante da cana-de-açúcar, que estava listada como praga quarentenária ausente no Brasil, foi detectada no Estado de Mato Grosso, nos municípios de Nova Olímpia e São José do Rio Claro, sendo uma propriedade infestada em cada Município. O fato foi informado ao DSV (Departamento de Sanidade Vegetal) para inclusão de Mato Grosso como Estado infestado por esta praga, na Instrução Normativa que tratará das medidas fitossanitárias para o seu controle.

Pragas Quarentenárias A2 – Através dos levantamentos de detecção de pragas quarentenárias A2, realizados em 23 propriedades, nos municípios de Primavera do Leste, Poxoréu, Rondonópolis e Alto Araguaia, detectamos a praga Cancro Cítrico em uma propriedade, em Primavera do Leste, fato informado ao INDEA/MT (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso), para as providências de erradicação.

Atributo	Indicadores			
	Eficiência	Eficácia		Efetividade
Indicador	Custo por propriedade inspecionada para Ferrugem Asiática da Soja (CI)	Numero de Inspeções realizadas para Ferrugem Asiática da Soja em relação ao Programado (PIR)	Percentual de Inspeções para Levantamento de Pragas Quarentenárias realizadas em relação ao programado (PIR)	Taxa de Conformidade de Fitossanitária (TCF)
Fórmula de Cálculo	$EFI = (CI / CE)$	$PIR = (NIR / NIP) * 100$	$PIR = (NIR / NIP) * 100$	$TCF = (QLSOPQ / QLP) * 100$
Operadores:	DI = Despesa com Inspeções QI = Quantidade de Inspeções	NIP = Número de inspeções Programadas NIR = Número de Inspeções Realizadas	NIP = Número de inspeções Programadas NIR = Número de Inspeções Realizadas	QLSOPQ = Quantidade Levantamentos Sem Ocorrência de Pragas Quarentenárias QLP = Quantidade Levantamentos Período
Valores	DI = 5.215,89 QI = 210	NIP= 250 NIR= 210	NIP= 24 NIR= 29	QLSOPQ = 26 QLP = 29
Resultado	24,84	84,0%	120,83 %	90 %
Unidade de med.:	R\$	Porcentagem (%)	Percentual (%)	Porcentagem (%)

2.3.3.6 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA1 e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL1

Tipo	Finalístico
Finalidade – FISCANIMAL1	Impedir a entrada e a disseminação, no País, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população
Finalidade – FISCPLANTA1	Impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.
Descrição – FISCANIMAL1	Vigilância e controle zoonosológico em portos, aeroportos, postos de fronteira do país e estações aduaneiras interior, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, animais, suas partes, produtos e subprodutos
Descrição – FISCPLANTA1	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira do país, por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos
Unidade responsável pelas Decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral do VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Nilo Silva do Nascimento

Produtos	Físico		Financeiro	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
FISCANIMAL1 - Fiscalização do trânsito internacional de produtos vegetais em portos, aeroportos e postos de fronteira no estado de Mato Grosso	1	1	14.450,00	12.320,24
FISCPLANTA1 - Fiscalização do trânsito internacional de produtos vegetais em portos, aeroportos e postos de fronteira no estado de Mato Grosso	511	662	54.602,63	52.282,28
TOTAL	512	663	69.052,63	64.602,52

As ações desenvolvidas visam, dentre outros aspectos, a vigilância e controle fitozoonosológico em portos, aeroportos, postos de fronteira do país e estações aduaneiras interior, por meio da análise documental e inspeção das partidas de vegetais, animais, suas partes, produtos e subprodutos.

Os indicadores de desempenho avaliados pelo VIGIAGRO foram escolhidos visando obter as melhores informações acerca de nossa eficiência tanto na presteza do atendimento aos clientes e também como indicador de eficácia, conhecer o desempenho da atividade no que diz respeito ao cumprimento das metas programadas, a relação entre essa execução de 2008 e 2007, com o objetivo de melhorar as ações em andamento e aprimorá-las para o futuro.

Pela tabela de Indicadores se pode verificar que a efetividade foi bem próximo ao proposto (acima de 90%). Das 659 partidas que demandaram ações fiscalizatórias pelo Serviço de Gestão do

VIGIAGRO/DT-MT, apenas 52 não puderam ser atendidas dentro do prazo fixado como meta. O restante da demanda não foi atendido no tempo proposto porque ocorreram não-conformidades por parte do solicitante, tais como documentação incompleta.

Considerando o crescente aumento da demanda pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, decorrentes do aumento dos volumes de importações e exportações que chegam ou saem diretamente de Mato Grosso há que se ampliar o número de fiscais atuando nesta área. Esta necessidade torna-se ainda mais contundente, pois no ano de 2008 a fiscalização detectou 21 cargas com ocorrências sanitárias (presença de pragas), as quais se introduzidas no território Brasileiro poderiam se estabelecer e causar sérios prejuízos econômicos, sociais e ambientais.

Os recursos financeiros gastos no exercício referem-se a custeio, tais como aquisição de material de escritório, manutenção e conservação de veículos, pagamento de serviços de telefone e água. Foram também utilizados recursos para treinamento e reuniões de trabalho, bem como para aquisição de material permanente. A fonte dos recursos foi o Tesouro Nacional, através do Plano Plurianual - Programa: 0357 - Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários. Na Unidade operativa UVAGRO-CUIABÁ, as despesas relacionadas ao custeio do escritório (luz, água, telefone, limpeza, segurança) correm por conta do concessionário do Porto Seco – EADI CUIABÁ, conforme determina a legislação.

Para realizar as atividades de fiscalização, o VIGIAGRO/DT-MT e suas unidades operativas UVAGRO-CÁCERES e UVAGRO-CUIABÁ dispõe de três Fiscais Federais Agropecuários lotados no serviço (dois em Cáceres e um em Cuiabá), e mais dois pertencentes a outras áreas, que prestam auxílio quando necessário. Considerando a possibilidade da abertura de vôos internacionais via Aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá, necessitaremos de contar com pelo menos mais um Fiscal Federal Agropecuário durante o ano de 2009. No ano de 2008 foram incorporados ao patrimônio do Serviço de Gestão do VIGIAGRO-MT dois veículos tipo caminhonete, somando-se aos dois veículos de passeio já existentes.

O Serviço de Gestão do VIGIAGRO-MT e suas unidades estão bem dotados de equipamentos necessários para o desempenho das atividades, sendo que para o ano de 2009 devemos equipar a sala disponibilizada pela Receita Federal do Brasil no posto de fronteira denominado Corixa, localizado a 100 km do Município de Cáceres. Existe uma pendência com relação a infra-estrutura da UVAGRO-CÁCERES, onde o telhado apresenta problemas, sendo que no ano de 2008 a Coordenação Nacional disponibilizou recursos, mas por problemas de ordem administrativa não conseguimos realizar o conserto.

Com relação ao desempenho do serviço, poderíamos utilizar outros tipos de indicadores, porém julgamos que não seriam adequados para demonstrar nosso trabalho. Um dos indicadores que poderiam ser utilizados seria a conformidade das cargas inspecionadas, porém essa metodologia poderia ter reflexo positivo no nosso trabalho, mas não para a sociedade, porque a causa das não-conformidades está na origem da mercadoria, e somente com um trabalho de longo prazo, com rechaço de mercadorias, poderíamos ter melhorias nesse indicador. O rechaço da mercadoria num ponto carente de logística como o nosso, traria, sem dúvidas, prejuízos financeiros para os empresários, o que seria ruim para a sociedade Matogrossense, onde o parque industrial está em fase de expansão.

Atributo	Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de Fiscalização Realizada (FR) no ano de 2008, em Mato Grosso.	Porcentagem do número de fiscalizações programadas (FP), em relação ao número total de fiscalizações realizadas (FR), no ano de 2008, em Mato Grosso	Porcentagem de fiscalizações realizadas em até 24 horas (FR24h), em relação às fiscalizações realizadas (FR) no ano de 2008, em Mato Grosso
Fórmula de Cálculo	$X = CTF/FR$	$X = [FR / FP] \times 100$	$X = (FR24h / FR) \times 100$
Operadores	CTF= Custo Total das Fiscalizações FR = Fiscalização realizada	FR = Fiscalização realizada FP = Fiscalização programada	FR24h = Fiscalização realizada em até 24 horas após a data de protocolo FR = Fiscalização realizada
Valores	$X = 64.602,52 / 659$	$X = [663 / 512] \times 100$	$X = (551 / 597) \times 100$

Resultado	98,03 R\$/Fiscalização	129,49 %	92,29 %
Unidade de medida:	R\$/Fiscalização	Percentual (%)	Percentual (%)
Observações			É realizado o atendimento a 100% das demandas. Se considerarmos a meta a ser atingida, de 90% da demanda em 24 h, os valores chegam a 92,90% do proposto.

2.3.4 Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Paulo César Nogueira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Cleomar José da Costa / Chefe do SEPDA/SFA/MT
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira
Público-alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

2.3.4.1 Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias - APOIOPEC

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.
Descrição	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CPIP/CGSPR/DEPROS/SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEPDA
Coordenador Nacional da Ação	CLAUDIA INÊZ PEREIRA LIMA
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	CLEOMAR JOSÉ DA COSTA

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Reuniões/Seminários	2	2

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 1.045,71	R\$ 1.045,71
Material de Consumo	R\$ 700,00	R\$ 428,68
Passagens	R\$ 7.168,92	R\$ 7.168,92
Serv. Terc. Pessoa Física	R\$ 2.239,19	R\$ 1.978,04
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	-
339147	R\$ 208,00	R\$ 208,00
Total	R\$ 11.461,82	R\$ 10.829,35

Uma das atividades executadas refere-se a participação de dois Fiscais Federais Agropecuários no Seminário Sobre Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite, realizado nos municípios de Alto da Boa Vista/MT e Confresa/MT, nos dias 29 e 30 de março de 2008. Sendo que um dos Fiscais Federais Agropecuários da SFA/MT proferiu palestra no referido Seminário.

É importante a SFA estar presente nas discussões e nos eventos relacionados à agropecuária do Estado, porque estreita a relação desta SFA/MT/MAPA com técnicos de outras esferas de Governo, inclusive, após a realização desse Seminário começou a elaboração de um Programa para Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite, pelos técnicos dos órgãos do Estado, que iniciará sua implantação em março de 2009, no qual o MAPA através da SDC, SFA/MT e EMBRAPA, terá participação efetiva.

Outra atividade consistiu no apoio operacional desta SFA/MT ao DEPROS/SDC – Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade através do pagamento de passagens (339033) e diárias (339014 e 339036) para servidores do MAPA, EMBRAPA e consultor da FAO para participação no Seminário “Sobre Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia Legal”, realizado no município de Alta Floresta/MT no dia 28 de novembro de 2008. Sendo o Seminário coordenado pela Assessoria de Gestão Estratégica – AGE/MAPA.

O Seminário supracitado teve como objetivo discutir com produtores, técnicos e autoridades locais, os problemas e soluções relacionados com o tema e levantar dados para subsidiar a preparação, pelo MAPA, do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia Legal, a ser lançado em 2009.

O Seminário contou com o apoio de um consultor da FAO, dois técnicos da EMBRAPA e Técnicos da CEPLAC, sendo realizadas apresentações relacionadas ao tema, com intuito de buscar alternativas para superar os gargalos do desenvolvimento sustentável do agronegócio em relação à recuperação de áreas degradadas, na região da Amazônia Legal. Com os Técnicos da EMBRAPA e Consultor da FAO foram gastos R\$ 4.813,02 com passagens (339033) e R\$ 938,04 com diárias (339036).

Além dos gastos com diárias de colaboradores no elemento de despesa 339036 (terceiros – pessoa física), houve também gastos pagos a terceiros – pessoa física para a concretização do evento, no valor de R\$ 1.040,00. Assim, justifica-se também o gasto representado no elemento de despesa 339147, no valor de R\$ 208,00.

A importância da participação da SFA/MT consiste na articulação com os produtores da região, palestrantes e autoridades locais, além do envolvimento com os Programas do MAPA.

Para esta atividade não é possível o cálculo dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

2.3.4.2 Apoio ao Uso Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas - ORGMANEJO2

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são

	passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CMSP/CGDS/DEPROS/SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEPDAG
Coordenador Nacional da Ação	CLAUDIO MARQUES MAGALHÃES
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	CLEOMAR JOSÉ DA COSTA

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Reunião técnica	1	1
Dia de campo	1	1

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 1.022,79	R\$ 1.022,79
Material de Consumo	R\$ 350,00	R\$ 350,00
Passagens	R\$ 904,63	R\$ 904,63
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	R\$ 6.487,35	R\$ 4.253,35
Total	R\$ 8.764,77	R\$ 6.530,77

A principal atividade desenvolvida neste PI foi o acompanhamento das ações do convênio MAPA/Fundação Casa do Cerrado, cujo objetivo é divulgar o Projeto de Integração Lavoura Pecuária Silvicultura em vários Estados do Brasil, dentre eles o Estado de Mato Grosso.

A divulgação do projeto Integração Lavoura Pecuária Silvicultura está atingindo o objetivo proposto que é motivar os produtores rurais integrarem ao sistema. Está havendo uma adesão paulatina, principalmente dos agricultores, que vêm nesse sistema inúmeras vantagens para sustentabilidade do processo de produção das suas propriedades.

Ainda não há dados catalogados do nº de propriedades ou da área que está utilizando esse sistema, e a participação em reuniões não podemos programar de um exercício para o outro, por isso, não é possível calcular os índices dos indicadores de Eficiência, Eficácia e Efetividade.

Para participação de dois FFA's na Reunião Técnica e Dia de Campo, realizados em Nova Xavantina e Água Boa/MT, nos dias 01 e 03/04/2008 foram gastos recursos do Elemento de Despesa (339030) e parte do recurso no elemento 339014.

Outra parte desse recurso (339014) foi para custear despesa de diária de um FFA do MAPA/SEDE, que participou do Seminário sobre Recuperação de Áreas Degradadas na Região da Amazônia Legal, em Alta Floresta/MT, no dia 28/11/2008. Sendo também utilizado recurso do elemento 339033 para aquisição de passagens aéreas para o referido FFA.

O recurso gasto no elemento de despesa 339039 custeou despesas com a reunião do Colegiado Territorial, do Programa Territórios da Cidadania, realizada em São Felix do Araguaia/MT. Essa reunião teve a duração de três dias, com a participação de representantes de entidades públicas e civis dos quinze municípios que fazem parte do Território do Araguaia.

2.3.4.3 Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - CERTORGAN1

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEPDAG
Coordenador Nacional da Ação	ROGÉRIO PEREIRA DIAS
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	CLEOMAR JOSÉ DA COSTA

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Participação em Capacitação	2	2

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 2.492,16	R\$ 2.492,16
Passagens	R\$ 3.010,27	R\$ 3.010,27
Total	R\$ 5.502,43	R\$ 5.502,43

Com a publicação do decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2008, que regulamenta a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências será possível o início das atividades de fiscalização sobre a agricultura orgânica.

A primeira ação implementada nesse sentido foi a participação de duas Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) no “1º Curso de Preparação de Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) para Aplicação dos Mecanismos de Garantia e Informação da Qualidade Orgânica”.

O curso foi organizado pela Coordenação de Agroecologia em Brasília – COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC tendo como objetivos principais a capacitação na fiscalização dos processos de produção orgânica, credenciamento e acompanhamento de organismos de Avaliação de Conformidade Orgânica e o cadastramento e controle de Organizações Sociais em Venda Direta.

O curso foi dividido em 4 fases, sendo a primeira fase de caráter não presencial, no período de outubro a novembro/2008, foram disponibilizados aos participantes por meio eletrônico o material programático (legislação específica), sendo necessário o preenchimento e envio à COAGRE de um questionário/estudo dirigido, via eletrônica. Sendo assim, não foram despendidos recursos para essa fase do Curso.

Já na segunda fase, realizada em dezembro de 2008, esta de caráter presencial, foram aprofundadas questões relativas aos princípios e conceitos que envolvem o sistema de produção orgânica, bem como a rotina e procedimentos que passarão a ser utilizados com a implementação dos Mecanismos de Garantia de Qualidade Orgânica. Essa fase do curso justifica os recursos despendidos nesse PI, sendo necessários recursos com diárias (339014) e com passagens (339033) para deslocamento ao local do curso. O período total do curso foi de 6 dias.

As demais fases do curso serão realizadas no ano de 2009.

Além da participação no Curso de Capacitação houve também participação no XI Seminário Mineiro de Produção Orgânica, organizado pelo MAPA/EMBRAPA, em Sete Lagoas/MG, em 30/09 à 03/10/09, com objetivo de ampliar os conhecimentos em Agroecologia, através da experiência de pesquisadores, produtores e extensionistas.

Tendo sido realizado também visita à COOPERAGREPA - Cooperativa de Produtores Agroecológicos do Portal da Amazônia, para realizar levantamento do número de Produtores Orgânicos e/ou Agroecológicos daquela região e também repassar convite para a COOPERAGREPA participar da Comissão Estadual da Produção Orgânica-Cporg/MT.

Como os Fiscais ainda estão sendo capacitados, as ações de Fiscalização e/ou Cadastramento ainda não foram iniciadas, não sendo possível dessa forma, a obtenção dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

2.3.4.4 Desenvolvimento e Monitoramento de Serviços de Rastreabilidade Agroalimentar – SISBOV

Tipo	Atividade
Finalidade	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo; Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.
Descrição	Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CSR/SDA
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEDESA
Coordenador Nacional da Ação	NAOR MAIA LUNA
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	GUILHERME REIS CODA DIAS

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Auditoria Técnica de Conformidade em ERAS	1.234	988

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias:	40.199,45	40.199,45
Material de Consumo	19.698,04	16.254,47
Passagens	6.304,28	6.304,28
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	3.100,00	574,00
Total	69.301,77	63.332,20

As auditorias técnicas de conformidade em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV (ERAS) tiveram como principais objetivos verificar se estes estabelecimentos atendem à legislação do Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos e se estão em condições de serem fornecedores de animais para a produção de carnes destinadas à exportação para os estados-membros da União Européia.

Os procedimentos de auditorias foram realizadas por no mínimo dois servidores, em ação conjunta entre Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA-MT). Nas auditorias toda documentação referente aos ERAS, rebanho bovino e/ou bubalino, elementos de identificação em estoque, instalações, histórico de movimentação animal, manejo sanitário e insumos utilizados na produção são verificados. Ao final do preenchimento do Relatório de Auditoria, que possui uma série de itens a serem checados, os auditores concluem se a propriedade atende a legislação em vigor e se está apta a exportar para países que exigem rastreabilidade, como os da União Européia.

As principais despesas do SISBOV no Estado de Mato Grosso foram com diárias para os auditores do SISBOV, servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, realizarem as auditorias técnicas em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV.

A principal fonte de financiamento foi o PI RASTREAB do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Toda a demanda financeira foi atendida, considerando os gastos com diárias, passagens, combustível e manutenção de veículos. O total previsto foi de R\$ 69.301,77 e foram utilizados R\$ 63.332,20. Por ser uma atividade conjunta com o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA-MT), a fonte de financiamento para cobrir os gastos deste Instituto fora com recursos do próprio Estado.

O custo por auditoria técnica de conformidade em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV, considerando todo o recurso financeiro utilizado pelo MAPA nestas ações e o número total de auditorias realizadas, foi de R\$ 64,10. É importante salientar que este custo está subestimado, já que as ações são em conjunto com o INDEA-MT, que foi o responsável por cobrir os custos com diárias e deslocamento de seus servidores que representam 67% dos auditores do Estado de Mato Grosso.

Para execução destas atividades foram necessários os seguintes recursos materiais: telefone, fax, computador, note book, câmera digital, impressora, scanner, copiadora, além de matérias de escritório como papel, papel-carbono, borracha, lápis, caneta, cartuchos de tinta, etc. Para o deslocamento dos servidores foram utilizadas caminhonetes da SFA-MT e veículos do INDEA-MT. Atualmente o Estado possui aproximadamente 45 auditores do SISBOV treinados através do novo método de auditoria estabelecido em maio de 2008. Os coordenadores do programa na SFA-MT e no INDEA-MT são responsáveis por programar e agendar as auditorias junto aos auditores, certificadoras e produtores.

Em janeiro de 2008 foram realizadas 79% das auditorias, já que foi organizada uma ação do MAPA que teve por objetivo retomar a credibilidade da rastreabilidade da cadeia produtiva de bovinos e bubalinos junto a União Européia. Esta ação envolveu todos os Estados habilitados a exportarem carne *in natura* para esse bloco econômico. Ao final dessa ação, do total de 778 auditorias realizadas, apenas 3 ERAS estavam conformes. No mês de fevereiro a União Européia suspendeu as importações de carne *in natura* do Brasil. O MAPA superou esta situação, aperfeiçoando e padronizando o método de vistorias das certificadoras e auditorias oficiais no mês de maio, realizadas ao longo de todo ano. Entre os meses de maio e dezembro, de 210 auditorias realizadas, 145 ERAS estavam conformes, indicando que o novo método estabelecido para as certificações teve melhora significativa. A UE retomou as importações à medida que o serviço oficial realizou as auditorias nos ERAS e apresentou a relação de propriedades que estão cumprindo a legislação no que diz respeito à rastreabilidade do rebanho bovino e bubalino.

A parceria com o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso foi fundamental para a realização desta atividade no ano de 2008, já que possuem um número de servidores maior que o

MAPA e os mesmos estão distribuídos por todo o Estado. Permitindo desta forma, a realização de auditorias em estabelecimentos rurais de diversas regiões, priorizando aquelas em área habilitada para exportação para União Européia.

O total dos gastos com diárias e passagens para os servidores, auditores do SISBOV, foi de 40.199,45 e 6.304,28 respectivamente. Totalizando R\$ 46.503,73 entre os dois elementos de despesa.

Analisando os indicadores podemos observar que a eficiência foi alta, por apresentar um custo de R\$ 64,10 por auditoria realizada. Mas devemos salientar que este custo está subestimado, já que as ações foram em conjunto com o INDEA-MT, que foi o responsável por cobrir os custos com diárias e deslocamento de seus servidores que representam 67% dos auditores do Estado de Mato Grosso. Em relação à eficácia conseguimos realizar 80,06 % das auditorias programadas. Deste quantitativo também deve se levar em conta as ações realizadas junto aos servidores do INDEA-MT. Já a efetividade foi de 14,97 %, reflexo do resultado da ação de janeiro que teve efetividade de 0,4 % neste mês. Após aperfeiçoamento e padronização do método de vistorias das certificadoras e auditorias oficiais no mês de maio, as auditorias até dezembro tiveram efetividade de 69%. Indicando que o novo método estabelecido para as certificações teve melhora significativa.

O único recurso destinado a terceiros foi para o pagamento de diárias para servidores do INDEA – MT que participaram das auditorias em conjunto com os servidores do MAPA. Isso ocorreu em determinados períodos em que não foi possível o pagamento com recursos do próprio Estado, já que esta atividade não estava prevista no plano orçamentário do ano de 2008 para aquela instituição.

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização realizada (CFR)	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)	Taxa de conformidade de auditorias (TCA)
Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	$TCA = (QEAC / QEAP) * 100$
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	QEAC = Quantidade ERAS Auditados em Conformidade QEAP = Quantidade ERAS Auditados no Período
Valores	CTF = 63.332,2 NFR = 988	NFP = 1234 NFR = 988	QEAC = 148 QEAP = 988
Resultado	R\$ 64,10	80,06 %	14,97%
Unidade de med.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	Porcentagem
Observações	O custo está subestimado, já que as ações são em conjunto com o INDEA-MT, que foi o responsável por cobrir os custos com diárias e deslocamento de seus servidores que representam 67% dos auditores do Estado de Mato Grosso.	Neste quantitativo estão incluídas as ações realizadas em conjunto aos servidores do INDEA-MT.	A baixa efetividade é reflexo do resultado da ação de janeiro que teve efetividade de 0,4 %. Após aperfeiçoamento e padronização do método de vistorias das certificadoras e auditorias oficiais no mês de maio, as auditorias deste mês até dezembro tiveram efetividade de 69%. Indicando que o novo método estabelecido para as certificações teve melhora significativa.

2.3.5 Programa 0356 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Ézio Gomes da Mota
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Cleomar José da Costa / Chefe do SEPDA/SFA/MT
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Custo Médio do Transporte de Grãos Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros
Público-alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

2.3.5.1 Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CIER/DIEL/SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEPDA
Coordenador Nacional da Ação	MAURO VAZ DE MELLO
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	CLEOMAR JOSÉ DA COSTA

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Fiscalização de Contratos de Repasse - PRODESA	24	40

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 5.135,78	R\$ 5.135,78
Material de Consumo	R\$ 3.734,96	R\$ 3.433,80

Passagens	R\$ 426,59	R\$ 426,59
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	R\$ 1.873,00	R\$ 1.445,53
Total	R\$ 11.170,33	R\$ 10.441,70

Os recursos empregados na Ação **Fiscalizações de Contratos de Repasse** são provenientes da descentralização de recursos de Emendas Parlamentares (via Contratos de Repasse) aprovadas no Orçamento Geral da União, sendo os recursos repassados para as Prefeituras Municipais, portanto não são de iniciativa desta SFA/MT. Antes da assinatura do Contrato, já fica pré-estabelecido pela homologação do Plano de Trabalho, a aplicação exata dos recursos repassados (as metas, os beneficiados e a localidade).

Os critérios utilizados para a análise e aprovação do repasse de recursos são: justificativa da proposição e relação custo/benefício, metas compatíveis com a finalidade do programa, conforme estabelece a Portaria nº. 1.232, de 23 de dezembro de 2008, adimplência do conveniente, disponibilidade de contrapartida, capacidade instalada que será utilizada na execução da proposta, descrição dos beneficiários e a forma de execução, entre outros. Findo a vigência do Contrato, a análise da Prestação de Contas é realizada pela Caixa Econômica Federal.

Comparando-se ao Gestor 2007 observa-se um grande avanço, pois em virtude de ações do SEPDAAG consideradas emergenciais na época, as fiscalizações dos Contratos de Repasse ficaram prejudicadas.

Para a realização dessas ações o SEPDAAG pode contar com o serviço de duas Fiscais Federais Agropecuários. Até o final do ano de 2007 o setor contava com 5 (cinco) Fiscais no seu corpo técnico. Todavia, no ano de 2008, o corpo técnico fora reduzido para 3 (três) Fiscais Federais Agropecuários, devido a remoção de um Fiscal para outra SFA e também do deslocamento de uma Fiscal para o SIPAG/SFA/MT, para a área de Fiscalização de Bebidas.

Vale ressaltar que essas ações de campo de fiscalização tiveram início em outubro de 2008 e foram finalizadas em dezembro de 2008. Mesmo o SISBOV não sendo mais uma ação de responsabilidade do SEPDAAG, como temos duas Fiscais que fizeram o Curso de Auditoria do SISBOV, ainda tivemos no ano de 2008 uma demanda muito grande para execução dessa ação. Pois, essa ação foi considerada pela SFA/MT como uma das ações prioritárias.

Mesmo assim, foi cumprida a meta estabelecida para o segundo semestre, podendo-se observar um incremento em relação à programação o que propiciou um alto valor do indicador de eficácia (166,66%). A explicação para este fato consiste em razão da quantidade de vitórias possíveis durante um dia, chegando a ser realizadas até mesmo 3 vitórias num mesmo dia. Até mesmo porque dentre os municípios selecionados para vitória, alguns possuíam em torno de 2 (dois) a 3 (três) Contratos de Repasse celebrados. Facilitando assim, a vitória dos objetos contratados.

Dentre os Contratos de Repasse vitoriosos no ano de 2008 estão Emendas selecionadas do Orçamento Geral da União no ano de 2004, 2005, 2006 e 2007.

A maior parte dos recursos gastos foi aplicada com diárias, pois para uma vitória eram deslocadas duas pessoas, sendo dois Fiscais ou um Fiscal + um motorista. Foram também utilizados recursos dos elementos de despesa 339030 (material de consumo) e 339039 (serviço de terceiros) para a manutenção da frota de veículos do Serviço de Política e Desenvolvimento do Setor Agropecuário, incluindo revisões obrigatórias de veículos novos. O valor expressivo para o elemento de despesa 339030 é justificado em virtude das grandes distâncias percorridas. Tudo isso corrobora para o valor expressivo obtido no cálculo do indicador eficiência (R\$ 250,38).

Dentre os municípios vitoriosos estão: Alta Floresta, Barra do Bugres, Cáceres, Campo Verde, Conquista D'Oeste, Denise, Dom Aquino, Guarantã do Norte, Nossa Senhora do Livramento, Nova Canaã do Norte, Nova Marilândia, Nova Olímpia, Poconé, Pontes e Lacerda, Porto Estrela, São José dos Quatro Marcos, Reserva do Cabaçal, Rondonópolis, Terra Nova do Norte, Vale de São Domingos. Também foram demandadas de Brasília, duas vitórias no segundo semestre: uma no Município de Campo Novo dos Parecis e outra em Paranaíta. Sendo que a viagem para Paranaíta foi realizada via área, em virtude da distância e do curto tempo.

Atributo	Indicadores		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Indicador	Custo de uma fiscalização	Percentual de fiscalizações realizadas	

	realizada (CFR)	em relação ao programado (PFR)	
Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$	
Operadores:	$CTF = \text{Custo Total de Fiscalização (R\$)}$ $NFR = \text{Número de Fiscalizações Realizadas}$	$NFP = \text{Número de Fiscalizações Programadas}$ $NFR = \text{Número de Fiscalizações Realizadas}$	
Valores	$CTF = 10.015,11$ $NFR = 40$	$NFP = 24$ $NFR = 40$	
Resultado	R\$ 250,38	166,66%	
Unidade de med.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)	

2.3.5.2 Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - APPRODUTOR

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CGPI/SDC
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	SEPDAG/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	MÁRCIO CÂNDIDO ALVES
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	CLEOMAR JOSÉ DA COSTA

Produtos	Física	
	Previstas	Realizadas
Reuniões	2	2
Fiscalização de Convênios	5	5

Elementos de Despesa	Financeiro	
	Previstas	Realizadas
Diárias	R\$ 3.420,29	R\$ 3.287,31
Material de Consumo	R\$ 2.500,00	R\$ 2.050,54
Passagens	R\$ 3.099,85	R\$ 3.099,85
Serv. Terc. Pessoa Física	R\$ 463,86	R\$ 337,86

Serv. Terc. Pessoa Jurídica	R\$ 6.399,00	R\$ 160,00
Total	R\$ 15.883,00	R\$ 8.935,56

Formalizar convênios com Entidades de Direito Público e/ou Entidades de Direito Privado, que objetivam viabilizar infra-estrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações.

Os recursos empregados nas Ações do Programa são provenientes da descentralização de recursos do orçamento próprio do MAPA (via Convênios).

Os convênios, via de regra são celebrados no nível MAPA/SEDE, assim a análise dos Planos de Trabalho relativos aos Convênios é realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, em Brasília, portanto não são de iniciativa desta SFA/MT. Após aprovação, é então, solicitado a esta SFA a indicação de Técnico para acompanhamento do convênio. Vale ressaltar que findo a vigência do Convênio, a análise da Prestação de Contas é realizada pela SDC/MAPA.

Para acompanhamento do convênio de União do Sul e Fiscalização dos Contratos de Repasse dos Municípios de Nova Guarita e Guiratinga, foram gastos no elemento de natureza 339014 (diárias) R\$ 1.947,00, no elemento de despesa (339036) R\$ 337,86 com diária para Engenheiro civil disponibilizado pela Caixa Econômica Federal, para colaborar no acompanhamento do convênio do Município de União do Sul/MT, e no elemento de natureza 339030 (material de consumo) R\$ 1.550,00.

O alto valor do indicador eficiência R\$ 766,97 pode ser explicado pelo fato de ter sido necessário percorrer distâncias maiores e/ou dispor de períodos maiores (maior número de diárias) para acompanhamento das metas dos referidos convênios. Soma-se a isso o fato de ter sido necessário o deslocamento de duas pessoas durante cada viagem.

Participação em reuniões, no município de barra do Garças/MT com o Secretário Municipal de Agricultura e representantes de Associações de Agricultores Familiares e no Município de São Felix do Araguaia/MT do Colegiado Territorial, do Programa Territórios da Cidadania, onde se discutiram as demandas dos municípios (quinze) que compõem o Território do Araguaia.

Houve atividade relacionada de apoio ao pequeno e médio produtor rural que não despendeu recurso financeiro, embora importante para contribuir com o desenvolvimento agropecuário do Estado de Mato Grosso, como a participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, no Conselho de Desenvolvimento Agrícola do Estado – CDA, no Comitê Articulador Estadual do Programa Territórios da Cidadania, na Câmara Técnica Estadual do Leite, na Câmara Técnica Estadual do Fogo e na Câmara Técnica Estadual de Agroenergia.

Atributo	Indicadores	
	Eficiência	Eficácia
Indicador	Custo de uma fiscalização realizada (CFR)	Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado (PFR)
Fórmula de Cálculo	$CFR = CTF / NFR$	$PFR = (NFR / NFP) * 100$
Operadores:	CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas	NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas
Valores	CTF = 3.834,86 NFR = 5	NFP = 5 NFR = 5
Resultado	R\$ 766,97	100 %
Unidade de med.:	R\$ / Fiscalização	Percentual (%)

2.3.6 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Silas Brasileiro
Gerente executivo	Luis Chaguri Neto
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Josenice A. T. Siqueira / Chefe do DAD/SFA/MT
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	N. D.
Público-alvo	Governo

2.3.6.1 Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTMT

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendência Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CGAS
Unidade Executora	SFA/MT
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou Execução	DAD/SFA/MT
Coordenador Nacional da Ação	LUIZ CHAGURI NETO
Responsável pela Execução da Ação a Nível Local	JOSENICE A. T. SIQUEIRA

Produto	Realizado
Treinamentos	18
Manutenção Física Unid.Descentralizadas	0
Manut.Frota Veículos	30
Contratação Postos Abastecimento	4
Recadastramento de ativos	0
Recadastramento de inativos	31
Recadastramento de Pensionistas	86
Admissão de Servidor	73
Concessão Licença-Maternidade	4
Concessão de Auxílio-Funeral	3
Concessão de Pensão	3
Concessão Aposentadorias	0
Solicitação de Aposentadorias	0
Concessão de licença médica	95
Realização de perícia médica	2
Concessão de Licença Assiduidade	1

Concessão de abono permanência	0
Conc. de adicional de Insalubridade	72
Diárias processadas na SFA	2.003
Passagens processadas na SFA	478
Pagamentos Efetivados	3.406
Emissão de Notas de Empenho	1.856
Processos Licitatórios	189
Elab. de contratos Prest. De Serviços	11
Autuação de Processos Administ.	4.067

Elemento de Despesa	Executado 2007	2008		Variação Prog/ Emp.
		Programado SIOR	Empenhado	
339014	22.672,71	24.269,47	22.001,07	100%
339030	120.305,19	196.252,70	144.427,20	42%
339033	18.504,57	22.980,00	18.779,33	100%
339037	413.908,72	424.687,03	424.687,03	96%
339039	378.143,37	419.139,29	416.039,76	94%
339092	550,00		11.958,01	100%
335039	35.066,09			
339139	25.402,08	31.500,00	31.500,00	91%

A DAD – Divisão de Apoio Administrativo da SFA/MT, da qual fazem parte o SRH – Serviço de Recursos Humanos, a SAG – Seção de Atividades Gerais, o SEOF – Seção de Execução Orçamentária e Financeira e o STI – Seção de Tecnologia da Informação, é responsável pela execução e gerenciamento das ações relativas a área administrativa da Superintendência.

Dentre as principais dificuldades na área administrativa estão a falta de recursos para custeio e o reduzido quadro de pessoal.

Com relação ao quadro de pessoal, destacamos que além de ser em pequena quantidade para fazer frente a demanda de trabalho, um número significativo de servidores já tem ou está prestes a ter tempo hábil para aposentadoria. A falta de renovação do quadro de servidores de carreira da área administrativa pode comprometer seriamente o conjunto de atividades da Superintendência nos próximos anos. Portanto é fundamental que ocorra a admissão de novos servidores para que se possa realizar a contento as atividades.

Durante o ano de 2008 a Área Administrativa da Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso concentrou suas ações na redução de despesas, com vista a ajustar o custo de manutenção da SFA/MT aos recursos disponíveis no PI MANUTMT. As principais despesas de manutenção da SFA/MT são apresentadas abaixo, sendo que somente estes 5 itens correspondem a 68,90% do PI MANUT.

Elemento	Sub-Elemento	Valor	Acumul.
Locação de Mão de Obra	LIMPEZA E CONSERVACAO	219.186,74	20,50%
Locação de Mão de Obra	VIGILANCIA OSTENSIVA	205.500,29	39,71%
Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	173.332,99	55,92%
Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	79.690,35	63,37%
Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	59.076,42	68,90%

Dentre as despesas acima destacamos o trabalho de conscientização relativo ao uso da energia, telefone e correio, sendo que estando programando para 2009 a implantação de um sistema que permitirá melhor controle sobre o uso do telefone.

O contrato de Limpeza e Conservação, conforme inclusive sugestão da Auditoria, foi revisto através do Pregão nº 01/2008, que resultou na redução do valor de 22.179,70 para 20.523,07 mensais, com uma economia de 7,47%.

Nos quadros abaixo podem ser verificado os dados relativos ao Estoque do Almoxarifado e aos Bens Móveis e Imóveis

Estoque de Almoxarifado	2007	2008
Valor do estoque	84.593,12	66.423,32
Adquirido	330.791,97	299.885,66
Consumido	311.249,14	318.055,46

Bens Móveis e Imóveis	2007	2008
Total de itens	3.017	3.273
Quantidade adquirida	243	450
Quantidade baixada	06	194
Valor adquirido	1.955.307,13	1.721.240,90
Valor baixado	56.601,46	22.039,85
Total de imóveis	02	02
M2 ocupados pela SFA	3.144,84	3.144,84
M2 cedidos	304	304
Total de imóveis baixados	0	0

Os dados relativos às aquisições e licitações podem ser verificados nas tabelas constantes no Item 17.1. Os dados dos contratos vigentes durante o ano de 2008 podem ser verificados no Item 17.2.

As informações relativas a área de recursos humanos e despesa de pessoal podem ser verificados no Item 14 e Item 16.

No ano de 2008 foram realizadas viagens de trabalho pelo PI MANUT para as quais foram destinadas as diárias constantes no quadro no Item 17.3.

No quadro abaixo estão as informações sobre o uso da frota de veículos da SFA/MT.

Item	2007	2008
Total de veículos com cedidos e convênio	135	150
Total de veículos em uso na SFA	34	46
Gastos com combustíveis	143.601,17	175.101,36
Gastos com manutenção	79.752,93	117.357,57
Custo de combustível veículo	4.223,56	3.806,55
Custo de manutenção por veículo	2.345,67	2.551,25

Sob a coordenação da CGAS – Coordenação de Geral de Apoio às Superintendências, durante o ano de 2008 iniciou-se um trabalho de acompanhamento e gestão da área administrativa das Superintendências. Este trabalho consistiu na padronização e elaboração do Plano Operativo do PI MANUT. A partir deste plano Operativo passou-se a se mensurar os produtos realizados, realizar o acompanhamento mês a mês da execução orçamentária e financeira e definir indicadores para realizar o acompanhamento da gestão. Esta atividade muito contribuiu para o gerenciamento dos gastos, auxiliando as ações que visavam reduzir despesas. Abaixo apresentamos os indicadores padronizados.

Indicador	FÓRMULA	INDICADOR	Valor
Eficácia	(Afastamento em dias dos servidores / N° de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	1,41%
Eficácia	(N° de servidores afastados / N° total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	26,23%

Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	25,45%
Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administ.ativos) x100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	58,06%
Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	-
Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conclusão de Processos licitatórios	94,40%
Eficácia	(Número de pedidos atendidos/ número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do Almoxarifado	100,00%
Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servid. envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	-
Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	2,81
Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	15,95
Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	16,11

2.4 Desempenho Operacional

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	126.535,96	375.173,52	341.599,58
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	365.726,13	637.741,53	581.334,75
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	733,00	1.480,00	1.166,40
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	341.361,04	459.003,42	459.376,11
3.3. Tecnologia da informação	0,00	0,00	0,00
3.4. Outras Terceirizações	0,00	0,00	0,00
3.5. Suprimento de fundos	115.285,67	122.307,49	145.403,94
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	44.763,27	111.068,81	146.786,47
TOTAIS			

A definição e quantificação de Indicadores de Desempenho (Eficiência e Eficácia) e de Resultado (Efetividade), seja nas empresas privadas ou nas instituições públicas, é uma tarefa bastante árdua. Isto se deve a dificuldade de mensurar algumas informações bem como de ter dados com periodicidade e disponibilidade adequada.

Expomos abaixo uma “tentativa” de construir indicadores por Programas a partir dos indicadores das Ações ou a partir dos indicadores que constam no PPA.

Acreditamos que a partir da existência de séries históricas destes indicadores, estes poderão ter uma maior precisão e utilidade, seja na área gerencial seja na de controle.

De qualquer forma, é um trabalho fundamental para podermos avaliar as ações públicas, tanto no que se refere ao Processo (Eficiência e Eficácia) quanto ao Resultado para a Sociedade (Efetividade).

2.4.1 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

2.4.1.1 Custo de Fiscalização de Estabelecimento Inspeccionado SIF

Utilidade	Este Indicador permite conhecer o valor despendido pela instituição na fiscalização de estabelecimentos inspeccionado SIF
Tipo	Eficiência (Economicidade)
Fórmula de cálculo	CEI = CTE / NEI CTE = Custo Total de Inspeção de Estabelecimentos (R\$) NEI = Número de estabelecimentos inspeccionados
Método de Aferição	CTE: SIAFI, NEI: Registro de estabelecimentos SIF
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SIPAG/DT/SFA/MT
Resultado do indicador no exercício	333.130,18 / 105 = R\$ 3.172,66
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	O custo médio de inspeção de estabelecimentos SIF é onerado principalmente pelas grandes distâncias para deslocamento para as ações de supervisão e auditoria, ocasionando grandes despesas com deslocamento. A grande número de missões que vem aos Estado para certificar frigoríficos para a exportação, que são acompanhadas pelo MAPA, também contribuem para elevar este indicador.
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Está se implementado o compartilhamento, aproveitando uma mesma viatura para fazer o deslocamento de vários Fiscais a uma mesma região para atuar em vários setores (bovinos, suínos, leite, etc.) Também estamos promovendo a conscientização de nossos servidores sobre a economia e adequada utilização dos recursos e bens disponíveis para as

	atividades.
Responsável pelas medidas acima:	SIPAG/DT/SFA/MT

2.4.1.2 Índice de Implantação Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em estabelecimentos SIF

Utilidade	Este Indicador permite verificar a adoção pelos estabelecimentos de abate de bovinos do com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). Quanto maior a adoção, maior o controle sobre o processo de produção de carne e consequentemente, melhor qualidade do produto para o consumidor.
Tipo	Efetividade. Este indicador consta no PPA.
Fórmula de cálculo	IAAPPCC = TEAB / EAPPCC TEAB = Total de Estabelecimentos de Abate de Bovinos no Estado EAPPCC = Número de estabelecimentos com APPCC
Método de Aferição	Registros do SIPAG
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SIPAG/DT/SFA/MT
Resultado do indicador no exercício	16 / 23 = 69,56%
Resultado do exercício anterior e variação	18 / 35 = 51,43% Variação = + 26,06%
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	A ação de implementar o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle é de iniciativa dos frigoríficos, por exigência dos países importadores, porém a sua implementação auxilia na melhoria do processo de produção e na qualidade do produto final.
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Apesar da melhoria do indicador em relação ao ano anterior, o número de estabelecimentos com APPCC diminuiu de 18 para 16, em virtude dos problemas econômicos e administrativos por qual vem passando os frigoríficos no estado, fazendo com que o número de estabelecimentos em funcionamento reduzisse de 35 para 23.
Responsável pelas medidas acima:	SIPAG/DT/SFA/MT

2.4.1.3 Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal

Utilidade	Este Indicador permite conhecer a qualidade do produto ofertado ao consumidor, a partir da análise da conformidade dos processos de produção e do produto final
Tipo	Efetividade. Este Indicador consta no PPA
Fórmula de cálculo	ICP = (0,6xICA + 0,4xICV) * 100, onde: ICP - Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal; ICA - Índice de conformidade de produtos de origem animal; ICA = (0,7x(RA/NT) + 0,3x(AC/NA)), em que: RA - Número de relatórios de auditoria conforme;

	NT - Número total de relatórios de auditoria; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas. ICV - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: $ICV = (0,5x(EI/ER) + (0,5x(AC/NA))),$ onde: EI - Número de estabelecimentos de bebidas conforme; ER - Número total de estabelecimentos de bebidas; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas.
Método de Aferição	Registros do SIPAG
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SIPAG/DT/SFA/MT
Resultado do indicador no exercício	$ICA = 0,7x(103 / 109) + 0,3x(8.256/8.857) = 0,9411$ $ICV = 0,5x(38/76) + 0,5x(204/213) = 0,7289$ $ICP = (0,6*0,9411 + 0,4*0,7289) * 100 = 85,63\%$
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado e Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Como este indicador agrega praticamente todas as atividades desenvolvidas na área de segurança e qualidade de alimentos e bebidas, a discussão sobre estes dados estão contidas nos Itens 2.3.1.1, 2.3.1.3 e 2.3.1.4
Responsável pelas medidas acima:	SIPAG/DT/SFA/MT (Inspeção Animal, Qualidade de Produtos Vegetais e Inspeção de Bebidas)

2.4.2 Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2.4.2.1 Custo de Fiscalização Realizada

PI	Custo	Fisc.	Eficiência	Custo	Fisc.	Eficiência	Variação(%)
	2007			2008			
FISCALSEM1	45.838,75	194	236,28	36.837,70	228	161,57	-31,62%
FISCAGRIC1	194,02	1	194,02	19.193,04	122	157,32	-18,92%
FISFECOI	21.459,44	93	230,75	12.371,21	76	162,78	-29,46%
FISAGROTOX			0	4.465,03	12	372,09	
FISCINAN	31.669,41	250	126,68	54.554,60	234	233,14	84,04%
FISCGENE	4.600,25	46	100,01	3.993,17	23	173,62	73,60%
FISPROVET1	6.164,53	17	362,62	7.313,08	13	562,54	55,13%
Geral	109.926,40	601	182,91	138.727,83	708	195,94	7,12%

Utilidade	Este Indicador permite conhecer o valor despendido no programa com cada fiscalização, permitindo monitorar a eficiência e a economicidade da atividade
Tipo	Eficiência (Economicidade)
Fórmula de cálculo	$CFR = CTF / NFR$ CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas
Método de Aferição	SIAFI e Termos de Fiscalização lavrados
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SEFAG/DT/SFA/MT

Resultado do indicador no exercício	Ver tabela acima
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	Carência de Fiscais Federais Agropecuários. Extensão territorial do Estado de Mato Grosso, que exige muito tempo para os deslocamentos. Dificuldade de acesso às empresas/propriedades fiscalizadas.
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Contratação de novos Fiscais Federais Agropecuários. Aumentar o número de fiscalizações compartilhadas entre os PIs, desde que não comprometam o cumprimento das metas individuais. Promoção, pelo Órgão Central, de treinamentos aos Fiscais Federais Agropecuários.
Responsável pelas medidas acima:	SEFAG/DT/SFA/MT

2.4.2.2 Fiscalizações Realizadas em Relação às Programadas

PI	Programado	Realizado	Eficiência
FISCALSEM1	199	228	114,6%
FISCAGRIC1	105	122	116,2%
FISFECOI	121	76	62,8%
FISAGROTOX	11	12	109,1%
FISCINAN	214	234	109,3%
FISCGENE	25	23	92,0%
FISPROVET1	15	13	86,7%
Geral	690	708	102,61%

Utilidade	Este Indicador permite conhecer o valor despendido pela instituição na fiscalização de estabelecimentos inspecionado SIF
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	$PFR = (NFR / NFP) * 100$ NFP = Número de Fiscalizações Programadas NFR = Número de Fiscalizações Realizadas
Método de Aferição	Plano Operativo de cada PI / SIPLAN e Termos de Fiscalização lavrados
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SEFAG/DT/SFA/MT
Resultado do indicador no exercício	102,61% Ver tabela acima
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	No caso dos PIS FISFECOI e FISPROVET1 os resultados alcançados não atingiram o programado em razão da deficiência no quadro de Fiscais Federais Agropecuários que atuam nas respectivas áreas.
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Solicitação de admissão de novos Fiscais Federais Agropecuários. Adequação na programação de fiscalizações a serem realizadas no exercício de 2009.
Responsável pelas medidas acima:	SEFAG/DT/SFA/MT

2.4.2.3 Índice de Conformidade de Fertilizantes e Corretivos

Índice de Conformidade	2007		2008	
Fertilizantes minerais simples.	2.375,98 t	73,69 %	6.217,00 t	100,00 %
Fertilizantes minerais mistos.			16.625,68 t	59,90 %
Fertilizantes líquidos.	126.588 l	69,35 %	23.580 l	100,00 %
Corretivos agrícolas	171.500 t	98,38 %	305.900 t	98,36 %

Utilidade	Este Indicador permite conhecer o Índice de Conformidade dos Fertilizantes e Corretivos, podendo inferir qual a qualidade do insumo que o Produtor Rural está adquirindo.
Tipo	Efetividade. Este Indicador consta no PPA.
Fórmula de cálculo	$IC = (VFC / VFA) \times 100$ VFA = Volume de fertilizante amostrado no ano de 2008 VFC = Volume de fertilizante conforme no ano de 2008
Método de Aferição	Verificação dos Termos de Coleta de Amostra e Resultados de Análises
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SEFAG/DT/SFA/MT
Resultado do indicador no exercício	Ver tabela acima
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	A principal dificuldade é carência de Fiscais Federais Agropecuários. Há também dificuldade na obtenção dos valores para cálculo do indicador em razão de demora no recebimento das análises laboratoriais.
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Solicitação de admissão de novos Fiscais Federais Agropecuários.
Responsável pelas medidas acima:	SEFAG/DT/SFA/MT

2.4.3 Programa 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária

2.4.3.1 Índice de Agilidade no Atendimento à Demanda para Fiscalização de Importação

Utilidade	Com este Indicador se pode acompanhar o percentual de fiscalizações realizadas em até 24 horas, permitindo verificar a agilidade e presteza serviço
Tipo	Eficiência (Agilidade).
Fórmula de cálculo	$X = (FR_{24h} / FR) \times 100$ FR _{24h} = Fiscalização realizada em até 24 horas após a data de protocolo FR = Fiscalização realizada
Método de Aferição	Verificação da data do protocolo do Requerimento de Fiscalização e a data do Termo de Fiscalização (a medição se refere às atividades realizadas na UVAGRO/Cuiabá)
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	VIGIAGRO/DT/SFA/MT

Resultado do indicador no exercício	$X = (551 / 659) \times 100$ 83,61 %
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	Verificou-se a necessidade de padronização do período de atendimento.
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Foi padronizado que todos os Requerimentos de Fiscalização protocolados no período da manhã serão fiscalizados à tarde e os protocolados à tarde e são fiscalizados no dia seguinte, garantindo o período máximo de 1 dia útil entre o requerimento e a fiscalização.
Responsável pelas medidas acima:	VIGIAGRO/DT/SFA/MT

2.4.3.2 Índice de Vacinação de Bovinos contra Febre Aftosa

Utilidade	Este Indicador permite conhecer o o percentual de bovinos vacinados contra Febre Aftosa no Estado de Mato Grosso
Tipo	Efetividade. Este Indicador consta no PPA como Área Livre de Febre Aftosa. Como Mato Grosso a vários anos é livre da doença, optou-se por medir o Índice de Vacinação, que traduz melhor a efetividade do trabalho realizado
Fórmula de cálculo	$PBV = (PE1 + PE2 + PE3)$ PBV = percentual de bovinos vacinados PE1 = Percentual Etapa 1 PE2 = Percentual Etapa 2 PE3 = Percentual Etapa 3
Método de Aferição	É feita a média do percentual das três etapas de vacinação através dos dados fornecidos pelo INDEA-MT
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SEDESA/DT/SFA/MT e INDEA-MT
Resultado do indicador no exercício	$NBV = (99,45\% + 99,72\% + 99,66\%) / 3$ 99,61%
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	Ver Item 2.3.3.2
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Ver Item 2.3.3.2
Responsável pelas medidas acima:	SEFAG/DT/SFA/MT e INDEA-MT

2.4.4 Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

2.4.4.1 Custo de Fiscalização Realizada

PI	Custo	Fisc.	Eficiência	Custo	Fisc.	Eficiência	Variação(%)
	2007			2008			
FISCONTRATO*	3.580,00	8	447,50	10.015,11	40	250,38	55,95%
APPRODUTOR				3.834,86	5	766,96	
Geral	3.580,00	8	447,50	13.849,97	45	307,78	68,78%

* Esta Ação no PPA 2004-2007 era Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Utilidade	Este Indicador permite conhecer o valor despendido no programa com cada fiscalização, permitindo monitorar a eficiência e a economicidade da atividade
Tipo	Eficiência (Economicidade)
Fórmula de cálculo	CFR = CTF / NFR CTF = Custo Total de Fiscalização (R\$) NFR = Número de Fiscalizações Realizadas
Método de Aferição	SIAFI e Relatórios de Fiscalização
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SEPDAG/DT/SFA/MT
Resultado do indicador no exercício	Ver tabela acima
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	O ganho em eficiência apresentado em 2008, justifica-se porque nesse exercício foram fiscalizados além dos convênios, os contratos de repasse, os quais em alguns municípios possuem até três, contribuindo para a economia no custo médio da fiscalização.
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Para o próximo exercício talvez não consigamos manter o mesmo custo médio apresentado por fiscalização, porque atuaremos mais na fiscalização dos convênios e menos nos contratos de repasse.
Responsável pelas medidas acima:	SEPDAG/DT/SFA/MT

2.4.5 Programa 0356 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

2.4.5.1 Indicador de Efetividade – Índice de Conformidades de Estabelecimentos do SISBOV

Período	Janeiro a Fevereiro	Maio a Dezembro	No Ano
ERAS Auditados	791	197	988
ERAS Conformes	3	136	148
ICES = QEAC/QEAP * 100	0,4 %	69,0 %	14,97 %

Utilidade	Este Indicador permite verificar o percentual de estabelecimentos auditados que fazem parte do SISBOV que estão conformes com as suas normas e exigências
Tipo	Efetividade

Fórmula de cálculo	ICES=(QEAC / QEAP) * 100 QEAC = Quantidade ERAS Auditados em Conformidade QEAP = Quantidade ERAS Auditados no Período
Método de Aferição	Relatórios de Auditoria e Lista Tracer
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	Coordenação do SISBOV - DT/SFA/MT
Resultado do indicador no exercício	Ver tabela acima
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	Ver Item 2.3.4.4
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Ver Item 2.3.4.4
Responsável pelas medidas acima:	Coordenação do SISBOV - DT/SFA/MT

2.4.6 Programa 0750 – Apoio Administrativo

2.4.6.1 Índice de dias de Afastamento por Licença Médica dos Servidores

Utilidade	Este Indicador permite o percentual de dias de trabalho comprometidos com Afastamento por Licença Médica
Tipo	Eficiência (Disponibilidade). Outros indicadores correlatos podem ser observados no Item 2.3.6.1
Fórmula de cálculo	(Afastamento em dias dos servidores / N° de servidores totais x período considerado em dias) x 100
Método de Aferição	Boletim de Pessoal do SRH
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SRH – Serviço de Recursos Humanos e DAD – Divisão de Apoio Administrativo
Resultado do indicador no exercício	$(1033/(271*270))*100 = 1,41\%$
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	Uma das causas que ocasiona o pedido de afastamento por licença médica de servidores é a avançada média de idade dos servidores da área administrativa, que pela idade avançada estão mais expostos a problemas de saúde. Outra causa é o elevado número de licenças médicas por parte dos Agentes de Inspeção que trabalham nos frigoríficos, em virtude da especificidade do trabalho e inadequação entre o grau de formação individual e o tipo de trabalho realizado (houve grande número de advogados, médicos veterinários, agrônomos, etc., que passaram no concurso de nível médio para Agente de inspeção.)
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	Tem sido feito gestão junto aos Agentes de Inspeção para diminuir o número de pedidos de Licença de Afastamento por Licença Médica.
Responsável pelas medidas acima:	Chefia de cada Serviço

2.4.6.2 Índice de Despesas de Apoio Administrativo em Relação às Despesas de Custeio Total da SFA/MT

Utilidade	Este indicador permite avaliar o percentual das despesas de custeio da área de Apoio Administrativo em relação ao Custeio Total da unidade englobando a área de Apoio Administrativo e a Área Finalística
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Despesa de Custeio da área de Apoio Administrativo / Despesa de Custeio Total. * 100
Método de Aferição	Dados do SIAFI
Área responsável pelo cálculo e/ou medição	SPA – Setor de Planejamento e Acompanhamento
Resultado do indicador no exercício	1.069.392,40 / 3.653.894,00 * 100 = 29,27%
Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	A correção dos preços das tarifas públicas (telefone, energia e correios) geralmente indexadas ao IGPM, que teve forte alta, aliado a correção contratual dos contratos de Limpeza e Vigilância tem provocado um aumento vegetativo das despesas de custeio da Área Administrativa.
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador	A revisão do contrato de Limpeza através de novo pregão trouxe economia significativa à Superintendência. Foram feitas campanhas de sensibilização junto aos servidores sobre o uso adequado de telefone e energia. Para o próximo ano estamos buscando recursos para implantação de telefonia via VOIP e reestruturação do sistema de condicionamento de ar.
Responsável pelas medidas acima:	Divisão de Apoio Administrativo

3 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrências no período.

4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Ano Insc.	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Canc	Pagos	A Pagar	Inscritos	Canc.	Pagos	A Pagar
2006	74.599,55	-	132.683,45	13.148,21	2.093.518,96	249.217,89	1.842.303,82	1.997,25
2007	1.997,25	-	0,00	1.997,25	6.127.985,50	194.593,39	5.933.392,11	0,00
2008	6.596,00	-	3.866,00	2.730,00	5.534.575,41	10.269,84	5.494.495,23	29.810,34
Total			136.549,45	17.875,46				

5 Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Tip o	Código Siafi/Si asg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença
1	Nº SIAFI 610858	Sétimo termo aditivo Processo: 21024.3347/2007-07 Assinatura: 29/12/2007 Vigência: 30/12/2008 a 31/07/2009	Ver Obs. A	27/01/09 Página 12 Seção 3	5.499.999,78	4.999.999,80	499.999,98	CNPJ: 14.939.979/0001-72 Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso	Aditiva da
1	SIAFI / 640252	Convenio nº 01/2008 Processo: 21024.001763/2008-35 Assinatura: 30/12/2008 Vigência: 30/12/2008 a 28/03/2008. Prorrogado ofício nº 00056/2009 Prazo de Vigência: 30/12/2008 a 18/04/2009	Ver Obs. B	25/03/09	5.933.031,50	5.339.728,34	593.303,16	CNPJ: 14.939.979/0001-72 Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso	-

Obs. A: Prorrogação prazo de vigência com alteração do prazo de execução das metas do 5º termo aditivo

Obs. B: Convênio firmado entre o MAPA e o Indea para atender despesas com manutenção do Sistema Integrado de Saúde Animal e Vegetal

6 Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicada a natureza jurídica da UJ

7 Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrências no período.

8 Renúncia Tributária

Não aplicada à natureza jurídica da UJ.

9 Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicada à natureza jurídica da UJ.

10 Operações de fundos

Não aplicada à natureza jurídica da UJ.

11 Despesas com cartão de crédito

Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
2006	357	44.763,27	380	115.886,00
2007	1.250	111.068,81	19	6.211,00
2008	1.601	146.786,01	8	1.070,00

A Quantidade de Faturas se refere a quantos pagamentos foram feitos com o Cartão Corporativo e a Quantidade de saques se refere a quantidade de saques efetuados.

Informação sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: R\$ 425.785,09	
Natureza dos gastos permitidos: 339030; 339039	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
ANTONIO HIDEO INOUE	1.000,00
ANTONIO SERGIO M. T. LOBO	600,00
ANTONIO BARRETO	800,00
BENEDITO LUIZ DE AGUIAR FILHO	1.500,00
CARLOS ALBERTO NOGUEIRA	800,00
CLEOMAR J. COSTA	800,00
CLOVIS A. V. SERAFINI	800,00
CLOVIS COSTA KNABBEN	800,00
CRHISTIAM M. DE OLIVEIRA PACHEMSHY	1.500,00
DALCI DE JESUS BIGOLIN	2.000,00
DENISE P. ANTONANGELO CAVALLLETI	600,00
DIEGO G. GHELLER	2.300,00
DONIZETI PEREIRA DE MESQUITA	600,00

EDUARDO M. FREIRE	800,00
ENIO JOSE DE A. MARTINS	800,00
EVANDRO P. DE ASSIS	800,00
EVANGELISTA P. BARROS	1.200,00
NATANAEL FERRAREZI	600,00
GUILHERME REIS CODO DIAS	800,00
CELSO GOMES GUIMARAES	800,00
IDEVANIR FERRARINI	800,00
IVANA GOMES FARIA	800,00
JANICE I. BARDDAL	600,00
JEAN KEILE BIF	900,00
JOAQUIM GUIMARAES BOTARO	800,00
JOSANDRA OLIVEIRA DE OLIVEIRA	600,00
JOSÉ SILVINO MOREIRA FILHO	1.500,00
JUDI MARIA DE NOBREGA	600,00
JULIO CESAR A. LIMA	1.000,00
JULIO CESAR REYES	600,00
JUNIOR MARTINS COSTA	1.500,00
LENY ROSA FILHO	600,00
LIONIR P. DOS SANTOS	1.200,00
LUCIANO P. COUTINHO	800,00
LUIZ HENRIQUE G. PIRES	800,00
MANOEL DE ARRUDA	800,00
MARCELINO PESSOA	600,00
MARCELO A. B. F. ALVES	800,00
MARCELO Z. PINTO	800,00
MARCIA A. A. T. SILVA	1.800,00
OMAR R. DA SILVEIRA	800,00
ONILDO DE SOUZA	1.800,00
PATRICIA CRISTINA BORGES DIAS	600,00
PLINIO LEITE LOPES	800,00
SIDNEI FRANCISCO CRUZ	600,00
UILANI CHAVES BEZERRA	600,00
VALTER SANTANA	2.500,00
WALDEMIR N. FONTOURA	2.400,00
WANDERLEI DIAS GUERRA	1.200,00

12 Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Relatório: 208349, referente à Auditoria de Gestão do Exercício 2007.

Recomendação: 1.1.4.1-001

Descrição: Apuração das responsabilidades pela concessão de suprimento de fundos irregular na forma estabelecida pelo art. 143 da Lei nº. 8.112/90, com encaminhamento dos resultados a esta CGU-Regional/MT.

Setor Responsável: Comissão de Sindicância

Providências Adotadas: Através da Portaria 82, de 06/06/2008, instaurou-se Sindicância para averiguar esta irregularidade. O processo relativo a esta Sindicância é 21024.001695/2008-12. O resultado foi encaminhado a CGU através do Ofício

Recomendação: 1.1.4.1-002

Descrição: Abster-se, por absoluta falta de amparo legal, de conceder suprimento de fundos a pessoa estranha ao quadro de pessoal Poder Executivo da Administração Pública Federal.

Setor Responsável: SEOF

Providências Adotadas: Só foram concedidos suprimento de fundos a servidor do quadro de pessoal do Poder Executivo da Administração Pública Federal.

Recomendação: 1.1.4.1-003

Descrição: Recomendar que a Unidade informe a Secretária Executiva do MAPA o ocorrido, com o intuito de realizar gestões junto ao Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Banco do Brasil no sentido de adotar medidas que visem o aperfeiçoamento dos controles internos dos sistemas corporativos utilizados na concessão de suprimento de fundos.

Setor Responsável: DAD

Providências Adotadas: Foi feita a comunicação através do Ofício GAB/SFA/MT 25/2008 de 03/03/2008 à Secretaria Executiva do MAPA.

Recomendação: 1.1.4.2-001

Descrição: Quando a Unidade disponibilizar Cartão de Pagamento do Governo Federal a servidor, o que não ocorreu na presente constatação, recomendamos implementar rotina administrativa que permita verificar, antes do início das viagens a serviço, se as funções de uso do CPGF estão plenamente disponíveis para uso dos supridos.

Setor Responsável: SEOF

Providências Adotadas:

13 Determinações e recomendações do TCU

ACÓRDÃO 20/2008 - Segunda Câmara - TCU

TC 009.773/2006-5 - Exercício: 2005

Recomendação 1.1.

Descrição: Que atente para o disposto na legislação federal pertinente quando da utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, em especial, o item 2.6.1 da Macrofunção Siafi 02.11.34 e, também, ao Acórdão TCU nº 1783/2004, abstendo-se de utilizar o referido cartão como mero instrumento para realização de saques;

Setor Responsável: SEOF

Providências Adotadas: A utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal praticamente não tem utilizado a modalidade saque, conforme pode ser verificado no Item 11, tendo sido gasto em 2008 R\$ 1.070,00.

Recomendação 1.2.

Descrição: Quando houver pagamento de contas (tais como telefone, energia elétrica, água, etc.) de responsabilidade do órgão em atraso, que venha a acarretar prejuízo para o erário com encargos tais como juros de mora e multa, adote providências para a identificação do responsável pela falha, a fim de se proceder à cobrança amigável ou ao desconto em folha de pagamento do prejuízo causado pelo servidor, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90;

Setor Responsável: SEOF

Providências Adotadas: As contas tem sido pagas no prazo, não acarretando incidência de juros ou outros encargos.

Recomendação 1.3.

Descrição: Que nas licitações realizadas para a contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, consigne claramente quais as dependências serão objeto do contrato, com definição precisa da área a ser limpa e da produtividade esperada, nos termos da IN/MARE nº 18/97;

Setor Responsável: SAG

Providências Adotadas: O contrato de Limpeza e Conservação, conforme recomendação da Auditoria, foi revisto através do Pregão nº 01/2008, que resultou na redução do valor de 22.179,70 para 20.523,07 mensais, com uma economia de 7,47%.

Recomendação 1.4.

Descrição: Quando da celebração e execução de convênios, atente fielmente às disposições da legislação pertinente (IN STN nº 01/97), especialmente evitando a transferência de recursos a convenientes que

estão ou deveriam ter sido cadastrados como inadimplentes no SIAFI pelo atraso na prestação de contas respectiva;

Setor Responsável: SEOF

Providências Adotadas: Tem sido observado a adimplência dos convenetes na liberação de convênios.

Recomendação 1.5.

Descrição: Que atualize o almoxarifado tempestivamente e atente para a correta utilização do sistema de controle dos materiais ali existentes;

Setor Responsável: SAG

Providências Adotadas: Esta recomendação está sendo cumprida.

Recomendação 1.6.

Descrição: Providencie o devido registro do cronograma físico e financeiro dos contratos no sistema SIASG;

Setor Responsável: SAG

Providências Adotadas: Esta recomendação está sendo cumprida.

Recomendação 1.7.

Descrição: Atente para a correta descrição dos produtos cadastrados no sistema COMPRASNET, de forma a não permitir o direcionamento de marcas e modelos;

Setor Responsável: SAG

Providências Adotadas: Esta recomendação está sendo cumprida.

Recomendação 1.8.

Descrição: Atente para os prazos de atendimento das diligências e solicitações do órgão de controle interno, conforme disposto na IN nº 44, de 02/10/2002;

Setor Responsável: DAD

Providências Adotadas: Tem sido cumprido dentro do prazo.

Recomendação 1.9.

Descrição: Proceda à revisão de todas as portarias de lotação de servidores que recebem adicional de insalubridade de modo a se avaliar se os pagamentos estão sendo realizados de modo legal, nos termos do § 2º do art. 68 da Lei 8.112/90;

Setor Responsável: SRH

Providências Adotadas: Foi feita a revisão da lotação de servidores que recebem adicional de insalubridade, com a republicação das Portarias.

Recomendação 1.10.

Descrição: Atente para o fiel cumprimento da IN/MARE 09/94, lançando de forma tempestiva e correta no sistema gerencial da entidade os gastos relativos aos veículos de sua frota.

Setor Responsável: STR/SAG

Providências Adotadas: Os lançamentos estão sendo realizados no SCVA – Sistema de Controle de Veículos Automotivos do MAPA.

ACÓRDÃO Nº 3832/2008 - TCU - 1ª Câmara

Processo TC-010.313/2007-6 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA) - Exercício: 2006

Recomendação 1.6.1

Descrição: Na concessão de suprimento de fundos e formalização dos respectivos processos, observe rigorosamente o que dispõe o Decreto nº 93.872/86, artigo 45, a Lei nº 4.320/64, arts. 68 e 69, e o Decreto-lei nº 200/67, artigo 74, § 3º;

Setor Responsável: SEOF

Providências Adotadas: Tem sido cumprido a legislação vigente.

Recomendação 1.6.2

Descrição: No planejamento de viagens a serviço, atente para o que dispõe o Decreto nº 5.992/2006, notadamente no que se refere aos prazos exatos dos eventos e atividades a serem desenvolvidas pelos servidores durante os deslocamentos, objetivando efetuar-se o cálculo correto do valor das diárias a serem pagas e, ainda, que promova a regularização da situação tratada no subitem 3.1.1.1 do Relatório de Auditoria n. 190679 da CGU, referente ao superdimensionamento de dias para a realização de viagens;

Setor Responsável: Todos os Serviços

Providências Adotadas O período de viagem tem sido adequadamente dimensionados.

Recomendação 1.6.3

Descrição: Proceda ao adequado levantamento das necessidades da Entidade, no tocante à produtividade a ser contratada para os serviços de limpeza e conservação, quantificando corretamente as dependências que requerem limpeza diária, bem como aquelas que necessitam de frequência diferenciada, observando estritamente o que define a IN/MARE n. 18/97. Adicionalmente, após os levantamentos pertinentes, realizar novo procedimento licitatório incluindo as áreas do 9º DISME/MT, fazendo constar do projeto básico as particularidades de cada área a ser limpa para que haja compatibilidade com as planilhas de formação do preço global.

Setor Responsável: SAG

Providências Adotadas O contrato de Limpeza e Conservação, conforme recomendação da Auditoria, foi revisto através do Pregão nº 01/2008, que resultou na redução do valor de 22.179,70 para 20.523,07 mensais, com uma economia de 7,47%.

14 Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC Quantidade
Admissão	74	74
Desligamento	14	-
Aposentadoria	xxx	xxx
Pensão	04	01

Os desligamentos ocorreram por Exoneração (04), Falecimento (01) e Remoção Interna (09) para diversas Unidades/ do MAPA, tanto para a Sede/DF, quanto para outros Estados, dispensando-se registros no SISAC.

Quanto aos desligamentos por Exoneração os atos não foram registrados no Sistema SISA.

Quanto a Concessão de Pensão ocorrido no exercício somente um ato (Francisco Pedroso de Jesus), foi registrado no SISAC.

Esta unidade mantém controle dos julgados e diligências do TCU, arquivando-se nas pastas dos envolvidos.

15 Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrências no período.

16 Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde – posição em 31/12 e Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na unidade	141	8.495.836,04	164	8.426.871,09	220	14.898.061,50
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-

Total Pessoal Próprio	143	8.495836,04	164	8.426.871,09	220	14.898.061,50
------------------------------	------------	--------------------	------------	---------------------	------------	----------------------

Todas as informações constantes dos valores das despesas de todas as planilhas preenchidas foram extraídas do relatório Gerencial SIAPE e Relatório enviado pela DIPAG/COPES/CGRH.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	02	46.798,15	01	13.283,34	01	12.209,26

Cargo Comissionado DAS 102.2

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	27	395.552,82	18	285.369,30	16	477.472,95

Contratos extintos a partir de 01/08/2008 – art. 28 Inciso III, da Medida Provisória nº 341, de 29 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 29/12/2006.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terc. Vigilância/Limpeza	25	341.361,04	25	459.003,42	24	459.376,11
Pessoal Terc. Apoio Administrat.		0,00		0,00		0,00
Pessoal Terc. Outras atividades		0,00		0,00		0,00
Estagiários	13	36.762,48	13	35.225,59	16	55.808,73
Total Pessoal Terc+Estag	38		38		40	

Estagiários incluídos no SIAPE a partir de janeiro/2008.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	01	45.563,25	01	50.152,75	01	23.361,85
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total de Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade.	01	45.563,25	01	50.152,75	01	23.361,85

Cargo Comissionado DAS 101.4 ocupado até 18/03/2008 (Superintendente Federal)

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela unidade, com ônus	02	86.443,19	02	86.443,19	03	99.270,79
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	--	-	-	-	-	-
Total Pessoal cedido pela Unidade	02	86.443,19	02	86.443,19	03	99.270,79

Cedidos para TRE/MT, AGU/ SEAP/PR.

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	193	N.D.
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade.	038	N.D.

O quantitativo de pessoal envolvido em ações finalistas são: Fiscal Federal Agropecuário, Agente de Inspeção de Produtos Industrial de Origem Animal e Cargos do PGPE.

O quantitativo de pessoal envolvido em ações de suporte são Cargos do PGPE.

17 Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

17.1 Informações sobre Aquisições da SFA/MT em 2008

17.1.1 Aquisições Realizadas por Pregão

Nº	Empresa	CNPJ	Objeto	Nº Processo	Valor
01	Contr. 05/08-Sul América Serviç.	01.424.685/0001-66	Serviços Limpeza	21024.003118/2007-76	246.276,84
02	Contr. 04/2008 – Today Tour	03.945.624/0001-70	Passagens aéreas/terr.	21024.000609/2008-46	344.330,00
03	Pregão Deserto				
04	Fermaquinas Dist. Máquinas	07.374.276/0001-89	Copos descartáveis	21024.001038/2008-67	3.772,00
04	Metha Supermerc. Ltda	08.206.985/0001-18	Açúcar	21024.002002/2008-09	284,00
04	SNR – Representações	08.827.148/0001-06	Cafê	21024.001999/2008-71	897,00
05	Contr. 11/08-Castoldi Auto Posto	03.224.374/0001-40	Combustível e outros	21024.000922/2008-84	9.562,00
05	Contr. 12/08-Petropaulo Comércio	37.514.783/0001-31	Combustível e outros	21024.000922/2008-84	55.329,50
06	Contr. 14/2008 Área Técnica Inf.	06.180.835/0001-57	Suport/Manut. Inform.	21024.001674/2008-99	65.000,00
07	Digifocus Copiadoras e Impressoras	04.824.222/0001-80	Impressora	21021.002371/2008-93	2.600,00
07	Dolly Loos – Com. e Repres. LTDA	65.001.430/0001-73	Jogo de Peneira	21024.002371/2008-93	420,00
07	Fermaquinas Dist. Máquinas	07.374.276/0001-89	Cafeteira	21024.002371/2008-93	200,00
07	Haicomp e CIA LTDA	09.074.328/0001-27	Câmeras Digitais	21024.002371/2008-93	2.265,00
07	Imagem Inform. Inês Beatriz W.	97.271.845/0001-53	Estabilizador	21024.002371/2008-93	53,72
07	Imagem Inform. Inês Beatriz W.	97.271.845/0001-53	Microcomputadores	21024.002371/2008-93	3.080,00
07	Milanflex Ind. E Com. Móveis	86.729.324/0002-61	Estação de Trabalho	21024.002371/2008-93	780,00
07	Milanflex Ind. E Com. Móveis	86.729.324/0002-61	Cadeiras	21024.002371/2008-93	894,00
07	Repremig Repres. e Com.	65.149.197/0001-70	Condicionador de Ar	21024.002371/2008-93	1.356,25
07	Repremig Repres. e Com.	65.149.197/0001-70	Impressoras	21024.002371/2008-93	2.950,00
07	Repremig	65.149.197/0001-70	Impressora	21024.002371/2008-93	735,50

	Repres. e Com.				
07	RM Maquinas e Sistemas	18.793.752/0001-12	Aparelho Telef. s/ fio	21024.002371/2008-93	417,00
07	SRS Com. De Informática	02.137.386/0001-03	Impressoras	21024.002371/2008-93	787,00
07	Vitória Mat. Construções	04.728.450/0001-56	Condicionador de Ar	21024.002371/2008-93	2.712,50
07	Vitória Mat. Para Construções	04.728.450/0001-56	Condicionador de Ar	21024.002371/2008-93	2.712,50
08	FORD Motor Company Brasil LTDA	03.470.727/0016-07	Veículos pick-up	21024.002506/2008-11	360.000,00
08	FORD Motor Company Brasil LTDA	03.470.727/0016-07	Veículo pick-up	21024.002506/2008-11	90.000,00
08	FORD Motor Company Brasil LTDA	03.470.727/0016-07	Veículo pick-up	21024.002506/2008-11	90.000,00
08	FORD Motor Company Brasil LTDA	03.470.727/0016-07	Veículos pick-up	21024.002506/2008-11	360.000,00
09	contrato 16/2008 – Brasil Telecom	76.535.764/0001-43	Telefonia Fixa	21024.002744/2008-26	86.096,35
10	Alexandre Biazetto – ME	03.520.857/0001-20	Notebooks	21024.002657/2008-79	121.890,00
10	Alexandre Biazetto – ME	03.520.857/0001-20	Notebook	21024.002657/2008-79	4.063,00
10	Caravaggio Com. Prod. Prom. LTDA	07.464.695/0001-01	Maletas Executivas	21024.002657/2008-79	3.143,00
10	Dirceu Longo & CIA LTDA	92.823.764/0001-03	Frigobar	21024.002657/2008-79	835,00
10	Diseletri Distr. Equip. de Eletricidade	05.281.737/0001-43	Aparelhos fax/estabil.	21024.002657/2008-79	1.793,30
10	Diseletri Distr. Equip. de Eletricidade	05.281.737/0001-43	Aparelho fax	21024.002657/2008-79	997,62
10	Diseletri Distr. Equip. de Eletricidade	05.281.737/0001-43	Aparelho fax	21024.002657/2008-79	566,66
10	Imagem Inform. Inês Beatriz W.	97.271.845/0001-53	Microcomp. /Impress.	21024.002657/2008-79	3.418,00
10	Imagem Inform. Inês Beatriz W.	97.271.845/0001-53	Impressoras	21024.002657/2008-79	1.768,00
10	Luasi Papeis e Livros LTDA	08.371.036/0001-93	Maquin. Calc. Eletr.	21024.002657/2008-79	448,89
10	Milanflex Ind. E Com. Móveis	86.729.324/0002-61	Cadeiras	21024.002657/2008-79	2.304,50
10	Milanflex Ind. E Com. Móveis	86.729.324/0002-61	Cadeira/Arquívio	21024.002657/2008-79	979,50
10	RM Maquinas e Sistemas LTDA	18.793.752/0001-12	Apar. Fone s/ fio	21024.002657/2008-79	600,00
10	RM Maquinas e Sistemas LTDA	18.793.752/0001-12	Apar. Fone s/ fio	21024.002657/2008-79	200,00
10	RM Maquinas e Sistemas LTDA	18.793.752/0001-12	Apar. Fone s/ fio	21024.002657/2008-79	400,00

10	RP Tecnologia LTDA	05.871.240/0001-85	Comput. Desktop	21024.002657/2008-79	2.396,00
10	Vitória Mat. Para Construções	04.728.450/0001-56	Condicionador de Ar	21024.002657/2008-79	1.357,00
11	Centrofix de Niterói Com. Parafusos	07.950.962/0001-50	Fios elétricos e outros	21024.003183/2008-82	1.518,37
11	Centrofix de Niterói Com. Parafusos	07.950.962/0001-50	Fios elétricos e outros	21024.003183/2008-82	1.430,00
11	Debhora Tainna Padilha	09.079.573/0001-27	Mola autom. Porta	21024.003183/2008-82	2.507,00
11	Golden Distribuidora LTDA	04.196.935/0002-27	Cartuchos p/ impress.	21024.003183/2008-82	9.069,58
11	Golden Distribuidora LTDA	04.196.935/0002-27	Cartuchos p/ impress.	21024.003183/2008-82	785,85
11	H de A Gomes ME	07.733.383/0001-56	Papel sulfite	21024.003183/2008-82	6.437,54
11	H de A Gomes ME	07.733.383/0001-56	Papel sulfite	21024.003183/2008-82	1.471,45
11	Hidrosolo Com. Distr. Mat. Construção	03.980.804/0001-92	Tubos e outros	21024.003183/2008-82	3.211,98
11	Jacigraf Gráfica Editora e Com. LTDA	08.362.111/0001-50	Envelopes	21024.003183/2008-82	2.768,00
11	Jacigraf Gráfica Editora e Com. LTDA	08.362.111/0001-50	Envelopes	21024.003183/2008-82	617,12
11	Jeth Toner Informática LTDA	02.972.242/0001-72	Cartuchos Toner	21024.003183/2008-82	430,00
11	Luasi Papéis e Livros LTDA – ME	08.371.036/0001-93	Materiais de papelaria	21024.003183/2008-82	961,08
11	Masterpel Comércio de Papel LTDA	03.567.627/0001-17	Papel Ofício e outros	21024.003183/2008-82	8.085,37
11	Maxim Qualita Comercio LTDA	05.075.962/0001-23	Canetas e outros	21024.003183/2008-82	3.996,33
11	Megadata Distr. Prod. Informática	07.234.470/0001-50	Cartuchos Toner	21024.003183/2008-82	17.000,00
11	Megadata Distr. Prod. Informática	07.234.470/0001-50	Cartuchos Toner	21024.003183/2008-82	4.050,00
11	Papelaria Coxipó Com. de Papéis	01.882.109/0001-62	Grampeadores /outros	21024.003183/2008-82	432,50
11	Pires Com. Mat. Elétricos LTDA	05.686.972/0001-03	Apar. Telef./Lâmpadas	21024.003183/2008-82	1.347,57
11	Tintorauto Com. De Tintas	06.224.973/0001-90	Tinta Látex	21024.003183/2008-82	494,82

	LTDA				
11	Total Print Ind. Com. Importação	07.443.448/0001-29	Cartuchos Toner	21024.003183/2008-82	6.110,00
11	Total Print Ind. Com. Importação	07.443.448/0001-29	Cartuchos Toner	21024.003183/2008-82	1.430,00
11	V & M Informática LTDA	06.177.718/0001-34	Pen Drives e outros	21024.003183/2008-82	1.098,98
12	Distribuidora Veicular LTDA	07.262.218/0001-63	Pneus	21024.003727/2008-03	2.679,00
12	Melo Distribuidora de Peças LTDA	04.618.302/0001-89	Pneus	21024.003727/2008-03	23.300,00
12	Melo Distribuidora de Peças LTDA	04.618.302/0001-89	Pneus	21024.003727/2008-03	3.220,00
12	Melo Distribuidora de Peças LTDA	04.618.302/0001-89	Pneus	21024.003727/2008-03	4.846,15
12	WZ União Com. e Serv. Inst. Elétricas	08.772.301/0001-45	Disjuntores	21024.003727/2008-03	400,00
13	Contr. 01/2009 – Today Tour	03.945.624/0001-70	Passagens aéreas/terr.	21024.003787/2008-29	391.392,00

OBS: O Pregão nº 13 referente a passagens foi publicado em dezembro/2008 e realizado o certame em janeiro/2009.

17.1.2 Aquisições Realizadas por Inexigibilidade

NOME	CNPJ	ESPECIF.	Nº PROCESSO	Nº	VALOR
Imprensa Nacional	110245000001	Assinat/public.	21024003362200739	01	3.000,00
Correio Telegrafos	34028316001690	Serca/Sedex	21024003363200783	02	5.000,00
PCaceres	03214145000183	Água e Esgoto	21024003364200728	03	50,00
Banco do Brasil	000000/0000191	Seguro Obrig.	210254000757200861	04	178,49
Banco do Brasil	000000/0000191	Seguro Obrig.	21024000670200893	05	3.109,20
Banco do Brasil	000000/0000191	Seguro Obrig.	21024000503200842	06	587,92
Banco do Brasil	000000/0000191	Seguro Obrig.	21024001012200819	07	840,94
Banco do Brasil	000000/0000191	Seguro Obrig.	21024001018200896	08	164,99
Banco do Brasil	000000/0000191	Seguro Obrig.	21024001545200809	09	1.315,89
Banco do Brasil	000000/0000191	Seguro Obrig.	21024001672200808	10	289,34
FAEPE -	19084599000117	Treinamento	21024000777200831	11	2.690,00
Banco do Brasil	0000000/0000191	Seguro Obrig.	21024002378200813	12	1.045,03
FUNTREDE-SAF	02317176/000105	Treinamento.	21024003658200831	13	cancelado
FUNTREDE-SAF	02317176/000105	Treinamento	21024003658200831	14	350,00

17.1.3 Aquisições Realizadas por Dispensa de Licitação

Nome Credor	CNPJ	Especificação	Nº Processo	Nº	Total
Posto Ponte Nova	009451900001-10	Combustível	21024.000099/2008-15	01	997,92
Posto Ponte Nova	009451900001-10	Combustível	21024.000136/2008-18	02	2.932,50
Brasil Telecon	76535764032933	Ex.Anteriores	21024000008/2008-33	03	8566,97
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000154/2008-69	04	858,04
Brasil Telecom	76535764032933	Ex.Anteriores	21024000155/2008-11	05	192,38
EBCT Correios	340283160016-90	Ex.Anteriores	21024000120/2008-74	06	367,18
VIVO	024499920072-58	Ex.Anteriores	21024000127/2008-96	07	632,96

Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000201/2008-74	08	272,31
Multitubos	00204343000178	Mat.Consumo	21024000205/2008-52	09	735,80
CEMAT	034673210001-99	Consumo Energ	21024003361/2007-94	10	166.000,00
JVM Copiadoras	061287100001-88	Cilindro	21024000304/2008-34	11	620,00
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000354/2008-11	12	390,50
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000451/2008-12	13	693,94
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000045/2008-59	14	616,39
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000454/2008-48	15	693,94
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000453/2008-01	16	693,94
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000470/2008-31	17	693,94
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000501/2008-53	18	1.064,54
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000502/2008-06	19	763,54
Vivo	024499920072-58	Serv.Telefonia	21024000500/2008-17	20	7.990,00
Today Tour	039456240001-70	Passagem	2102400505/2008-31	21	660,94
JVM Copiadoras	061287100001-88	Foto Condutor	2102400504/2008-97	22	620,00
Today Tour	039456240001-70	Passagem	21024000527/2008-00	23	75,05
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	Serv. Informa	210240004462008-00	24	50,00
Aérea Técnica Infor.	06180835000157		21024000524/2008-68	25	150,00
Posto Ponte Nova	009451900001-10	Serviço	21024.000584/2008-81	26	1.000,00
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	manutenção	21024000525/2008-11	27	240,00
Laboratório Ideia	14939979000172	Análise	21024002480200720	28	17.684,20
Today Tour	039456240001-70	Passagem	210240033232007-31	29	468,44
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	manutenção	21024000610/2008-71	30	120,00
Hialoquímica	01198401000160	Frascos	210240006182008-37	31	2.390,00
Chavelândia	24721508000147	Chaves	210240006642008-36	32	64,00
Chavelândia	24721508000147	Chaves	210240006712008-38	33	1.152,00
TECNOAR	03107684000113	Manutenção	210240006622008-47	34	65,00
Tecno Ar	03107684000113	Peças	2102400663/2008-01	35	215,00
Tecno Ar	03107684000113	Manutenção	2102400661/2008-01	36	440,00
Distri Alimentos	03362501000106	Açúcar/Café	2102400784/2008-33	37	1.751,52
Serralheria Co Metal	32996282000115	Serviços	2102400799/2008-00	38	120,00
MutiTubos	00204343000178	Material Elet.	2102400802/2008-87	39	324,47
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Manutenção	2102400672/2008-82	40	270,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Revisão	2102400672/2008-82	41	725,32
Marmeleiro Posto ^a	05082661000127	Combustível	2102400810/2008-23	42	2.180,50
Chavelândia	24721508000147	Carimbo	21024.00671/2008-38	43	795,65
Buritis Dist. Veículos	07111514000163	Conserto	21024.000358/2008-08	44	324,00
Buritis Dist. Veículos	07111514000163	Conserto	21024.000358/2008-08	45	469,02
Buritis Dist. Veículos	07111514000163	Conserto	21024.000360/2008-13	46	324,00
Buritis Dist. Veículos	07111514000163	Conserto	21024.000360/2008-79	47	462,90
Buritis Dist. Veículos	07111514000163	Conserto	21024.000361/2008-79	48	324,00
Buritis Dist. Veículos	07111514000163	Conserto	21024.000361/2008-13	49	507,90
Chavelândia	24721508000147	Chaves	21024.00928/2008-51	50	145,00

JB GRAFICA	04979486000102	Serv. Gráficos	21024000929/2008-04	51	4.319,42
J.V.M Copaíadoras	061287100001-88	Cilindro Fotoco.	2102400809/2008-07	52	310,00
PRP BORGES	054576290001-89	Formol	2102400945/2008-99	53	3.180,00
Silvano Schaffer	053474360001-75	Água Mineral	21024001031/2008-45	54	3.395,00
Intel Serviços	063407550001-11	Serv. Telefonia	21024001037/2008-12	55	350,00
Intel Serviços	063407550001-11	Serv. Telefonia	21024001040/2008-36	56	120,00
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	manutenção	21024000798/2008-57	57	140,00
PRP BORGES	054576290001-89	Mat. Consumo	21024001083/2008-11	58	2.779,80
Coteconstro	072378580001-11	Postre Conc.	21024001087/2008-08	59	200,00
Tecno Ar	03107684000113	Limpeza Ar	21024001101/2008-65	62	300,00
Tecno Ar	03107684000113	Peças Ar	21024001102/2008-18	63	1.560,00
DOMANI	010166106000113	Serviços	21024001039/2008-10	64	206,40
DOMANI	010166106000113	Peças	21024001039/2008-10	65	1.275,71
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão de Obra r	2102400783/2008-99	66	450,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças Rer	2102400783/2008-99	67	825,45
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão Obra Ver	21024001116/2008-23	68	547,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças Ver.	21024001116/2008-23	69	1.035,20
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão Obra Vei	21024001089/2008-99	70	430,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças Ver	21024001089/2008-99	71	595,73
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão Obra Vei	21024001117/2008-78	72	719,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças Ver	21024001117/2008-78	73	2144,07
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças Manut	21024001017/2008-41	74	490,50
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças Ver	21024001017/2008-41	75	915,00
PRP BORGES	054576290001-89	Quadro Negro	21024001190/2008-40	76	65,30
Intel Serviços	063407550001-11	Serv. Telefonia	21024001236/2008-21	77	300,00
J.V.M Copaíadoras	061287100001-88	Cartucho.	21024001416/2008-11	78	1.865,40
JB GRAFICA	04979486000102	Serv. Gráficos	21024001118/2008-12	79	160,00
Marmeleiro ^a Posto	05082661000127	Combustível	21024001504/2008-12	80	489,96
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	Serv. Lubr .Alin	210240011516/2008-39	81	230,00
PRP BORGES	054576290001-89	Mat Consumo	21024001083/2008-11	82	2.779,80
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão de Obra r	21024001544/2008-56	83	374,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças	21024001544/2008-56	84	1.110,87
JB GRAFICA	04979486000102	Serv. Gráficos	21024001676/2008-88	85	200,00
PRP BORGES	054576290001-89	Aquisi. Pilhas	210240011682/2008-35	86	240,00
Dist. Alimentos	03362501000106	Copo	21024001693/2008-15	87	224,00
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	Serv. Inst. Serv	21024001718/2008-81	88	120,00
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	Serv. Inst. Serv	21024001717/2008-36	89	120,00
Silvano Schaffer	053474360001-75	Água Mineral	21024001754/2008-44	90	1.260,00
Marmeleiro ^a	05082661000127	Combustível	21024001770/2008-37	91	495,00

Posto					
DIVIPLAC	00877464000180	Conf Persiana	21024001789/2008-83	92	250,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão de Obra r	21024001793/2008-41	93	800,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças	21024001793/2008-41	94	1.583,74
Papelaria Coxipo	05977646000147	Mat. Consumo	21024001947/2008-03	95	507,03
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão de Obra r	210240011790/2008-16	96	531,00
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	Serv. Inst. Serv	21024001921/2008-57	97	1.100,00
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	Serv. Inst. Serv	21024001922/2008-00	98	1220,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças	210240011790/2008-16	99	686,22
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças	21024001793/2008-41	100	1.583,74
Aérea Técnica Infor.	06180835000157	Suporte Tecnico	21024001673/2008-44	101	9.600,00
Papelaria Coxipo	05977646000147	Mat. Consumo	21024001788/2008-39	102	4.380,00
Castoldi Auto Posto	03244374000140	Combustível	21024002108/2008-02	103	1.198,52
Castoldi Auto Posto	03244374000140	Combustível	21024002108/2008-02	104	2.198,53
Nouchi & Nouchi	00204343000178	Mat Consumo	21024002206/2008-31	105	65,74
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão de Obra r	21024002172/2008-85	106	772,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças	21024002172/2008-85	107	1.547,40
PRP BORGES	054576290001-89	Lanterna	21024002287/2008-70	108	199,96
J.V.M Copaiadoras	061287100001-88	Drun.	21024002289/2008-69	109	620,00
Limpa Fossa	0155784000112	Limpeza	21024002316/2008-01	110	180,00
Papelaria Coxipo	05977646000147	Mat. Consumo	21024002311/2008-71	111	396,00
Brasil Telecon	76535764032933	Contrato Emer	210240035252007-83	112	200,00
Papelaria Coxipo	018821090001-62	Mater Exped	21024002637/2008-06	113	2.026,00
Uvagro Cáceres	87661241153	Elab Proj	210240026542008-35	114	3.832,50
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão de Obra	21024001546/2008-45	115	574,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Peças	21024001546/2008-45	116	750,00
Citável Dist. Veic	0704249000219	Mão Obra	21024002198/2008-23	117	170,00
Citável Dist. Veic	0704249000219	Peças	21024002198/2008-23	118	289,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão Obra	21024002504/2008-21	119	749,50
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão Obra	21024002504/2008-21	120	1.402,85
Decorlitz	330402620002-10	Mat.Cons	210240026552008-80	121	2.792,00
RZ Analise	010356440001-88	Retirada Bomba	210240026812008-16	122	2.900,00
PRP BORGES	054576290001-89	Colchão Sol.	21024002680/2008-63	123	1.640,00
Campos Eng.	060331320001-04	Proj Arqu	210240025122008-78	124	7.900,00
HIALOQUIMICA	01198401000160	Frasco Plástico	21024002723/2008-19	125	5.700,00
Buritis Dist Veículos	07111514000163	Mão Obra	21024002580/2008-37	126	344,00

Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Peças	21024002580/2008-37	127	634,32
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Mão Obra	21024002581/2008-81	128	344,00
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Peças	21024002581/2008-81	129	625,24
SS Utilidade	Com.	704323230001-30	Aqui.Mat telef.	21024002597/2008-94	130	227,50
Com Elet.Ele.Gehaka		606376670001-21	Kits Decoção	210240027962008-01	131	7.650,00
E.J. Pneus Ltda		03183096000169	Pneu	21024002795/2008-58	132	716,00
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Mão Obra	21024002636/2008-53	133	344,00
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Peças	21024002636/2008-53	134	551,32
Papelaria Coxipo		05977646000147	Pasta Suspensa	21024002832/2008-28	135	597,80
SS. Comercio		70432323000130	Serv	21024002597/2008-94	136	227,50
SS Utilidade	Com.	704323230001-30	Ver. Rede Telef	21024002597/2008-94	137	266,50
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Mão de Obra	21024002738/2008-79	138	344,00
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Peças	21024002738/2008-79	139	551,32
Decorliz		330402620001-39	Mat Consumo	210240026552008-81	140	1.213,40
Aérea Técnica Infor.		06180835000157	Motor Traci	21024002812/2008-57	141	300,00
Elétrica Tocantins		03249034000102	Material	210240029742008-95	142	290,84
Elétrica Tocantins		03249034000102	Mat.Elétrico	21024002973/2008-41	143	1.372,18
PROMAQ Serv		03249034000102	Mat Elétrico	21024002987/2008-64	144	560,00
ML Propaganda		071614830001-55	Jornal	210240029932008-811	145	640,00
SS Utilidade	Com.	704323230001-30	Ver. Rede Telef	21024003048/2008-50	146	227,50
Coiado Auto		336999680001-07	Consert Veic.	210240030952008-81	147	2.107,00
Coiado Auto		33699680001-07	Consert Veic.	21024003080/2008-12	148	2030,00
Papelaria Coxipo		05977646000147	Mat. Expediente	21024003187/2008-61	149	1.400,00
DOMANI		01016616000113	PEÇAS	21024003063/2008-85	150	142,58
Tecno Ar		03107684000113	Serv.Manut	21024003223/2008-96	151	925,00
Tecno Ar		03107684000113	Peças	21024003224/2008-31	152	350,00
Tecno Ar		03107684000113	Serv.Manut	21024003223/2008-96	153	925,00
E&C Extintores		369723960001-86	Manutenção	210240032269200813	154	1.819,00
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Mão Obra	21024003235/2008-11	155	492,58
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Peças	21024003235/2008-11	156	1.09,63
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Mão Obra	21024003236/2008-65	157	344,00
Buritis Veículos	Dist	07111514000163	Peças	21024003236/2008-65	158	652,96
Capital Com. Rep		08839181000156	Cartucho	21024003454/2008-08	159	550,00
Tecno Ar		03107684000113	Serv.Manut	21024003572/2008-16	160	450,00
Mauro Batista Silva		502909919-00	Eventos	21024003659/2008-85	161	1.040,00
Gráfica Liberal		26809525-66	Mat Expediente	21024003657/2008-96	162	2.730,00
Buritis	Dist	07111514000163	Mão Obra	21024003553/2008-81	163	1.205,00

Veículos					
Buritis Dist	07111514000163	Peças	21024003553/2008-81	164	2.187,70
Veículos					
Buritis Dist	07111514000163	Mão Obra	21024003554/2008-26	165	502,00
Veículos					
Buritis Dist	07111514000163	Peças	21024003554/2008-26	166	495,28
Veículos					
Buritis Dist	07111514000163	Mão Obra	21024003848/2008-58	167	360,00
Veículos					
MM VIEIRA SILVA	07922161000181	Alimentos	21024003781/2008-51	168	1.716,00
POMPEU Turismo	00803283000100	Hospedagem	21024003782/2008-04	169	2.150,00
Elétrica Tocantins	03249034000102	Mat Elétrico	21024002974/2008-96	170	1.298,26
Kun & Mendes	05613181000145	Guincho	21024003795/2008-75	171	978,60
Elétrica Paraná	081396150001-05	Serviço	21024003783/2008-41	172	7.500,00
Chavelândia	24721508000147	Carimbo	21024002601/2008-14	173	1.340,75
SS. Comercio	70432323000130	Serv	21024003888/2008-08	174	200,00
SS Comercio	70432323000130	Manut Tele cabo	21024003872/2008-55	175	625,00
Buritis Dist	07111514000163	Peças	21024003848/2008-26	176	521,38
Buritis Dist.	07111514000163	Mao de Obra	21024003849/2008-01	177	240,00
Buritis Dist	07111514000163	Peças	21024003849/2008-01	178	521,38
Limpa Fossa	0155784000112	Limpeza	21024003820/2008-11	179	170,00

17.1.4 Aquisições Através do Uso de Registro de Preço (Carona)

MATERIAL/OBJETO	Aparelho de Ar Condicionado, 12.000BTU Mod. AIR SPLIT
QUANTIDADE	003
PI UTILIZADO	FISCPLANTA2 - PCEANIMAL
VALOR	3.429,00
UASG RESPONSÁVEL	194028 FUNAI
PREGÃO Nº	16/2008
CNPJ FORNECEDOR	04.728.450/0001-56
FORNECEDOR	Vitória Materiais para Construção LTDA.

MATERIAL/OBJETO	Papel A4 Conforme Especificações Contidas no Edital
QUANTIDADE	030 cx.
PI UTILIZADO	INSPANIMAL3
VALOR	2.850,00
UASG RESPONSÁVEL	154045 UFMT
PREGÃO Nº	172/2008
CNPJ FORNECEDOR	09.356.488/001-69
FORNECEDOR	Costa & Venus LTDA

MATERIAL/OBJETO	Veículo Renault Mégane Sedan motor 1.6
QUANTIDADE	001
PI UTILIZADO	PCEANIMAL
VALOR	48.899,00
UASG RESPONSÁVEL	12801 TRIBUNAL DE JUSTIÇA FEDERAL
PREGÃO Nº	23/2007
CNPJ FORNECEDOR	00.913.443/0001-73
FORNECEDOR	Renault do Brasil S.A

MATERIAL/OBJETO	Mesa para Micro Computador
QUANTIDADE	011
PI UTILIZADO	FISAGROTOX

VALOR	1.540,00
UASG RESPONSÁVEL	154045 UFMT
PREGÃO Nº	153/2008
CNPJ FORNECEDOR	86.729.324/0001-80
FORNECEDOR	Milanflex Indústria e Comercio de Equipamentos

MATERIAL/OBJETO	Modulo Estação de Trabalho
QUANTIDADE	006
PI UTILIZADO	RESÍDUOS
VALOR	2.724,00
UASG RESPONSÁVEL	154045 UFMT
PREGÃO Nº	153/2008
CNPJ FORNECEDOR	86.729.324/0001-80
FORNECEDOR	Milanflex Indústria e Comercio de Equipamentos

MATERIAL/OBJETO	Microcomputador Portátil do tipo N 1
QUANTIDADE	001
PI UTILIZADO	PADCLASSIF
VALOR	3.999,00
UASG RESPONSÁVEL	179087 - Banco Central do Brasil Brasília - DF
PREGÃO Nº	006/2008 – Item 003
CNPJ FORNECEDOR	07275920/0001-61
FORNECEDOR	Lenovo Tecnologia Brasil Ltda.
Não Concluído	

17.2 Relação de Contratos

Nº	Contratado	Objetivo	Valor Mensal	Valor Anual	Data Início	Prazo Final	Aditivos	E. Des
1	KUHN E TAPAJOS LTDA	Manutenção de Veículos	8.666,67	104.000,00	7/5/2007	18/5/2009	2º Termo	39 / 30
2	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS DE MATO GROSSO	Malote	9.200,00	46.000,00	4/8/2008	31/12/2008		39
3	IMPRENSA NACIONAL	Imprensa Nacional	2.416,67	29.000,00	1/1/2008	31/12/2008		39
4	EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELÉGRAFOS DE MATO GROSSO	Correio	3.883,33	46.600,00	1/1/2008	31/12/2008		39
5	VIVO CELULAR	Telefonia Móvel	666,67	8.000,00	1/1/2008	31/12/2008		39
6	SAEC - Serviço de Água e Esgoto de Cáceres	Água e Esgoto - UVAGRO/C áceres	45,83	550,00	1/1/2008	31/12/2008		39
7	SEBIVAL - SEGURANÇA BANCÁRIA,	Vigilância Armada	17.125,00	205.500,00	1/1/2008	31/12/2008	1º Termo	37

	INDUSTRIAL E DE VALORES LTDA							
8	TODAY TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	Passagens terrestre e aérea	43.041,25	344.330,00	28/4/2008	31/12/2008		37
9	SUL AMÉRICA PRESTADOR A DE SERVIÇOS LTDA	Limpeza e Conservação	20.523,07	246.276,84	27/5/2008	27/5/2009		30
10	ROSADO NEVES DA SILVA	Material de Consumo (Cafê)	498,33	2.990,00	1/7/2008	31/12/2008		30
11	DISTRIBUIDO RA BARÃO LTDA	Material de Consumo (Água Mineral)	1.833,33	11.000,00	1/7/2008	31/12/2008		30
12	METHA SUPERMERC ADO ME	Material de Consumo (Açúcar)	142,00	852,00	1/7/2008	31/12/2008		30
13	CASTOLDI AUTOPOSTO 10 LTDA	Fornecimento Combustível, Lubrificantes e Serviços	1.912,40	9.562,00	31/7/2008	31/12/2008		39 / 30
14	PETROPAULO COM E DER DE PETRÓLEO LTDA	Fornecimento Combustível, Lubrificantes e Serviços	9.390,90	46.954,50	31/7/2008	31/12/2008		39 / 30
15	BRASIL TELECOM AS	Telefonia Fixa Local	8.000,00	48.000,00	1/7/2008	31/12/2008		39
16	ÁREA TÉCNICA INFORMÁTIC A, PEÇAS, SERVIÇOS, SUPRIMENTO S E EQUIPAMENT OS LTDA	Suporte Técnico e Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamento s de Informática	5.416,67	65.000,00	18/8/2008	18/8/2009		39
17	REDE CEMAT	Energia Elétrica	16.000,00	192.000,00	1/1/2008	31/12/2008		39
18	FUTURA F ROCHA E CIA LTDA	Locação de Fotocopiador a	1.800,00	21.600,00	1/1/2008	31/12/2008	5º Termo	39
19	ÁREA TÉCNICA INFORMÁTIC A, PEÇAS, SERVIÇOS, SUPRIMENTO S E EQUIPAMENT OS LTDA	Suporte Técnico e Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamento s de Informática	4.800,00	9.600,00	16/6/2008	15/8/2008		39

17.3 Relação de Diárias Concedidas em 2008 no PI MANUTMT

NOME	VALOR R\$
PAULO ANTONIO DA COSTA BILÉGO	539,45
ONILDO DE SOUZA	351,36
ENIO JOSÉ DE ARRUDA MARTINS	738,72
WANDERLEI DIAS GUERRA	440,94
IDEVANIR FERRARINI	440,94
PAULO ROGÉRIO PARENTE DIAS	440,94
UBIRATAN F. ROCHA	440,94
BENEDITO LUIZ DE AGUIAR FILHO	117,59
WANDERLEI DIAS GUERRA	148,89
ONILDO DE SOUZA	203,04
PAULO ANTONIO DA COSTA BILÉGO	303,52
PAULO ANTONIO DA COSTA BILÉGO	179,82
PAULO ANTONIO DA COSTA BILÉGO	179,82
JUNIOR MARTINS DA COSTA	42,96
ONILDO DE SOUZA	117,12
ALEXANDRINA BATISTA DE CAMPOS	594,75
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	284,29
ENIO JOSÉ DE ARRUDA MARTINS	148,89
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	125,58
WALDEMIR NUNES FONTOURA	355,89
JOSE MARIA DA SILVA	345,63
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	179,84
WANDERLEI DIAS GUERRA	148,89
JOAQUIM GUIMARAES BOTORÁ	250,84
WANDERLEI DIAS GUERRA	45,81
JOSE LUIZ DA SILVA	291,96
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	408,92
JOSENICE AUXILIADORA TAVARES DE SIQUEIRA	565,43
ALEXANDRINA BATISTA DE CAMPOS	589,02
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	42,96
TARCISO DOMINGOS ASSIS E SILVA	45,81
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	56,13
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	174,11
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	113,77
JOSENICE AUXILIADORA TAVARES DE SIQUEIRA	431,41
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	253,82
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	278,56
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	185,55
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	128,88
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	36,02
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	56,12
ALEXANDRINA BATISTA DE CAMPOS	586,10
ANA LUIZA DE ALMEIDA NETA	204,34
MARCO AURELIO PEREIRA SANTOS	200,74
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	127,60
JOSE GERALDO FERREIRA DE SOUZA	354,80
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	42,96
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	61,85

ANTONIO AUGUSTO	192,11
ANA GONÇALINA DE PAULA	276,24
NELSO FORTUNATO OJEDA	276,24
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	388,29
JOSENICE AUXILIADORA TAVARES DE SIQUEIRA	538,39
ANA LUIZA DE ALMEIDA NETA	452,39
LUZIA MARQUES BARBOSA	394,87
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	42,96
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	61,85
NELSO FORTUNATO OJEDA	105,36
JOSE MARIA DA SILVA	105,36
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	357,65
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	533,78
ALEXANDRINA BATISTA DE CAMPOS	54,98
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	37,23
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	56,13
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	278,56
JOSE LUIZ DA SILVA	117,12
ANTONIO AUGUSTO	120,39
JOSENICE AUXILIADORA TAVARES DE SIQUEIRA	772,06
FRANCISCO MOARES CHICO COSTA	56,12
MARCO AURELIO PEREIRA SANTOS	269,18
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	36,02
ANA GONÇALINA DE PAULA	361,85
JOSE MARIA DA SILVA	330,86
LIONIR PEREIRA SANTOS	330,86
NELSO FORTUNATO OJEDA	800,23
WALDEMIR NUNES FONTOURA	346,25
MARCO AURELIO PEREIRA SANTOS	330,86
EVANGELISTA PEREIRA BARROS	426,03
HILDO CANUTO DA MATA	408,03
JOSE MARIA DA SILVA	408,03
GALDINO BENDITO DE BARROS	346,16
ANA GONÇALINA DE PAULA	430,86
ALZIRA ARAUJO MENEZES CATUNDA	114,54
TOTAL	22.561,16
DEVOLUÇÃO DIÁRIAS/2008	Valor
FRANCISCO MORAES CHICO COSTA	150,96
FRANCISCO MORAES CHICO COSTA	278,56
JOAQUIM GUIMARAES BOTARO	130,57
SUB-TOTAL	560,09
TOTAL GERAL EXERCÍCIO/2008	22.001,07

17.4 Rol dos Responsáveis

O Rol dos Responsáveis encontra-se devidamente atualizado no SIAFI.

18 Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não houve ocorrências no período.

Várzea Grande, Março de 2009